

Veículo: Bahia Já

Data: 04/12/2020



App Preço da Hora Bahia tem novas funcionalidades para o usuário

Por meio do aplicativo de pesquisa de preços agora é possível denunciar estabelecimentos que não emitem nota fiscal

Ascom / Sefaz-Ba , Salvador | 04/12/2020 às 15:09



Foto: Divulgação

Acaba de ser lançada pelo Governo do Estado a versão 1.2 do Preço da Hora Bahia, aplicativo de pesquisa de preços em tempo real que já conta com 363,2 mil usuários em todo o estado. Entre as principais novidades estão a consulta ao histórico de preços dos combustíveis comercializados na Bahia, a função que permite denunciar um estabelecimento que cometer alguma irregularidade, como por exemplo não emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e), e a possibilidade de compartilhar, com poucos cliques, os melhores preços dos produtos nas redes sociais como Whatsapp, Facebook e Twitter. Além disso, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), gestora do Preço da Hora, o aplicativo

passou por algumas reformulações no layout para tornar ainda mais fácil a sua utilização e melhorar também a identificação de informações relacionadas a descontos nos preços das mercadorias.

“Desde que o Preço da Hora Bahia foi lançado, em abril, temos trabalhado sempre com o objetivo de aperfeiçoar ainda mais o aplicativo, que se afirma como uma ferramenta importantíssima de pesquisa de preços para o consumidor ao permitir que sejam consultados os valores de mais de 500 mil produtos comercializados em todo o estado a partir de informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitorio. A nova versão do Preço da Hora Bahia está disponível na Apple Store e no Google Play. Quem já possui o aplicativo precisa atualizá-lo. Para quem ainda não tem, basta fazer o download para ter acesso à versão 1.2. A ferramenta também pode ser acessada pelo site precodahora.ba.gov.br.

Combustíveis

A consulta ao histórico de preços dos combustíveis é feita de forma simples. Ao abrir o app, basta clicar em “Combustíveis” e na sequência escolher entre gasolina, etanol, GNV ou diesel. A ferramenta irá rapidamente pesquisar os melhores preços nos postos localizados dentro do raio definido pelo usuário, que varia de um a 30 quilômetros. Na sequência é só escolher um dos estabelecimentos e clicar em “Abrir Histórico”. O app apresentará quatro opções de consulta: a variação de preços do combustível escolhido diariamente e por mês, e o histórico de preços do estabelecimento selecionado também por dia e por mês. Os dados são apresentados em um gráfico com duas linhas em cores diferentes que apresentam os preços médio e mínimo. Ao clicar em um ponto do gráfico serão apresentados os valores daquele período. Em outubro de 2020, por exemplo, o preço mínimo da gasolina na Bahia foi de R\$ 3,88 e o médio de R\$ 4,44.

“O consumidor tem em mãos uma ferramenta muito útil, que irá ajudá-lo a economizar. O gasto com os combustíveis normalmente pesa bastante no orçamento e com o Preço da Hora é possível localizar, rapidamente, o estabelecimento com menor valor e, a partir dessa nova versão, consultar o histórico de preços dos combustíveis em todo o estado ou no posto escolhido”, afirma o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

Outra funcionalidade nova é a de compartilhamento de preços com amigos e familiares. Após realizar a pesquisa de qualquer produto e selecionar um dos estabelecimentos, logo ao lado do valor da mercadoria está o

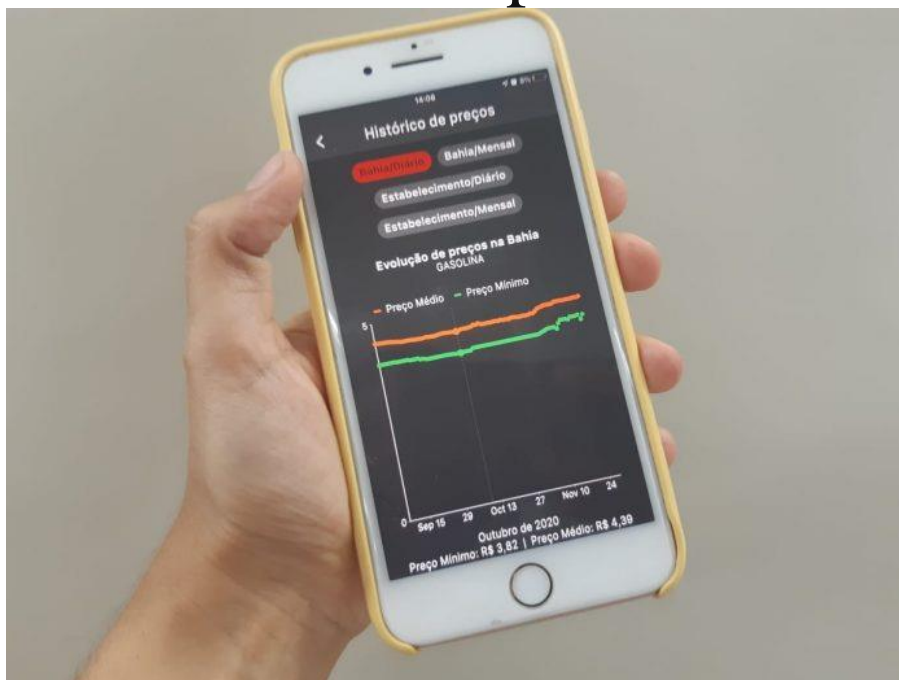
ícone que, ao ser clicado, permite que o usuário possa compartilhar uma boa dica de preço em suas redes sociais como Whatsapp, Twitter, Facebook e também por mensagem de texto.

Jadson Bitencourt destaca também a importância de outra nova funcionalidade da versão 1.2 do aplicativo: a de informar um problema. Também após finalizar a pesquisa de um produto e escolher um estabelecimento, está disponível o botão “Informar problema”, que permite ao consumidor fazer uma denúncia diretamente para a Fazenda Estadual de irregularidades como a não emissão da NFC-e, a aplicação de preço abusivo pelo estabelecimento ou de um preço na nota fiscal que divergiu do efetivamente pago. É possível também relatar outros tipos de problemas, disponíveis em uma relação apresentada pelo aplicativo, e que inclui o endereço, o telefone ou o nome errado de um estabelecimento. Caso a lista não apresente a irregularidade que o consumidor quer reportar à Sefaz-Ba, é só escolher o campo “Outros” e digitar o problema encontrado. “O Preço da Hora Bahia passa a ser um canal direto de comunicação entre a Fazenda Estadual e o consumidor. Ele poderá agora, com poucos cliques, reportar um problema no uso do aplicativo ou uma irregularidade como a não emissão da nota fiscal por um estabelecimento”, diz Jadson Bitencourt.

A quarta novidade da nova versão do Preço da Hora Bahia está no leiaute do aplicativo, que irá facilitar a visualização, pelo usuário, da explicação sobre preços que estão aparentemente bem abaixo do valor de mercado. Nesse tipo de situação, alerta a Sefaz-Ba, é importante confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes. “Os preços que aparecem no app são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas o estabelecimento não é obrigado a garantir um valor que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O consumidor, portanto, deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal”, assinala o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba.

CAMAÇARI NOTÍCIAS

App Preço da Hora Bahia tem novas funcionalidades para o usuário



Acaba de ser lançada pelo Governo do Estado a versão 1.2 do Preço da Hora Bahia, aplicativo de pesquisa de preços em tempo real que já conta com 363,2 mil usuários em todo o estado. Entre as principais novidades estão a consulta ao histórico de preços dos combustíveis comercializados na Bahia, a função que permite denunciar um estabelecimento que cometer alguma irregularidade, como por exemplo não emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e), e a possibilidade de compartilhar, com poucos cliques, os melhores preços dos produtos nas redes sociais como Whatsapp, Facebook e Twitter. Além disso, de acordo com a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), gestora do Preço da Hora**, o aplicativo passou por algumas reformulações no leiaute para tornar ainda mais fácil a sua utilização e melhorar também a identificação de informações relacionadas a descontos nos preços das mercadorias.

“Desde que o Preço da Hora Bahia foi lançado, em abril, temos trabalhado sempre com o objetivo de aperfeiçoar ainda mais o aplicativo, que se afirma como uma ferramenta importantíssima de pesquisa de preços para o consumidor ao permitir que sejam consultados os valores de mais de 500 mil produtos comercializados em todo o estado a partir de informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais

eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitório. A nova versão do Preço da Hora Bahia está disponível na Apple Store e no Google Play. Quem já possui o aplicativo precisa atualizá-lo. Para quem ainda não tem, basta fazer o download para ter acesso à versão 1.2. A ferramenta também pode ser acessada pelo site precodahora.ba.gov.br.

Combustíveis

A consulta ao histórico de preços dos combustíveis é feita de forma simples. Ao abrir o app, basta clicar em “Combustíveis” e na sequência escolher entre gasolina, etanol, GNV ou diesel. A ferramenta irá rapidamente pesquisar os melhores preços nos postos localizados dentro do raio definido pelo usuário, que varia de um a 30 quilômetros. Na sequência é só escolher um dos estabelecimentos e clicar em “Abrir Histórico”. O app apresentará quatro opções de consulta: a variação de preços do combustível escolhido diariamente e por mês, e o histórico de preços do estabelecimento selecionado também por dia e por mês. Os dados são apresentados em um gráfico com duas linhas em cores diferentes que apresentam os preços médio e mínimo. Ao clicar em um ponto do gráfico serão apresentados os valores daquele período. Em outubro de 2020, por exemplo, o preço mínimo da gasolina na Bahia foi de R\$ 3,88 e o médio de R\$ 4,44.

“O consumidor tem em mãos uma ferramenta muito útil, que irá ajudá-lo a economizar. O gasto com os combustíveis normalmente pesa bastante no orçamento e com o Preço da Hora é possível localizar, rapidamente, o estabelecimento com menor valor e, a partir dessa nova versão, consultar o histórico de preços dos combustíveis em todo o estado ou no posto escolhido”, afirma o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

Outra funcionalidade nova é a de compartilhamento de preços com amigos e familiares. Após realizar a pesquisa de qualquer produto e selecionar um dos estabelecimentos, logo ao lado do valor da mercadoria está o ícone que, ao ser clicado, permite que o usuário possa compartilhar uma boa dica de preço em suas redes sociais como Whatsapp, Twitter, Facebook e também por mensagem de texto.

Jadson Bitencourt destaca também a importância de outra nova funcionalidade da versão 1.2 do aplicativo: a de informar um problema. Também após finalizar a pesquisa de um produto e escolher um estabelecimento, está disponível o botão “Informar problema”, que permite ao consumidor fazer uma denúncia diretamente para a Fazenda Estadual de irregularidades como a não emissão da NFC-e, a aplicação de preço abusivo pelo estabelecimento ou de um preço na nota fiscal que divergiu do efetivamente pago. É possível também relatar outros tipos de problemas, disponíveis em uma relação apresentada pelo aplicativo, e que inclui o endereço, o telefone ou o nome errado de um estabelecimento. Caso a lista não apresente a irregularidade que o consumidor quer reportar à Sefaz-Ba, é só escolher o campo “Outros” e digitar o problema encontrado. “O Preço da Hora Bahia passa a ser um canal direto de comunicação entre a Fazenda Estadual e o consumidor. Ele poderá agora, com poucos cliques, reportar um problema no uso do aplicativo ou uma irregularidade como a não emissão da nota fiscal por um estabelecimento”, diz Jadson Bitencourt.

A quarta novidade da nova versão do Preço da Hora Bahia está no leiaute do aplicativo, que irá facilitar a visualização, pelo usuário, da explicação sobre preços que estão aparentemente bem abaixo do valor de mercado. Nesse tipo de situação, alerta a Sefaz-Ba, é importante confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes. “Os preços que aparecem no app são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas o estabelecimento não é obrigado a garantir um valor que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O consumidor, portanto, deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal”, assinala o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba.



App Preço da Hora Bahia tem novas funcionalidades para o usuário



4 de dezembro de 2020 - 19:30

Bahia, aplicativo de pesquisa de preços em tempo real que já conta com 363,2 mil usuários em todo o estado. Entre as principais novidades estão a consulta ao histórico de preços dos combustíveis comercializados na Bahia, a função que permite denunciar um estabelecimento que cometer alguma irregularidade, como por exemplo não emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e), e a possibilidade de compartilhar, com poucos cliques, os melhores preços dos produtos nas redes sociais como Whatsapp, Facebook e Twitter. Além disso, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), gestora do Preço da Hora, o aplicativo passou por algumas reformulações no leiaute para tornar ainda mais fácil a sua utilização e melhorar também a identificação de informações relacionadas a descontos nos preços das mercadorias.

“Desde que o Preço da Hora Bahia foi lançado, em abril, temos trabalhado sempre com o objetivo de aperfeiçoar ainda mais o aplicativo, que se afirma como uma ferramenta importantíssima de

pesquisa de preços para o consumidor ao permitir que sejam consultados os valores de mais de 500 mil produtos comercializados em todo o estado a partir de informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitória. A nova versão do Preço da Hora Bahia está disponível na Apple Store e no Google Play. Quem já possui o aplicativo precisa atualizá-lo. Para quem ainda não tem, basta fazer o download para ter acesso à versão 1.2. A ferramenta também pode ser acessada pelo site precodahora.ba.gov.br.

Combustíveis

A consulta ao histórico de preços dos combustíveis é feita de forma simples. Ao abrir o app, basta clicar em “Combustíveis” e na sequência escolher entre gasolina, etanol, GNV ou diesel. A ferramenta irá rapidamente pesquisar os melhores preços nos postos localizados dentro do raio definido pelo usuário, que varia de um a 30 quilômetros. Na sequência é só escolher um dos estabelecimentos e clicar em “Abrir Histórico”. O app apresentará quatro opções de consulta: a variação de preços do combustível escolhido diariamente e por mês, e o histórico de preços do estabelecimento selecionado também por dia e por mês. Os dados são apresentados em um gráfico com duas linhas em cores diferentes que apresentam os preços médio e mínimo. Ao clicar em um ponto do gráfico serão apresentados os valores daquele período. Em outubro de 2020, por exemplo, o preço mínimo da gasolina na Bahia foi de R\$ 3,88 e o médio de R\$ 4,44.

“O consumidor tem em mãos uma ferramenta muito útil, que irá ajudá-lo a economizar. O gasto com os combustíveis normalmente pesa bastante no orçamento e com o Preço da Hora é possível localizar, rapidamente, o estabelecimento com menor valor e, a partir dessa nova versão, consultar o histórico de preços dos combustíveis em todo o estado ou no posto escolhido”, afirma o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

Outra funcionalidade nova é a de compartilhamento de preços com amigos e familiares. Após realizar a pesquisa de qualquer produto e selecionar um dos estabelecimentos, logo ao lado do valor da mercadoria está o ícone que, ao ser clicado, permite que o usuário possa compartilhar uma boa dica de preço em suas redes sociais como Whatsapp, Twitter, Facebook e também por mensagem de texto.

Jadson Bitencourt destaca também a importância de outra nova funcionalidade da versão 1.2 do aplicativo: a de informar um problema. Também após finalizar a pesquisa de um produto e escolher um estabelecimento, está disponível o botão "Informar problema", que permite ao consumidor fazer uma denúncia diretamente para a Fazenda Estadual de irregularidades como a não emissão da NFC-e, a aplicação de preço abusivo pelo estabelecimento ou de um preço na nota fiscal que divergiu do efetivamente pago. É possível também relatar outros tipos de problemas, disponíveis em uma relação apresentada pelo aplicativo, e que inclui o endereço, o telefone ou o nome errado de um estabelecimento. Caso a lista não apresente a irregularidade que o consumidor quer reportar à Sefaz-Ba, é só escolher o campo "Outros" e digitar o problema encontrado. "O Preço da Hora Bahia passa a ser um canal direto de comunicação entre a Fazenda Estadual e o consumidor. Ele poderá agora, com poucos cliques, reportar um problema no uso do aplicativo ou uma irregularidade como a não emissão da nota fiscal por um estabelecimento", diz Jadson Bitencourt.

A quarta novidade da nova versão do Preço da Hora Bahia está no leiaute do aplicativo, que irá facilitar a visualização, pelo usuário, da explicação sobre preços que estão aparentemente bem abaixo do valor de mercado. Nesse tipo de situação, alerta a Sefaz-Ba, é importante confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes. "Os preços que aparecem no app são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas o estabelecimento não é obrigado a garantir um valor que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O consumidor, portanto, deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal", assinala o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba.

| | |
|--------------------|----------|
| Veículo: Gov Bahia | Caderno: |
| Data: 04/12/2020 | |



App Preço da Hora Bahia tem novas funcionalidades para o usuário

4 dezembro 2020



Acaba de ser lançada pelo Governo do Estado a versão 1.2 do Preço da Hora Bahia, aplicativo de pesquisa de preços em tempo real que já conta com 363,2 mil usuários em todo o estado. Entre as principais novidades estão a consulta ao histórico de preços dos combustíveis comercializados na Bahia, a função que permite denunciar um estabelecimento que cometer alguma irregularidade, como por exemplo não emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e), e a possibilidade de compartilhar, com poucos cliques, os melhores preços dos produtos nas redes sociais como Whatsapp, Facebook e Twitter.

Além disso, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), gestora do Preço da Hora, o aplicativo passou por algumas reformulações no leiaute para tornar ainda mais fácil a sua utilização e melhorar também a identificação de informações relacionadas a descontos nos preços das mercadorias.

“Desde que o Preço da Hora Bahia foi lançado, em abril, temos trabalhado sempre com o objetivo de aperfeiçoar ainda mais o aplicativo, que se afirma como uma ferramenta importantíssima de pesquisa de preços para o consumidor ao permitir que sejam consultados os valores de mais de 500 mil produtos comercializados em todo o estado a partir de informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitório. A nova versão do Preço da Hora Bahia está disponível na Apple Store e no Google Play. Quem já possui o aplicativo precisa atualizá-lo. Para quem ainda não tem, basta fazer o download para ter acesso à versão 1.2. A ferramenta também pode ser acessada pelo site precodahora.ba.gov.br.

Combustíveis

A consulta ao histórico de preços dos combustíveis é feita de forma simples. Ao abrir o app, basta clicar em “Combustíveis” e na sequência escolher entre gasolina, etanol, GNV ou diesel. A ferramenta irá rapidamente pesquisar os melhores preços nos postos localizados dentro do raio definido pelo usuário, que varia de um a 30 quilômetros. Na sequência é só escolher um dos estabelecimentos e clicar em “Abrir Histórico”. O app apresentará quatro opções de consulta: a variação de preços do combustível escolhido diariamente e por mês, e o histórico de preços do

estabelecimento selecionado também por dia e por mês.

Os dados são apresentados em um gráfico com duas linhas em cores diferentes que apresentam os preços médio e mínimo. Ao clicar em um ponto do gráfico serão apresentados os valores daquele período. Em outubro de 2020, por exemplo, o preço mínimo da gasolina na Bahia foi de R\$ 3,88 e o médio de R\$ 4,44.

“O consumidor tem em mãos uma ferramenta muito útil, que irá ajudá-lo a economizar. O gasto com os combustíveis normalmente pesa bastante no orçamento e com o Preço da Hora é possível localizar, rapidamente, o estabelecimento com menor valor e, a partir dessa nova versão, consultar o histórico de preços dos combustíveis em todo o estado ou no posto escolhido”, afirma o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

Outra funcionalidade nova é a de compartilhamento de preços com amigos e familiares. Após realizar a pesquisa de qualquer produto e selecionar um dos estabelecimentos, logo ao lado do valor da mercadoria está o ícone que, ao ser clicado, permite que o usuário possa compartilhar uma boa dica de preço em suas redes sociais como Whatsapp, Twitter, Facebook e também por mensagem de texto.

Jadson Bitencourt destaca também a importância de outra nova funcionalidade da versão 1.2 do aplicativo: a de informar um problema. Também após finalizar a pesquisa de um produto e escolher um estabelecimento, está disponível o botão “Informar problema”, que permite ao consumidor fazer uma denúncia diretamente para a Fazenda Estadual de irregularidades como a não emissão da NFC-e, a aplicação de preço abusivo pelo estabelecimento ou de um preço na nota fiscal que divergiu do efetivamente pago.

É possível também relatar outros tipos de problemas, disponíveis em uma relação apresentada pelo aplicativo, e que inclui o endereço, o telefone ou o nome errado de um estabelecimento. Caso a lista não apresente a irregularidade que o consumidor quer reportar à Sefaz-Ba, é só escolher o campo “Outros” e digitar o problema encontrado. “O Preço da Hora Bahia passa a ser um canal direto de comunicação entre a Fazenda Estadual e o consumidor. Ele poderá agora, com poucos cliques, reportar um problema no uso do aplicativo ou uma irregularidade como a não emissão da nota fiscal por um estabelecimento”, diz Jadson Bitencourt.

A quarta novidade da nova versão do Preço da Hora Bahia está no leiaute do aplicativo, que irá facilitar a visualização, pelo usuário, da explicação sobre preços que estão aparentemente bem abaixo do valor de mercado. Nesse tipo de situação, alerta a Sefaz-Ba, é importante confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes.

“Os preços que aparecem no app são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas o estabelecimento não é obrigado a garantir um valor que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras. O consumidor, portanto, deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal”, assinala o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba.

Fonte: Ascom/ Sefaz

| | |
|------------------------|-------------------|
| Veículo: Site Bahia Já | |
| Data: 04/12/2020 | Caderno: Notícias |



Instituições beneficentes têm até dia 4 para regularização junto ao Sua Nota

Recursos a serem recebidos são referentes ao segundo quadrimestre de 2020, encerrado em agosto. Desde 2018 já foram liberados R\$ 34,8 milhões para as filantrópicas

Ascom / Sefaz-Ba , Salvador | 04/12/2020 às 13:37

Termina nesta sexta, dia 4, o prazo para que as instituições participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, do Governo do Estado, apresentem prova de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para receberem os recursos referentes ao segundo quadrimestre de 2020, encerrado em agosto. Desde o ano de 2018, os desembolsos feitos para as entidades que participam do Sua Nota é um Show de Solidariedade passaram a ser associados à quantidade de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas (NFC-e) compartilhadas pelos participantes da campanha Nota Premiada Bahia. De acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), responsável pela gestão do Sua Nota, atualmente o programa conta com 523 entidades filantrópicas baianas ativas.

Para a regularização, as entidades devem entregar as certidões negativas às respectivas secretarias das áreas em que atuam. Caso a entidade seja da área de saúde, a documentação precisa ser enviada para a Secretaria da Saúde (Sesab) e, caso seja da área social, a certidão será entregue na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS). “A cada nova etapa, a Sesab e a SJDHDS enviam para a Sefaz quais as instituições estão aptas a participar e o mesmo ocorre no momento do pagamento, que passou a ser feito agora diretamente pela Sefaz para as entidades participantes”, destaca o coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-Ba, André Aguiar.

Os recursos dessa etapa, da ordem de R\$ 3 milhões, dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde. Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 34,8 milhões. Deste total, são R\$ 24 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e as duas deste ano, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas. A maior parte das entidades beneficiárias, 513 de um total de 523, já recebeu os recursos relativos ao segundo quadrimestre.

Solidariedade e prêmios

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br para concorrer, todo mês, a 90 prêmios de R\$ 10 mil e a um de R\$ 100 mil, deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a NFC-e.

Ao contrário do que acontecia com os cupons em papel, que exigiam das instituições uma logística complexa e custos altos para implantação de urnas em um número restrito de estabelecimentos, com a NFC-e a doação passou a acontecer de forma automática a cada compra em que o CPF cadastrado for incluído na nota. Cada instituição passou a ter a sua própria urna digital online. “Isso é especialmente benéfico para as pequenas instituições, que podem ser apoiadas por pessoas de todo o estado, sem restrições territoriais e financeiras”, explica André Aguiar.

Além de não haver mais necessidade de acumulação de notas em papel, a legislação que regulamenta a terceira fase do Sua Nota é um Show de Solidariedade desburocratizou os procedimentos de aplicação dos recursos e a

prestação de contas pelas entidades participantes. Estas continuam sujeitas a auditoria pelas respectivas secretarias, mas, para participarem do programa, só precisam comprovar regularidade junto ao INSS e ao FGTS.

| | |
|--------------------|----------|
| Veículo: Gov Bahia | Caderno: |
| Data: 07/12/2020 | |



Governo do Estado amplia 170 leitos de UTI Covid na Bahia e anuncia medidas de contenção do coronavírus

7 dezembro 2020

O secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, anunciou nesta segunda-feira (7), novas medidas do Governo do Estado para o enfrentamento da Covid-19. Está prevista a reabertura de 170 leitos de UTI, sendo 130 na capital baiana. Também será ampliada a testagem e instituídos protocolos de segurança para o verão em todo o estado. “O governador Rui Costa autorizou a Secretaria da Saúde do Estado a reabrir leitos que haviam sido desativados temporariamente, em unidades da capital e do interior, assim como ampliar os leitos do Hospital Espanhol para a capacidade máxima” afirmou Fábio Vilas-Boas.

Os leitos de UTI serão abertos nos hospitais Espanhol (80), Ernesto Simões (30) e Couto Maia (20) e atenderão pacientes da capital e do interior, através do sistema de regulação. Além dos leitos da capital, a Sesab viabiliza a abertura de UTIs em Porto Seguro (10), Juazeiro (10) e Feira de Santana (20). Dos 170 leitos de UTI Covid-19 programados, 50 já foram abertos. “Ao longo das últimas semanas, tem sido possível notar o aumento consistente no número de casos novos da Covid-19 no território estadual, com a consequente elevação nas taxas de ocupação hospitalar para além do considerado seguro”, afirmou o secretário.

Testagem em massa

Outras medidas também foram anunciadas pelo titular da pasta da Saúde e visam ampliar o diagnóstico através da testagem RT-PCR, que é o padrão ouro na detecção do coronavírus. Kits de coleta estão sendo distribuídos para todos os municípios fazerem busca ativa através do mapeamento de contactantes próximos de pessoas infectadas. O Laboratório Central de Saúde Pública da Bahia (Lacen-BA) recebeu um novo robô de extração de RNA e outros equipamentos que serão instalados, a partir de amanhã (8), e ampliarão a capacidade de processamento de amostras em mais de 1.000 testes por dia, alcançando a casa dos 6 mil mil testes diários.

Outra medida anunciada foi a divulgação pelo Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), de protocolos sanitários para o verão. Considerando que o verão é uma estação de elevado turismo na Bahia, período em que o estado recebe grande contingente de pessoas de outras regiões do país, o que representa um risco potencial de piora no cenário epidemiológico, faz-se necessárias recomendações de segurança e adesão às medidas preventivas por toda população no território estadual. Dentre as recomendações, encontra-se a proibição de shows e música ao vivo, a restrição ao acesso de ônibus de turismo às praias, a delimitação dos espaços públicos ocupados por bares e restaurantes e o estímulo para ocupação de áreas ao ar livre, em detrimento de salões fechados.

Fonte: Ascom/ Sesab

| | |
|--------------------|----------|
| Veículo: Gov Bahia | Caderno: |
| Data: 04/12/2020 | |



Atividade econômica baiana registra crescimento de 4,7% no 3º trimestre

4 dezembro 2020

O nível de atividade econômica – Produto Interno Bruto – da Bahia cresceu 4,7% no 3º trimestre de 2020, em comparação ao trimestre imediatamente anterior. Quando comparado ao trimestre de igual período do ano anterior, o PIB da Bahia apresentou retração de 4,1%. Os dados foram divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) nesta sexta-feira (4).

“O crescimento do PIB de 4,7% neste terceiro trimestre indica processo de recuperação da atividade econômica baiana, ainda em um contexto sanitário mundial atípico, da pandemia do Covid-19. Vale ressaltar que a Bahia liderou o Nordeste na geração de emprego formal em outubro, com saldo positivo de 16.437 postos de trabalho com carteira assinada”, destaca o secretário estadual do planejamento, Walter Pinheiro.

No 3º trimestre de 2020, o PIB totalizou R\$ 74 bilhões, sendo R\$ 64,4 bilhões referentes ao Valor Adicionado (VA) a preços básicos – o que representa 87% do PIB – e R\$ 9,6 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. No que diz respeito aos grandes setores, a Agropecuária apresentou Valor Adicionado de R\$ 6,3 bilhões; a Indústria, R\$ 13,4 bilhões; e os Serviços, R\$ 44,7 bilhões. A estimativa da SEI para a taxa de crescimento do PIB baiano para o final do ano é de -3,7%.

Os destaques positivos no terceiro trimestre do ano ficaram com a Agropecuária (+9,0%) e a Indústria, com taxa positiva de 2,9%, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A Agricultura apresentou crescimento em quase todas as culturas relevantes, segundo o calendário agrícola do estado. Mesmo com o advento da Covid-19 e seus impactos (restrição de colheitas, redução da mão de obra), o setor continua em plena expansão em sua produção física e a produção de grãos poderá ter uma estimativa de safra recorde no estado, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do mês de outubro.

A taxa positiva do setor industrial deve-se ao bom comportamento das atividades de eletricidade e água (+10,1%) – geração de energia hidrelétrica – e da construção civil (+9,9%), crescimento este associado também à produção familiar (pequenas obras). Também na comparação com o mesmo período do ano imediatamente anterior, o Valor Adicionado apresentou variação negativa (-3,8%) e os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios caíram 5,8%.

O setor de Serviços apresentou recuo de 7,0% quando comparado com o igual período do ano anterior. Este foi o terceiro trimestre consecutivo com retração neste setor, entretanto já sinaliza uma leve desaceleração com relação ao segundo trimestre, quando apresentou queda de aproximadamente 10%. **Fonte: Ascom/SEI**

| | |
|--------------------|----------|
| Veículo: Gov Bahia | Caderno: |
| Data: 04/12/2020 | |



Nova versão do Portal de Serviços do RH Bahia traz mais orientação para os servidores do Estado

4 dezembro 2020

A partir de terça-feira (8), os mais de 270 mil empregados públicos, servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado irão acessar uma nova versão do Portal de Serviços do RH Bahia, o sistema informatizado de gestão de pessoas do Estado. Disponível por meio do endereço www.rhbahia.ba.gov.br, o novo site foi criado com o objetivo de aprimorar as experiências dos usuários, ao fornecer uma série de conteúdos informativos e de orientação que auxiliem não apenas a navegação como o acesso aos mais diversos serviços do portal.

Um dos principais canais de comunicação dos servidores com o Estado, o Portal do RH Bahia reúne facilidades on-line como consulta de contracheque e informe de rendimentos, programação de férias, solicitação de licenças e remoção, além de auxiliar as lideranças na gestão de suas equipes. A atual reformulação não traz alterações do ponto de vista desses serviços, mas agrega ao ambiente material de apoio – como dicas, orientações e respostas a dúvidas frequentes – que contribuem para um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

O novo site conta ainda com um layout mais atraente e responsivo, banners e GIFs animados e ambientes para notícias e vídeos, incluindo tutoriais de auxílio à navegação. Em um segundo momento, o projeto deverá incorporar outras novidades ao site, a exemplo de um ambiente exclusivo para acesso às equipes de RH, com repositório de informações técnicas, e um chatbot, programa de computador que simula uma conversação entre pessoas, facilitando a resposta às dúvidas dos usuários.

Comunicação efetiva

De acordo com o gerente do RH Bahia, José Roberto Reis, a ideia da versão 2.0 do Portal surgiu a partir da experiência do Núcleo de Comunicação da unidade. “O objetivo foi criar uma alternativa para que as nossas ações de comunicação tivessem um alcance mais efetivo, de modo que as informações do interesse dos usuários estivessem à sua disposição no momento e no lugar certos”, explica.

A partir deste diagnóstico, o projeto foi viabilizado por meio de uma parceria que envolveu diversas áreas da Secretaria de Administração do Estado (Saeb) – como as Superintendências de Recursos Humanos, Previdência e Gestão e Inovação, e a Coordenação de Tecnologia de Informação -, além da Companhia de Processamento de Dados do Estado (Prodeb) e a empresa de tecnologia contratada Quintess, responsável pelo desenvolvimento.

Fonte: Ascom/Saeb

| | |
|-----------------------|-------------------|
| Veículo: Site A Tarde | |
| Data: 05/12/2020 | Caderno: Notícias |

A TARDE

Sáb , 05/12/2020 às 14:10 | Atualizado em: 05/12/2020 às 14:14

Argentina cria imposto sobre grandes fortunas para combater pandemia

AFP



O Senado argentino converteu nesta sexta-feira, 4, em lei um imposto extraordinário aplicado "às 12 mil pessoas" que detêm as maiores fortunas, para financiar a luta contra a Covid-19 e aprovar subsídios à pobreza e créditos a pequenas e médias empresas, entre outras ajudas sociais urgentes.

O projeto foi aprovado por 42 votos a 26, após um longo debate, que polarizou forças. A sessão foi transmitida ao vivo pelo YouTube.

A aliança pró-governo fez valer sua maioria para aprovar o chamado "aporte solidário", que tentará arrecadar o equivalente a cerca de 3 bilhões de dólares. A diretora da Administração Federal da Receita Pública, Mercedes Marcó del Pont, informou que o tributo irá incidir "sobre quase 12 mil contribuintes, que mostram disponibilidades líquidas 25 superiores ao imposto que devem pagar".

A lei é rejeitada energicamente pela maior força de oposição, a neoliberal Juntos pela Mudança, do ex-presidente Mauricio Macri, segundo a qual se trata de uma medida de confisco. A patronal mais influente, Associação Empresária Argentina (AEA), declarou que a mesma "afeta a propriedade privada e representa um golpe sobre os investimentos, a produção e o emprego, além de produzir um grande descontentamento".

Estima-se que a contribuição, chamada popularmente de "imposto aos milionários", atingirá entre 9.000 e 12.000 pessoas, em um país com 40,9% de seus 44 milhões de habitantes em situação de pobreza e uma taxa de desemprego de mais de 10%. A Argentina ainda não superou a recessão, que se arrasta desde 2018 e foi agravada pela pandemia.

Desigualdade

"Há espaço fiscal para tributar os que mais têm, pela primeira vez na História, com um imposto direto. Isso não acontece apenas na Argentina. O sistema tributário regional é tremendamente desigual", declarou Adrián Falco, secretário da Rede de Justiça Fiscal da América Latina e do Caribe.

"O sistema se baseia em impostos sobre o consumo, nunca nos que mais têm. Aqueles que realmente pagam impostos são muito poucos. Para fugir da taxa, são usados paraísos fiscais e empresas fantasma", assinalou Falco.

A contribuição obrigatória única tributará as pessoas cujos ativos declarados excedam 200 milhões de pesos (2,35 milhões de dólares), com uma taxa progressiva de até 3,5% para ativos na Argentina e até 5,25% sobre bens fora do país.

Cerca de 20% da arrecadação será destinada a insumos médicos para atendimento de emergência devido à pandemia, outros 20% para pequenas e médias empresas, 15% para programas de desenvolvimento social, 20% para bolsas de estudo e 25% para programas de desenvolvimento de gás natural.

"O tributo atinge 0,8% dos contribuintes. Destes, 42% possuem ativos dolarizados, dos quais 92% no exterior. Está longe de tributar a atividade produtiva", declarou o legislador governista Carlos Heller, um dos autores do projeto.

No campo oposto, o presidente da Sociedade Rural Argentina (SRA), Daniel Pelegrina, advertiu que "querem apresentá-lo como uma contribuição dos mais ricos, mas sabemos o que acontece com todos esses impostos únicos. Eles ficam para sempre."

Hernán Letcher, diretor do Centro de Estudos de Política Econômica (Cepa), assinalou que "a proposta não é uma exclusividade argentina. Há pelo menos 11 países da Europa e América Latina que avançam em uma justiça tributária maior. Essas medidas de apoio à renda das famílias e de subsídios são destinadas a reduzir a desigualdade."

ENTREVISTA Bruno Dantas, ministro do Tribunal de Contas da União – TCU

Teto de gastos é garantia de solvência do país

Ministro, o senhor está há seis anos no tribunal e acabou de ser eleito vice-presidente da Corte. Como avalia o trabalho do órgão?

Eu diria que, nos últimos 10 anos, o tribunal passou por uma transformação radical. Nós nos transformamos de um tribunal que antes somente auditava obras de engenharia para assumir um papel que eu considero hoje central na vida nacional, que é sermos também os garantidores da Lei de Responsabilidade Fiscal. Já houve uma época em que o TCU tinha uma função praticamente cartorial de aprovar atos de admissão e aposentadoria de servidores públicos, depois passa para uma outra etapa, que é de especialização em auditoria de obra, isso começa lá nos anos 90 com a CPI das obras inacabadas, com escândalo do TRT de São Paulo, aquele caso clássico lamentável do juiz Lalau, culminando com a Lava Jato. Veja que o TCU foi quem descobriu o superfaturamento na compra da refinaria de Pasadena, não foi a Lava Jato que descobriu, foi o TCU. Mas eu diria que hoje essa função de auditoria continua muito importante, mas uma função talvez ainda mais importante é o papel de garantir a responsabilidade fiscal, de zelar para que os gestores públicos não extrapolem as suas funções, não desperdicem recursos públicos, porque nós temos a compreensão de que em muitos casos é possível cometer uma irregularidade dentro da lei. E eu explico o que eu quero dizer com isso: quando a presidente Dilma usou o dinheiro de bancos públicos lá em 2013 para pagar benefícios sociais, ela não roubou esse dinheiro. Evidente, Dilma não teve suas contas rejeitadas porque desviou dinheiro público. Não estou dizendo que fez ou que não fez. Mas, nesse caso, não foi por essa razão que ela foi condenada. Ela foi condenada porque a Lei de Responsabilidade Fiscal impede, porque isso é algo de desastro para as finanças de um país, que o governo se financie por meio de bancos públicos. Então observe: não houve corrupção, mas houve uma ilegalidade do ponto de vista da responsabilidade fiscal. Agora mesmo, o tribunal acabou de avisar para o ministro Paulo Guedes que não vai aceitar uma meta flexível para 2021, porque é uma imposição da lei que o governo estabeleça qual é a meta de gastos para o ano inteiro.

O senhor falou que não houve liberação geral ao permitir gastos do orçamento desse ano em 2021. Como se deu esse processo?

Veja, essa declaração eu dei porque houve uma má interpretação do mercado financeiro, que basicamente são os credores da dívida brasileira. O Brasil está fechando 2020 com um déficit de algo na casa de R\$ 800 bilhões. É muito dinheiro. E para que o governo pudesse gastar R\$ 800 bilhões a mais, e aí tem várias razões, o auxílio emergencial, os benefícios tributários que as micro e pequenas empresas precisaram ter para se sustentar durante a pandemia, várias razões devem ser consideradas, mas a verdade é que, para o governo conseguir gastar esses recursos, alguém precisou emprestar dinheiro e isso são os credores e basicamente é o mercado financeiro. Houve uma decisão do TCU nessa semana sobre um tema muito técnico, muito específico, e houve uma interpretação errada do mercado de que o tribunal estaria aí afrouxando o rigor com que analisa o gasto público. E o que eu disse foi exatamente isso. Existe hoje para 2020 uma âncora fiscal muito poderosa que é o teto de gastos, que está na Emenda Constitucional número 95, que vale por 20 anos. Começou a valer em 2016 e vale por 20 anos, então até 2036 nós vamos ter esse regime especial de teto de gastos, que significa que o governo não pode em um ano gastar mais do que gastou no ano anterior corrigido pela inflação. Essa âncora fiscal do teto de gastos é importante porque é a garantia de solvência do Brasil. É a garantia que nós podemos dar para os credores internacionais, principalmente de que, quando os seus títulos vencerem, o Brasil vai ter dinheiro para pagar. O teto de gastos é uma garantia de solvência do país, então isso é uma coisa. Uma outra coisa é o que as regras orçamentárias definem como restos a pagar. Restos a pagar são as sobras do orçamento de um ano para o outro em que uma obra ou um serviço que foi contratado não pôde ser concluído no exercício fiscal em que houve a contratação. O que o TCU disse foi: o governo pode fazer a inscrição de restos a pagar referente ao orçamento de 2020 para 2021 desde que obedeça ao teto de gastos. Essa foi uma orientação que divergiu de uma outra que o Ministério da Economia, que



Eduardo Almeida / Inae / 22.09.2017

o ministro Paulo Guedes tinha adotado, porque ele tinha proibido rolar sobre orçamentárias de um ano para o outro. O ministro poderia ter feito isso? Poderia, mas ele disse que fez isso por ordem do TCU. O que nós dissemos foi: nós não demos essa ordem. Se o Ministério da Economia quiser fazer isso por sua própria autoridade, ele pode. O que ele não pode é colocar o TCU como escudo para tomar decisões impopulares diante do governo. Porque o TCU não decidiu isso.

Como o TCU tem atuado na fiscalização dos recursos que estão sendo disponibilizados para enfrentamento à Covid, ministro?

Essa é uma questão interessante, porque a maioria dos recursos é federal. Mas o gasto está sendo feito pelos estados e pelos municípios. Existe um processo no TCU que está discutindo ainda a competência, até onde vai a nossa competência e onde começa a competência dos tribunais de contas dos Estados. A minha proposta tende a ser uma atuação conjunta, porque o dinheiro tem origem federal, mas ele ingressa nos cofres dos estados como recomposição pela perda da receita. Então, a rigor, esse dinheiro deixa de ser federal quando entra nos cofres dos estados e municípios. O fundo que o governo federal transferiu para os estados e municípios funciona como uma recomposição de receita. Não é um convênio, como é a forma tradicional de repasse, de transferência voluntária da União para estados e municípios. É claro que ainda existem convênios, e existem convênios na área, por exemplo, da Funasa, que é a Fundação Nacional de Saúde, mas esses convênios são fiscalizados naturalmente pelo TCU. No nosso caso, nós temos fiscalizado funda-

mentalmente as compras do Ministério da Saúde. Nós temos uma regra de relatoria aqui no tribunal que não é por processo, é por setor. Então, há um ministro no tribunal que analisa todos os casos do Ministério da Saúde. É o ministro Benjamin Zymler. Então, volta e meia nós temos julgado alguns casos. Teve um processo, por exemplo, que o governo pretendia comprar quase R\$ 1 bilhão de aventais de uma empresa que tinha cinco funcionários. O tribunal mandou avisar ao governo que aquilo era irregular e que iria suspender a licitação, o próprio governo desistiu do contrato. E assim como esse, existem outros casos, mas eu não tenho acompanhado de perto esses casos da área da saúde, só quando chega no plenário para a gente votar.

Como o senhor viu a decisão do governo federal de cobrar o auxílio indevido de 2,6 milhões de pessoas? O valor recuperado ultrapassa a casa do R\$ 1,6 bilhão.

Na verdade, eu sou o relator desses casos no TCU e eu posso te afirmar que a atuação do TCU foi incansável para coibir os pagamentos ilegais do auxílio emergencial. Primeiro, porque é criminoso alguém que não tem direito se inscrever para receber R\$ 600 que o governo está dando de ajuda para pessoas vulneráveis, pessoas que estão com dificuldade para comer, para pagar o seu próprio sustento e o sustento de sua família. Não é criminoso apenas no sentido da fraude, é criminoso no sentido humano, é uma falta de sensibilidade, uma falta de humanidade que eu não consigo nem descrever. Então o TCU, desde o início do pagamento do auxílio emergencial, tomou muitas medidas para evitar e impedir esses pagamentos irregulares. Por exemplo,

Temos um papel central de garantidores da Lei de Responsabilidade Fiscal

TCU foi incansável para coibir os pagamentos ilegais do auxílio

Quase 11 mil candidatos receberam irregularmente o auxílio emergencial

Precisamos reduzir as tensões, eliminar o discurso de ódio

OSVALDO LYRA

Eleito vice-presidente do Tribunal de Contas da União, o baiano Bruno Dantas diz que um dos maiores desafios da Corte será manter o rigor no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, zelando para que os gestores não desperdicem recursos públicos. "Acreditamos na transparência como forma de controle social". Confira:

nós demos uma determinação ao Ministério da Cidadania, que é quem paga o auxílio, que na nossa opinião talvez tenha sido a decisão mais importante que tomamos. Nós obrigamos o ministério a divulgar a lista das 60 milhões de pessoas que receberam o auxílio emergencial. Então, além de ter a fiscalização dos órgãos oficiais, tem o controle social, tem a fiscalização da própria sociedade. Você pode perfeitamente entrar no site do Ministério da Cidadania e verificar se seu vizinho que tem patrimônio, tem renda, se ele se inscreveu para receber irregularmente. A partir disso, nós recebemos um volume muito grande de denúncias. Não só nós, o próprio Ministério da Cidadania, o Ministério Público, e por aí vai. Nós acreditamos na transparência como forma de controle social. Nós conseguimos fazer alguns cruzamentos muito interessantes. Então, por exemplo, nós cruzamos a base de dados da Receita Federal, que tem lá a declaração de bens, com a base de dados da Justiça Eleitoral, das pessoas que se candidataram a prefeito, vice-prefeito, vereador, e a base de dados do auxílio emergencial. Descobrimos um número, já nem me lembro mais, mas acho que 11 mil candidatos às eleições de 2020 receberam irregularmente o auxílio emergencial [nota: 10.724 candidatos receberam o auxílio emergencial e declararam patrimônio superior a R\$ 300 mil]. E desses, 1.300 se eu não me engano, tinham patrimônio de mais de R\$ 1 milhão [nota: 1.320 candidatos milionários conseguiram o benefício]. Ou seja, gente que definitivamente não precisava e se inscreveu para receber esse auxílio.

A Operação Lava Jato se fragilizou e muitas pessoas foram inclusive que ela está com os dias contados. O trabalho de fiscalização e atuação contra a malversação do dinheiro público se enfraqueceu com medidas como essa?

A Lava Jato teve um papel importante no país de revelar um esquema de corrupção enorme, na maior empresa brasileira, que é a Petrobras. E eu acho que, só por isso, a Lava Jato já merece todo o reconhecimento, todos os aplausos. Porém, o que a gente percebeu depois que esse belíssimo serviço foi prestado é que aqueles heróis que foram forjados a partir de um trabalho bem feito se transformaram em personagens da cena política. Você veja que o juiz Sérgio Moro não se satisfaz em fazer o seu trabalho de magistrado e decidiu virar político. A mesma coisa alguns procuradores. Eu acho que aí foi o ponto que eles próprios vulneraram um combate à corrupção. Eu acho que quem fragilizou o combate à corrupção em primeiro lugar foram essas pessoas que, picadas pela mosca azul, decidiram se transformar em políticas e políticos, surfando em uma indignação popular legítima, e infelizmente acabaram por fazer naufragar esperanças da população. Houve uma politização da Operação Lava Jato, que foi lamentável.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoparade.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoparade.com.br

Voices líderes pedem ações efetivas contra a ilegalidade no campo

A imagem brasileira nos mercados consumidores está sendo abalada pela repercussão do desmatamento no país, principalmente na Amazônia. Diversas lideranças exigem que ações sejam efetivadas para a aplicação da lei. O código florestal, por exemplo, além da captura de criminosos no contrabando, garimpos ilegais, uso ilegal da água, grilagem de terras. Ou seja, onde a lei e a ordem não viscejam, sem dúvida fica o campo livre para o mal imperar.

O ex-ministro Roberto Rodrigues, já em julho deste ano

nos alertava para a importância do combate à ilegalidade, pois o meio ambiente tem na juventude do mundo toda uma enorme aderência. E essa ilegalidade é a força nefasta condutora dos atos criminosos no agro brasileiro.

Podemos observar nas próprias eleições municipais como o voto jovem impacta assuntos como clima, sustentabilidade e aspectos sociais. E arrisco dizer que aquele que conquistar o voto jovem irá ter muito sucesso nas eleições de 2024. O Brasil será do jovem.

Dessa forma a imagem do

agro brasileiro precisa cada vez mais estar associada a fundamentos ambientais, onde temos de fato ótimos exemplos a revelar, como na

Onde a lei e a ordem não viscejam, fica o campo livre para o mal imperar

agricultura de baixo carbono, a integração lavoura pecuária e floresta e até no lançamento da carne e da soja, carbono neutros.

A imagem do agro brasileiro precisa estar associada a fundamentos ambientais

A Bahia possui 3 biomas. Uma riqueza de diversidade, onde em cada um deles temos a chance de crescer a economia, e a dignidade capilar de renda para toda a população. Nos biomas da caatinga, o semi árido, e na mata atlântica concentramos a imensa maioria da sociedade humana da Bahia. E pra cada um deles, a lei é crucial para que possam prevalecer os arranjos de cadeias de valor, e as plataformas sistêmicas desde a origem no campo até o seu consumo final.

Neste ano crescemos as

exportações para países em desenvolvimento numa faixa de 10%. E os países ricos caíram 5%.

Os jovens da China, Índia, África, Ásia, Oriente Médio, os maiores clientes do Brasil, são da mesma forma ligados e conectados nas mesmas demandas dos europeus, americanos ou australianos. Agora cresce a voz de líderes exigindo ação contra o ilegal e solução burocrática veloz para resolver as irregularidades, como por exemplo de produtores com suas terras, mas sem títulos legais da mesma. É hora da lei. O agro legal.

BIANCA CARNEIRO*

Considerado um dos setores mais lucrativos para a economia, o agronegócio vive um bom momento no país mesmo em meio a pandemia do novo coronavírus. Exemplo disso é que a participação dos produtos agropecuários na movimentação de cargas dos portos brasileiros, que representam uma das principais formas de importação e exportação, passou de 16% em 2019 para 21% em 2020, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O órgão diz ainda que, até o mês passado, a circulação de produtos agropecuários chegou a 175 milhões de toneladas.

Na Bahia, a participação de produtos agropecuários na movimentação de cargas nos portos do estado se manteve estável em 2020, segundo informações da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba). Tanto em 2019 quanto neste ano, a porcentagem é de aproximadamente 16%, considerando importações e exportações. A participação baiana em âmbito nacional, disponível no estudo do PIB do Agro, ainda não foi divulgada pela Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI).

Segundo a Codeba, os produtos agropecuários que mais são exportados nos portos do estado são a soja, o eucalipto, o sisal e as frutas. Com relação aos importados saem na frente o trigo, o arroz e o malte. A Bahia possui três portos públicos e seis Terminais de Uso Privado (TUP). Em geral, a maior movimentação ocorre no terminal privado de Madre de Deus, que é utilizado pela Petrobras.

Produtor de algodão há 23 anos, o também presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), Júlio Busato, realiza todas as suas exportações pelos portos de Santos (SP) e Salvador. Segundo ele, que vende principalmente para a Ásia, sobretudo, China, Vietnã e Bangladesh, houve um aumento das saídas. No entanto, ele diz que as taxas praticadas pelos portos brasileiros sobrecarrega os bolsos do comerciante.

"Temos muito a melhorar. Por exemplo, o produtor americano consegue embarcar uma tonelada de algodão com US\$ 25, o mesmo trabalho com US\$ 18. Nós já chegamos a gastar US\$ 90 por tonelada, então, temos

COMÉRCIO Até outubro, a circulação das cargas agropecuárias chegou a 175 milhões de toneladas

Movimento de produtos agrícolas nos portos passou de 16% para 21%

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 23.9.2020



Produtos agrícolas mais exportados pela Bahia são soja, eucalipto, sisal e frutas

Na Bahia, a participação de produtos agropecuários no movimento de cargas nos portos do estado se manteve estável em 2020, segundo a Codeba

um grande trabalho a fazer. Melhoramos muito nossos portos, mas relaxamos. Temos que trabalhar mais em uma lógica mais ágil e de menor custo para tentar enfrentar os nossos concorrentes", pontua.

Economia baiana

Apesar da estabilidade de 16% nos portos, o agronegócio se mantém como uma das maiores atividades econômicas da Bahia. Segundo a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri), as exportações do setor atingiram, de janeiro a outubro, aproximadamente US\$ 3,3

bilhões, o equivalente a 51,2% do valor total exportado pelo estado. Atualmente, a atividade econômica é responsável por cerca de um quarto de todas as riquezas geradas por aqui.

Refletindo os índices dos portos, os produtos mais vendidos em 2020 foram complexos soja - 44,83% (US\$ 1.457.610.589), produtos florestais - 25,64% (US\$ 833.586.454), fibras e produtos têxteis - 12,90% (US\$ 419.537.978), cacau e seus produtos - 4,98% (US\$ 161.872.272) e as frutas - 4,09% (US\$ 133.089.236). A China segue como o principal destino das vendas ex-

ternas, com participação de 48,4%, seguida da União Europeia (22%). Estados Unidos (6%), Turquia (3%) e Paquistão (2,9%) completam o ranking dos cinco principais mercados no período de janeiro a outubro.

Por causa dos bons números, a Seagri acredita que a pandemia não causou consequências significativas no agronegócio. Como a previsão é de que 2020 feche com movimentação de R\$ 39,8 bilhões, valor superior aos R\$ 35,4 bilhões obtidos em 2019, o órgão se mantém confiante e diz que a venda dos produtos agropecuários deve continuar em alta no

próximo ano. "A expectativa é de crescimento e abertura de novos mercados, pois, a presença significativa do agronegócio baiano nos mercados externos revela um sinal importante de competitividade do setor. A Bahia tem apresentado um desempenho invejável, sobretudo quando se examina o comportamento dos saldos da sua balança comercial, ao longo dos últimos anos. Tudo indica que essa atuação deverá continuar firme em 2021", informa o órgão.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MAIARA LOPES

OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE.
Participe desta página: e-mail: opinioao@grupoatarde.com.br
Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opinioao@grupoatarde.com.br

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Redução de incentivos do Fundeb é criticada

A Portaria Interministerial nº 03, de 25 de novembro de 2020, que “altera parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para o exercício de 2020”, é considerada pela deputada federal Alice Portugal (PCdoB) como mais um ataque do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) à educação, com a redução dos incentivos aos seus principais atores: professores e professoras.

A modificação promovida pelo Executivo federal reduziu de R\$ 3.643,16 para R\$ 3.349,56 o valor anual investido na educação de cada aluno, o que inclui o salário dos docentes.

– Essa redução absurda no custo aluno é um crime. Em um momento em que o governo precisa garantir que o ensino público possua condições de se viabilizar para um eventual retorno gradual das aulas, mantendo medidas de segurança sanitárias para todos os seus alunos, ele resolver reduzir o repasse e congelar o reajuste no salário dos professores que já é defasado – aponta a parlamentar.

A deputada federal do PCdoB, autora de um decreto legislativo que tenta sustar os efeitos da portaria interministerial, promete “lutar até o fim para derrubar mais essa forma de ataque contra escola pública e contra seus professores”.

Desligamento nos Correios

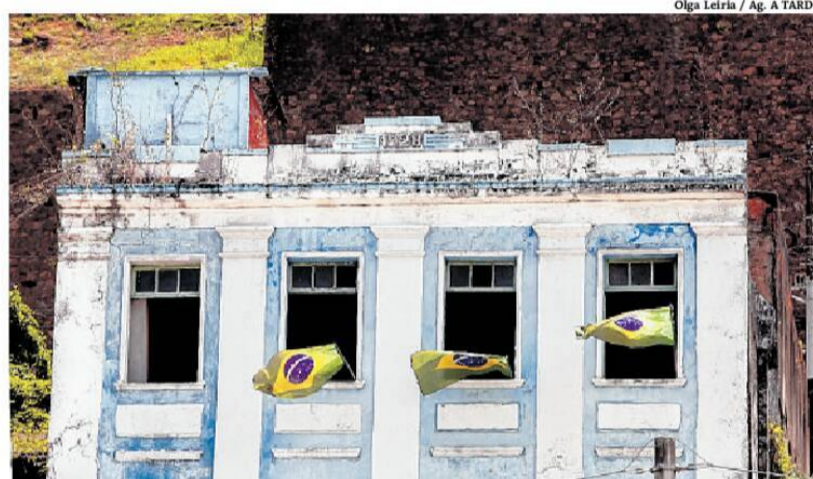
Os Correios deram início ao seu Plano de Desligamento Incentivado (PDI/2020), para empregados que estejam aposentados ou enquadrados em cargo em extinção na empresa, ou ainda aqueles com tempo de trabalho maior ou igual a 15 anos.

“A deslealdade ao texto constitucional caracteriza preocupante ofensa ao pacto da sociedade brasileira”

ROSA WEBER, ministra do Supremo Tribunal Federal, sobre reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado

“Vacinas não significam Covid zero”

MIKE RYAN, especialista da Organização Mundial da Saúde (OMS)



IDENTIDADE | Dois anos se passaram desde que a relação dos brasileiros com a bandeira mudou. É mais que necessário resgatar a conexão ampla com o símbolo da nação, sem que esteja associada apenas a determinados posicionamentos políticos.

Olga Leiria / Ag. A TARDE

Sindicato rural em Camacan

O município de Camacan, no sul do estado, inaugurou uma sede para o sindicato dos produtores rurais, unindo força com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FaeB). A inauguração reuniu algumas das principais lideranças dos produtores rurais do estado, com destaque para o presidente da FaeB, Humberto Miranda, a quem coube conduzir a solenidade de estreia da sede.

– Conheço as dificuldades que a região do cacau passa, mas é preciso acreditar que nós somos capazes de juntos ter a competência de transformar e fazer a mudança para melhor e resolver – afirmou Miranda.

Para o presidente da FaeB, os problemas podem ser solucionados por meio do conhecimento, da inovação, da diversificação e da tecnologia, ao destacar o apoio da FaeB em busca de soluções. Já o presidente do sindicato, Anderson Nascimento, falou sobre a conquista com a nova sede e do trabalho empreendido para ver os bons resultados para os produtores rurais do município:

– A sede do sindicato hoje é mais uma ferramenta que o município de Camacan ganha para o meio rural e para a população.

POUCAS & BOAS

● Devido à demanda elevada por agendamento para visitação da Vila da Esperança, no Campo Grande, cujas vagas para o período pré-natalino foram esgotadas, a prefeitura de Salvador passou a oferecer um horário extra. Quem quiser conferir as luzes natalinas na Praça 2 de Julho agora pode fazê-lo às 22h10, até o próximo dia 6 de janeiro. As vagas estarão disponíveis no site natal.salvador.ba.gov.br. A visitação dura 30 minutos.

RAUL AGUILAR E REDAÇÃO

O samba no prato de Santo Amaro do Catu

Gildecil de Oliveira Leite

Escritor, sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, professor da Uneb
gildecil.leite@gmail.com

Conheci o samba no prato em minha infância e adolescência nos anos 1980. Ouvia com primas, irmã e às vezes com meu irmão caçula o arrANHAR do garfo no prato de nossa vizinha em frente à nossa simples casa de verão em Santo Amaro do Catu: bons tempos. Apesar de o santo ser o mesmo, a localidade é outra, fica na Ilha de Itaparica, cidade de Vera Cruz e àquela época já se chama Jiribatuba. Santo Amaro é santo de mais de um lugar. Já preferíamos os acordes da guitarra baiana e o outros sambas tocados nas rádios locais. Ao menos não éramos obrigados a ouvir somente enlatados de lá de outros países, às vezes também da-

qui de outros estados.

O atrito ritmado do garfo no prato era quase estragado pelas vozes desafinadas da turma, que eufórica abafava também o violão e às vezes competia em quase igualdade de condições com o pandeiro e outros instrumentos percussivos. Quanta energia possuíam aquelas pessoas. O trabalho do povo beira-mar sempre foi puxado. Labutar nos manguezais, na maré, catar mariscos, ajustar redes com os gambitos, pescar tainhas, vermelhos, robalos,

Naquele grupo de gente feliz e trabalhadora o atrito do garfo no prato anunciava que a despensa estava cheia

cacundas, carapicuns e pititingas, garantia alegrias às mesas e forças para o samba. À noite, a brincadeira começava de forma desinteressada.

O casal sentava-se à porta da casa de taipa, mais humilde que a nossa. Ele trazia seu charuto, ela mostrava indispensável mascar o seu fumo. Talvez lá entre umas e outras cusparadas conversassem sobre o início do samba, mas se ela trazia logo seu prato e garfo de estimação, ele pela janela pegava o violão. A precariedade da energia elétrica em nossa rua nos favorecia ao contemplar da lua, ao sorrir da vida alheia. Com a tela da televisão, limitada por uma fração de sua capacidade, ficávamos irritados, afinal ver a imagem cortada seria pior do que não a ver.

Nos rendíamos às imagens em frente à nossa casa. Às vezes por perversidade infantil riamos dos desafinados, escondi-

dos, pois a nossa liberdade vigiada era bem vigiada, e quaisquer queixas seriam casos de fraude. Isso é verdade, visto que não há como auditar o processo de votação para detectar fraude. Mas os indícios são muitos. Um recente ocorreu no 1º turno da eleição de São Paulo capital. Nas quatro parciais a 0,39% dos votos computados, a 37,77%, a 57,77% e a 99,67%, os percentuais de votos dos quatro primeiros candidatos Covas, Boulos, França e Russomano se mantiveram em 32%, 20%, 13% e 10%, com variação só nos décimos e centésimos. É muito improvável que toda São Paulo faça as mesmas escolhas. Não há como saber? A eleição paralela em urnas sorteadas e a permissão de acesso às urnas por três dias a poucos escolhidos é só jogo de cena. Nada auditada, nada comprova. Não se trata de teoria da conspiração. Só com um sistema auditável é possível manter nossa democracia livre do domínio dos ditadores de berrões. O atual permite fraude por elemento intramuros. **JOSÉ RENATO ALMEIDA, JR-MALMEID@GMAIL.COM**

ESPAÇO DO LEITOR

opinioao@grupoatarde.com.br

Ⓞ Uso político das vacinas

As três versões de vacina. A vida do povo brasileiro está sendo sordidamente manipulada, como cobaia política, pela ultradireita e direita neoliberal. A bolsonarista dá exclusividade à vacina de Oxford/AstraZeneca (inglesa), em colaboração com a Fiocruz; a coronovac, da farmacêutica chinesa, em colaboração com o Instituto Butantan, é usada pelo governador de S. Paulo, Jorge Dória, para viabilizar sua candidatura à presidência da República; e a vacina experimental dos EUA, Pfizer, também apoiada pelos neoliberais, atropela protocolos, exige condições especiais de refrigeração onerosas, manutenção e distribuição. Moral da história: o Brasil comandado por uma classe dominante insustentável, apodrecida (bilionários direitistas e ultradireitistas), dá mais uma clara demonstração de descaço com a vida de 200 milhões de brasileiros vulneráveis. Prioriza, acima de tudo, seus mesquinhos interesses de classe. Fora golpistas, volta Lula. **ANTONIO NEGRÃO DE SÁ, NEGRAOSA1@UOL.COM.BR**

Ⓞ Santa Bárbara na pandemia

Ninguém, por mais pessimista que fosse, poderia imaginar que um dia os festejos da rainha dos raios, Santa Bárbara para uns, lansã para outros, tivesse que se submeter a agendamentos para assistir à missa na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Pe-

lourinho. Fico a pensar que as homenagens a Santa Bárbara já viveram muitos momentos de dificuldade, especialmente o mercado, que leva seu nome, que esteve deteriorado, fazendo a festa perder sua hegemonia, e, através do Projeto Cultural Cantina da Lua, ousamos, com pouca ajuda oficial, não só manter a missa e a procissão, mas o tradicional caruru, preparado com muito esforço e dedicação por D. Deuzinha, com ajuda de amigos. Lembro-me perfeitamente quando o altar de Santa Bárbara desabou. Tive que tirar a imagem e padre Hélio Rocha pôde abrigá-la na Igreja de Nossa Senhora dos Homens Pretos. Mas o bom é que depois disso a festa de Santa Bárbara cresceu

Mais uma vez, quero pedir a Deus que ilumine o espírito dos mais de cento e setenta mil brasileiros que perderam a vida. Força e energia aos seus entes queridos

a ponto de a procissão percorrer as ruas do Centro Histórico, até chegar ao quartel dos bombeiros, onde era recebida com as sirenes dos carros. A entrada no quartel era uma verdadeira apoteose. Depois, pela Baixa dos Sapateiros, fazia uma parada no Mercado São Miguel. Alô, Deco! Em seguida, iam até o Mercado de Lansã. Teve um ano que fomos até Charlotte do Taboão, onde com muito carinho foi entronada uma imagem. Axé, Claudete Macedo! Axé, Dra. Tânia Simões! Axé, Jorginho Comancheiro! Axé, padre Lázaro Bonfim! Axé, Milton Sampaio e a todos e todas que mantêm viva essa tradição! Que Santa Bárbara nos livre dessa pandemia, mas precisamos ser cuidadosos. Mais uma vez, quero pedir a Deus que ilumine o espírito dos mais de cento e setenta mil brasileiros que perderam a vida. Força e energia aos seus entes queridos. **CLARINDO SILVA, CLARINDOLUA@BOL.COM.BR**

Ⓞ A democracia por um fio

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Barroso, festejou o sucesso das eleições e reiterou que o sistema com os dados em urnas eletrônicas é seguro e confiável. E foi além, disse não haver possibilidade de se implantar voto impresso no Brasil! É difícil entender por que os ministros do STF consideram o voto impresso inconstitucional. As justificativas em seus votos, no julgamento que rejeitou a im-

SALVADOR

salvador@grupatarde.com.br

REGIÃO METROPOLITANA

COVID-19 Bahia registra 21 mortes e 3.268 novos casos nas últimas 24 horas

atarde.com.br/bahia

PANDEMIA O prefeito ACM Neto prega união entre gestores e revela que campanha de vacinação está sendo preparada

Prefeitura defende a compra conjunta, com o estado, de vacinas contra a Covid

FERNANDO VALVERDE E REDAÇÃO

O prefeito ACM Neto voltou a defender, ontem, uma possível compra conjunta de vacinas em parceria com o governo do estado, caso o Ministério da Saúde não disponibilize doses suficientes para imunizar a população. E afirmou ainda que a estratégia de imunização já está sendo desenhada.

“Defendo que prefeitura e governo se unam para comprar vacinas e acelerar a imunização na capital. Temos a disposição de somar esforços, seja com o governo do estado ou com o governo federal. Não quero criar nenhum tipo de factóide e partimos do pressuposto de que só será possível comprar a vacina que estiver autorizada no país. Porém, assim que for autorizada, não faremos distinção alguma de origem da mesma”, disse.

O prefeito divulgou ainda que a capital já possui três freezers de armazenamento a -80°C, essenciais para a manutenção do composto, e que pediu ao secretário da Saúde, Leo Prates, que iniciasse conversa com outras farmacêuticas para acelerar o processo de obtenção do imunizante.

“Já tinha aberto o diálogo com o governo de São Paulo e pedi ao secretário de Saúde que iniciasse diálogo com a Pfizer e com todas as instituições que estão correndo para credenciar as vacinas”.

Diálogo

O decreto publicado pelo governo do estado na manhã de ontem, que prevê a proibição de “shows, festas, públicas ou



Jefferson Peixoto / Secom / 29.7.2020

Neto afirmou que, assim que alguma vacina for aprovada pela Anvisa, não fará distinção da origem dela

privadas, e afins, independentemente do número de participantes”, será respeitado pela prefeitura, de acordo com o prefeito ACM Neto.

O gestor afirmou que não “existem divergências” no entendimento sobre a me-

Divulgou ainda que a capital já possui três freezers de armazenamento a -80°C

didada, mas reclamou da falta de diálogo do que chamou de “decisão unilateral” do governo Rui Costa (PT).

“Não foi discutido com a prefeitura. Não participamos da discussão, mas o poder regulamentar sobre o assunto é conjunto. E aqui sempre foi assim. Se um diz não, o não tá dado. Quando a prefeitura disser não, o governo terá que acatar, da mesma forma a prefeitura terá que acatar. É uma posição que deve ser respeitada pela prefeitura e será respeitada. Da mesma forma que, se a prefeitura dissesse não pode, esperaríamos respeito. Foi uma decisão tomada sem conversar, mas a

prefeitura adere, respeita e acata”, afirmou.

Alvo de elogios durante a pandemia do novo coronavírus, o entendimento entre os dois adversários políticos parece ter sofrido rachaduras após o tenso pleito eleitoral em que Bruno Reis, candidato do prefeito Neto, derrotou a Major Denice, apadrinhada pelo governador Rui Costa. De acordo com o democrata, uma reunião com o petista foi solicitada desde o fim da campanha e ainda não foi atendida.

“Nós já descemos do palanque. Penso eu que a condução deve ser de entendimento e parceria, e o entendimento da população sobre

nossa parceria é absoluta. Acredito que o governador vai marcar esse encontro, achar a brecha na agenda”.

Medidas restritivas

O prefeito ACM Neto também anunciou a ampliação do programa de medidas que visam conter o avanço do coronavírus em Salvador. Agora, os bairros de Itapuã e Pernambués se juntam a Pituba e Brotas na execução de medidas de higienização e pontos de teste rápido.

No primeiro dia da segunda etapa de ações nos bairros foram aplicados 287 testes e registradas 55 pessoas com diagnóstico positivo para o novo coronavírus.

Abriço de idosos registra mais de 30 casos do novo coronavírus
DA REDAÇÃO

O abriço São Vicente de Paulo, que fica na cidade de Ilhéus, na região sul da Bahia, voltou a ter casos confirmados do novo coronavírus entre idosos e funcionários. Desta vez, 34 pessoas infectadas foram registradas, e duas delas estão internadas.

Segundo a coordenação do abriço, os testes foram feitos no último dia 24 de novembro, depois que algumas pessoas apresentaram sintomas da Covid-19. A previsão é que tanto os pacientes internados quanto os que estão em isolamento social tenham alta médica ainda no dia de hoje.

A vigilância epidemiológica foi acionada e fez um trabalho de desinfecção no abriço São Vicente de Paulo. A coordenação da instituição disse ainda que boa parte dos infectados foi assintomática e que os dois internados são idosos, que foram hospitalizados porque apresentaram quadro de falta de ar.

A coordenação do abriço disse ainda que outros sete idosos testaram positivo para o novo coronavírus pela segunda vez, mas que a administração ainda investiga, junto com as autoridades de saúde do município, se são casos de reinfeção.

NOVO CORONAVÍRUS

Voluntários mudam estratégias para atuar durante a pandemia

BRUNO BRITO

Em 2020, ano em que foi declarada a situação de pandemia da Covid-19, os voluntários que prestam serviços em hospitais e organizações de combate à pobreza foram afastados de suas atividades por questões sanitárias. Neste sábado, em que se comemora o Dia Internacional do Voluntariado, a prática já retornou em alguns ambientes, promovendo atividades de bem-estar social.

Nos hospitais, ações que eram realizadas em contato com pacientes foram suspensas ou passaram a acontecer de forma online. Já nas ações de combate à pobreza, as medidas passaram a contar com menor quantidade de pessoas nas ruas, como forma de assegurar a saúde de voluntários e beneficiados.

Entre as instituições que precisaram suspender as atividades voluntárias está o Grupo de Apoio à Criança com Câncer (Gacc) – Bahia. Segundo a coordenadora do voluntariado da instituição, Márcia Lafene, pelo fato de lidarem com o público de crianças com câncer, que possuem baixa imunidade, a única saída foi suspender os serviços.

“Até o momento, a única atividade que retornou foi a fisioterapia, seguindo todos os protocolos de segurança. Além desse retorno, encontramos uma saída que foi

desenvolver atividades de forma online, como o serviço de psicologia e a contação de histórias às crianças. Sem o voluntário, somos uma instituição diferente. O voluntário é a alma, não temos como existir sem ele, é importante para nós, para as crianças”, destacou.

Já para quem desenvolve o trabalho voluntário, a sensação foi de tristeza ao saber da suspensão dos serviços. No entanto, com o retorno da fisioterapia, após nove meses parados, Daniel Souza, 23, que é voluntário do Gacc há quase dois anos, encarou a volta com muita felicidade.

“Ficamos quase 10 meses sem prestar o atendimento. Pelo tipo de paciente que é o oncológico, ele precisa de muita atenção. Estamos seguindo todos os protocolos, como voluntário, é um cuidado a mais que temos, não apenas conosco, mas também com o paciente. É um trabalho fundamental, ser voluntário é muito gratificante, não dá nem para dimensionar”, afirmou Daniel.

A suspensão das atividades voluntárias atingiu também a Obra Lumen, que é uma comunidade católica, surgida em Fortaleza há 31 anos e com atuação em Salvador, com foco no voluntariado. Por conta da pandemia, atividades como a visita em hospitais, com o projeto Alegria-vos, precisou ser suspensa. Por outro lado, as ações na Casa Lumen, que abriga pessoas em situação de

rua, bem como a assistência a esse público, seguiu durante a pandemia, como forma de minimizar os impactos.

“O papa diz que a origem dos problemas no mundo vem do egoísmo e da indiferença. Temos uma sociedade voltada para si, indiferente ao sofrimento do próximo. Acredito que o voluntariado é uma obrigação moral, e muito mais que a obrigação, é uma grande alegria, eu sou profundamente feliz por isso”, destacou Victor Rodrigues, coordenador-geral da Obra Lumen em Salvador.

Também na Obra Lumen, Leandro Maia, 27, é um grande exemplo da prática do voluntariado. Ele, que é cearense, abdicou de sua vida para atuar com práticas voluntárias. Atualmente, ele é um dos voluntários que recebem pessoas em situação de rua na Casa Lumen, na Federação.

“O que me fez deixar tudo foi a experiência espiritual, o social tem o impacto todo importante. Se já fosse só pelo social, já seria válido, mas por ser também uma experiência com Deus. Além de reconhecer que todas essas pessoas que ajudamos também são Deus, pois Deus vive neles, a forma de retribuir é cuidar dessas pessoas, que são marginalizadas e excluídas”, disse.

Habitação

Outra organização com foco nas ações voluntárias, que também precisou se reinven-



Alex Oliveira / Ag. A TARDE / 4.12.2020

tar durante a pandemia, foi a Teto, que atua por intermédio da ação conjunta de voluntariado e moradores de comunidades em situação de vulnerabilidade social. Na organização, as ações foram suspensas durante todo o primeiro semestre de 2020, retornando no segundo semestre, com quadro reduzido de

A suspensão das atividades voluntárias atingiu também a Obra Lumen

voluntários e promovendo projetos de infraestrutura de combate à Covid-19.

“O voluntariado é a grande base da nossa organização, mais de 90% dos que trabalham na Teto Brasil são voluntários. Com o retorno, fizemos ações de lavatórios comunitários, projetos de captação de água da chuva, além da construção de 10 moradias emergenciais, para famílias que estavam em situação precária em Dias D’Ávila, no início de novembro”, explicou Tiago Scher, gestor da Teto na Bahia.

Dentre as ações desenvolvidas, o projeto de captação de água da chuva, promovido em seis residências, beneficiou pessoas como Alexandra da Silva, que reside na comunidade Manuel

Leandro Maia, voluntário na Casa Lumen, e Luís Carlos

Faustino, em Pirajá. Para ela, a ação contribuiu, inclusive, como um suporte para o enfrentamento à pandemia.

“Como é um lugar difícil de cair água, tinha dificuldades em higienizar as mãos mesmo, depois que colocaram foi uma ajuda imensa. Agora podemos lavar sempre as mãos, o que ajuda bastante na minha higienização e de meus filhos e na prevenção ao vírus. São ações que mostram a importância desses voluntários. Mudou minha vida, é uma maravilha, uma bênção. É uma demonstração de amor”, ressaltou.

Para Franciane Santos, 23, que é voluntária da Teto há um ano e meio e participou do projeto na casa de Alexandra, a atuação durante a pandemia foi uma experiência diferente. E, com o retorno, ter a possibilidade de promover a mudança de vida é o principal sentimento que ela busca com a prática do voluntariado.

“Vimos uma comunidade, em meio à pandemia, sem poder realizar a higienização da forma correta. Então, ver que estamos propiciando o básico é muito gratificante, oferecendo uma qualidade de vida melhor às pessoas. Vejo que ser voluntário é algo necessário e pouco procurado. Tive esse start, quando fui beneficiada com uma ação voluntária, então pensei que era uma forma de retribuir”, contou Franciane.

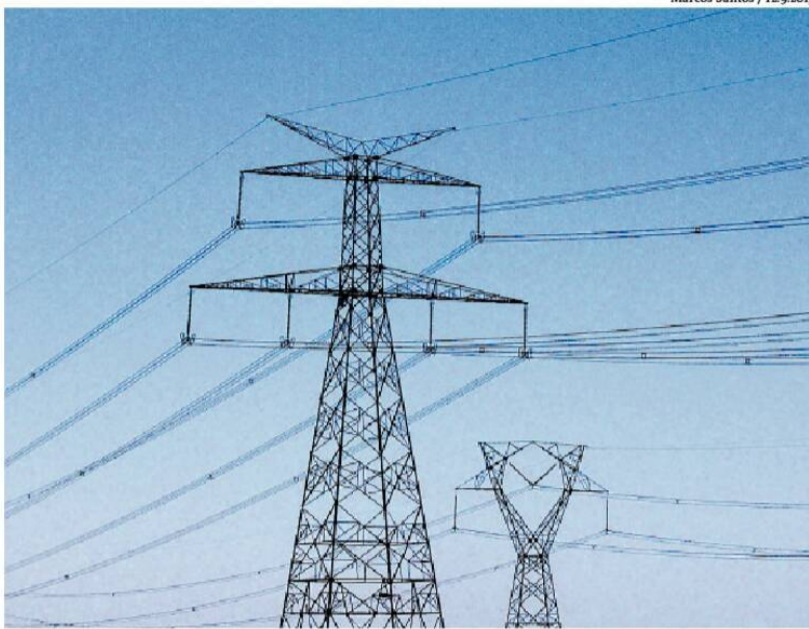
ECONOMIA & NEGÓCIOS

SÃO PAULO Criação de vagas de emprego cresce 1% no estado

atarde.com.br/economia

ABAIXO-ASSINADO Mobilização visa aprovar emendas de MP e inclusão de marco legal do setor

Associações assinam manifesto por geração distribuída de energia



Marcos Santos / 12.9.2013

CÁSSIO SANTANA

Associações representativas do setor de energia enviaram um manifesto ao Congresso Nacional em defesa da Geração Distribuída (GD) de Energia no país, em especial a solar. O segmento reclama de um sistema de compensação contraproducente proposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em relação à produção de energias limpas.

GD refere-se à energia elétrica gerada no local de consumo ou próximo a ele, por meio de fontes renováveis, como energia solar, eólica e hídrica. A Aneel propôs que o produtor (quem produz e consome energia) recebesse de volta, em vez de 100% — como já acontece —, 38% do valor da produção, em relação ao valor da energia consumida, o que, segundo as associações, "seria prejudicial para os consumidores". O manifesto defende a criação de um marco legal regulatório.

MP 998 tem como objetivo amenizar os impactos no valor da conta de luz

SAIBA COMO TER ACESSO AO MANIFESTO

O manifesto das associações representativas do setor de energia já reuniu mais de quatro mil assinaturas e pode ser acessado pelo link: bit.ly/manifestogd.

"A GD precisa de uma nova regulamentação que seja equilibrada, sem prejudicar nenhuma das partes", defende o documento enviado, que apresenta uma série de benefícios da GD à sociedade, como geração de empregos, redução do impacto ambiental e economia na conta de energia. Além de ganhos do

setor elétrico, como reduções de perdas com o transporte da energia e da necessidade de bandeiras vermelhas na conta e postergação de investimentos na rede de distribuição. "Chamamos a atenção dos presidentes das casas para esses pontos positivos e destacamos a importância de uma regulação justa".

GÁS

Ministro quer aprovação do novo marco regulatório

AGÊNCIA BRASIL

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu ontem a aprovação do novo marco regulatório do gás ainda este ano. Segundo ele, a nova legislação trará mais competitividade ao setor. Albuquerque participou do 25º Encontro Anual da Indústria Química 2020, realizado de forma online por conta da pandemia de Covid-19.

"No mês passado completamos 25 anos da emenda constitucional que pôs fim ao monopólio da Petrobras no setor de petróleo e gás natural e agora é o momento de comemorar, também neste ano, a aprovação do marco legal que permitirá a competição no setor de gás e o aumento da competitividade", falou.

A essência do texto aprovado na Câmara, que ainda poderá ser modificado, é a substituição do atual regime de concessão pelo de autorização na atividade de transporte de gás natural. No sistema de concessão, a empresa privada precisa vencer um leilão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para participar do mercado de gás. Já no sistema de autorização, basta que a empresa apresente um projeto para a construção ou ampliação de gasodutos após chamada pública e aguarde a aprovação da ANP.

ONLINE

Agricultura familiar resiste em meio à pandemia



FERNANDO VALVERDE

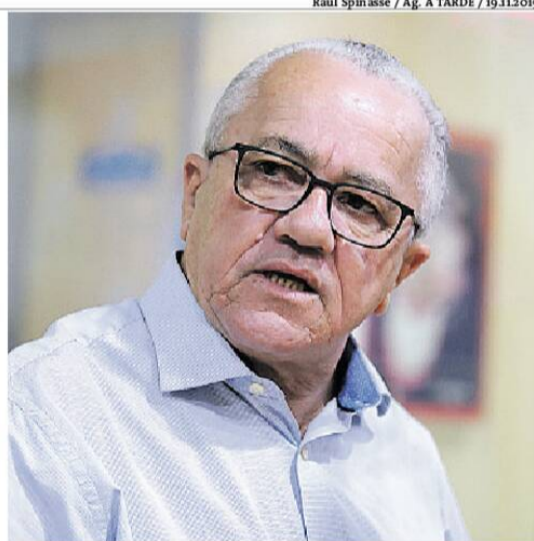
Começa hoje a 11ª Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Realizado pela primeira vez de forma online por conta da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o evento, que vai até o próximo dia 13 de dezembro, será gratuito e aberto ao público.

Em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM, o secretário de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia, Josias Gomes, falou sobre as medidas que garantiram a execução da feira e a resistência da agricultura familiar em meio a um momento tão crítico da economia nacional.

"Antes da pandemia já tínhamos uma loja virtual para vender esses produtos e, durante a pandemia, inten-

sificamos. Fizemos palestras e seminários para que as cooperativas adentrassem esse caminho virtual, e elas seguiram. Nós fizemos uma intensificação das vendas online durante essa pandemia e aproveitamos para lançar um edital que atendeu cerca de 10 mil agricultores na produção de hortaliças", falou Gomes, que acrescentou: "Avançamos também com a maioria dos editais que estavam em curso para que não houvesse diminuição na produção de alimentos. Por conta dessas ações, a agricultura familiar sentiu muito menos os impactos da pandemia", explicou.

Oferta Responsável pela maior parte de oferta de alimentos na Bahia, com 77% dos produtos consumidos no estado originários de pequenas propriedades de terra, a agricultura familiar achou no espaço online um novo nicho, que, de acordo com Josias, veio para ficar. Po-



Raul Spinassé / Ag. A TARDE / 19.11.2019

Secretário Josias Gomes esteve no rádio A TARDE FM

rém as tradicionais feiras do interior do estado também devem ser preservadas e ações buscadas para garantir a segurança sanitária de todos os envolvidos durante esse período.

"Investir em tecnologia no desenvolvimento rural é garantir que o avanço das ações se consolide em um menor espaço de tempo. Em um mercado tão competi-

tivo, sempre procuramos inovar para garantir o protagonismo da Bahia nesse setor essencial para o estado e milhões de famílias baianas. Fizemos uma série de ações para minimizar os impactos. Distribuimos kits de proteção para os agricultores e feirantes conforme os protocolos de saúde determinados", explicou Gomes. "Fizemos essa nova modelagem e a Fae deu os cursos para que os feirantes ficassem alertas quanto a essas medidas sanitárias. Não descuidamos um minuto sequer da nossa tarefa de permanecer com o nosso trabalho do desenvolvimento da agricultura familiar no estado", finalizou o secretário de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia, Josias Gomes.

CAMAÇARI

Empresa do Polo Industrial recebe prêmio nacional

DA REDAÇÃO

A Kordsa Brasil, empresa do Polo Industrial de Camaçari, recebe prêmio nacional. Com matriz na Turquia, a unidade da Bahia torna-se um case de sucesso em gestão de pessoas, conquistando, pelo segundo ano consecutivo, o destaque de melhor lugar para trabalhar no Brasil.

A inovação em estratégias de gestão de pessoas, com práticas que motivam, valorizam e desenvolvem uma cultura de pertencimento aos 410 reforçadores, como são chamados os funcionários da Kordsa, conferiu à empresa o prêmio.

O Prêmio Lugar Mais Incrível para Trabalhar no Brasil é resultado da pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Administração (FIA) em parceria com a UOL, da qual participaram empresas de diversos segmentos, tendo seu resultado anunciado nesse mês.

Para chegar a esse patamar de reconhecimento nacional, a Kordsa investiu tempo e pesquisa e se dedicou a transformar radicalmente os modelos de gestão praticados pelo mercado, apostando em um pensamento mais humanizado, no qual o respeito e a colaboração foram os ingredientes para esta receita dar certo.

FINANÇAS

Captação da poupança cai pela primeira vez no ano

AGÊNCIA BRASIL

Aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros, a caderneta de poupança registrou a primeira queda na captação líquida (depósitos menos saques), depois de nove meses consecutivos de melhora. Em novembro, os investidores depositaram R\$ 1,48 bilhão a mais do que retiraram da aplicação, informou ontem o Banco Central (BC).

A captação líquida é 39% inferior ao registrado em novembro do ano passado, quando os brasileiros depositaram R\$ 2,43 bilhões a mais do que tinham sacado. Nos últimos meses, a caderneta tinha quebrado uma sequência de recordes desde o início da série histórica, em 1995.

Apesar do recuo no mês passado, a poupança acumula entrada líquida de R\$ 145,71 bilhões de janeiro a novembro. Esse é o melhor desempenho para o período registrado pela aplicação financeira.

A aplicação começou o ano no vermelho. Em janeiro e fevereiro, os brasileiros retiraram R\$ 15,93 bilhões a mais do que depositaram. A situação começou a mudar em março, com o início da pandemia da Covid-19, quando os depósitos passaram a superar os saques.

LEILÃO DE APARTAMENTO - SALVADOR/BA
Online
1º Leilão: 15/01/2021 às 11h00 | 2º Leilão: 19/01/2021 às 11h00
Leilão de Alienação Fiduciária - Fabio Zukerman, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 719, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pela Bradesco Administradora de Consórcios Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 52.568.821/0001-22, promovendo a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e horas indicadas, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: Salvador/BA, Pau de Lima, Rua Colina Azul (antiga Rua A), nº 5192, Parque Residencial Colina Azul II, Bloco 10, ap. 302. Área constr.: 52,51m², Matr. 43.273 do 2º R/Local. Obs.: Ocupado. (AF). 1º Leilão: 15/01/2021, às 11:00 h. Lance mínimo: R\$ 203.453,10. 2º Leilão: 19/01/2021, às 11:00 h. Lance mínimo: R\$ 58.800,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão). Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.zukerman.com.br. Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fidejussário será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465 de 11/07/2017.
Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: BANCO.BRADESCO/LEILOES | www.ZUKERMAN.com.br

LEILÃO EXTRAJUDICIAL DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online
1º Leilão: 16/12/2020 às 14h30 | 2º Leilão: 18/12/2020 às 14h30
Credor Fiduciário: BANCO TRIANGULO S/A - Fidejussante: RODRIGO MAGALHÃES SILVA DOS SANTOS Devedora: FABROLIN COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ESTRUTURA DE CIMENTO LTDA. EPP
LOTE 01 - VALENÇA/BA - DISTRITO DE GUAIBIM
Um lote de terras, situado no Povoado do Guaimim, Valença/BA, desmembrado do loteamento Albatroz, sob nº 02, com as medidas seguintes: largura e comprimento, largura na frente 20,00m, igual largura no fundo e comprimentos laterais 80,00m, total de 1.600,00m², limites a esquerda com o lote nº02 e ao fundo com o lote nº01; e fundo, com terras da fazenda curral. Imóvel objeto da matrícula nº 1.328A do Oficial de Registro de Imóveis de Valença/BA.
1º Leilão - Lance mínimo: R\$ 1.060.000,00 | 2º Leilão - Lance mínimo: R\$ 674.000,00
Arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, (inclusive o(s) fidejussante(s)), no caso de exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do Leiloeiro. Leiloeiro Oficial: Bora Mar - Inscrição 744.
MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | www.ZUKERMAN.com.br

LEILÃO - ÁREA RURAL EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA
16/12/2020
QUARTA-FEIRA | 9h30
ONLINE
Lilianne Pestana Gomes
Leiloeira Oficial | JUCISRS 168/00
51 99537.5119 • 51 3535.1000
Edital completo, descrições e fotos do imóvel no site: leiloes.com.br

PESTANA LEILÕES

Parte de terras c/ 400,0ha Na Fazenda Elaine (Rio das Balsas) Acesso pela Estr. Estadual BA-461, s/nº, Zona Rural.
Lance inicial: R\$ 900.000,00

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
• À vista com 5% de desconto;
• Parcelado c/ sinal de 30% e o saldo em até 6x c/ juros;
• Financiado c/ instituição financ. de livre escolha c/ sinal de 30%;
• Comissão de 5% à Leiloeira no ato do leilão.

Knowledge grows

Correio

O QUE A BAHIA QUER SABER

seria ainda maior, de 32,5%. Em relação à semana equivalente do mês anterior, houve aumento de 52,8%.

SECA GERA PREJUÍZOS PARA PRODUTORES

SOJA As lavouras de soja têm sentido os efeitos da seca em diversos estados do país. E em Mato Grosso os produtores estão enfrentando mais gastos com o replantio de muitas áreas. "Está bem quente, o solo está com a temperatura elevadíssima. Cozinha o grão, não germina, ela vai inchar e apodrecer ali", diz o engenheiro agrônomo Victor Sanches, que presta consultoria para um grupo agropecuário, que tem diversas propriedades no oeste de MT.

Nesta safra, dos 24 mil hectares semeados pela empresa, 1.200 precisaram de replantio, uma situação que nunca havia ocorrido antes na companhia.



Os financiamentos de investimento aumentaram 46% e somaram R\$ 32,4 bilhões de julho a novembro

Contratações de crédito rural têm alta de 19% entre julho e novembro

BALANÇO O crédito rural manteve desempenho favorável no período de julho a novembro deste ano, quando as contratações atingiram R\$ 108,75 bilhões, aumento de 19% em relação à igual período da safra anterior. De acordo com o Balanço de Financiamento Agropecuário da Safra 2020/2021, o destaque dos cinco meses da aplicação dos recursos do Plano Safra 2020/2021 foi para os finan-

ciamentos de investimento, que aumentaram 46%, se situando em R\$ 32,4 bilhões, e para os créditos de custeio, cujo valor contratado foi de R\$ 60,27 bilhões, alta de 13%.

As operações com industrialização ficaram em R\$ 6,6 bilhões, incremento de 9%. O crédito para comercialização teve queda de 7%, em resposta à continuidade do cenário de preços agrícolas elevados.

As contratações de crédito de investimento realizadas pelos programas Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) e Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) aumentaram 7,3% e 13,4%, respecti-

vamente. A participação desses programas no total de crédito rural foi de R\$ 32,6 bilhões (30%) e as contratações realizadas pelos demais produtores se situaram em R\$ 76,09 bilhões (70%).

O diretor do Departamento de Crédito e Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wilson Vaz de Araújo, enfatiza que os financiamentos de custeio e de investimento realizados com recursos subvencionados, no Pronamp, no valor de R\$ 9,84 bilhões, respondem por 67% do total contratado nesse programa, e que no Pronaf essa participação foi de R\$ 11,56 bilhões ou 64% do total contratado.

COELBA AMPLIA FORNECIMENTO DE ENERGIA

POLO DE CAMAÇARI A Coelba energizou, na semana passada, uma nova subestação para atender o Polo Industrial de Camaçari, região metropolitana de Salvador. O empreendimento que recebe o nome de Polo II, contou com o investimento total de R\$ 33 milhões, e beneficia diretamente os clientes industriais, localizados no município.

Na tensão de 69 kV, a subestação garante melhoria do atendimento das cargas existentes e a viabilização de fornecimento para atendimento a novos pedidos de ligação de clientes de grande porte. Essa entrega da concessionária eleva a confiabilidade e robustez da rede, além de possibilitar uma maior adequação ao crescimento industrial, que pode fomentar a geração de empregos na região.

MIRIAM LEITÃO


blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A DUPLA BIDEN E A VACINA ESTÁ MELHORANDO O FLUXO PARA PAÍSES EMERGENTES

Biden e vacina elevam mercado

Você não gosta de mim, mas seu mercado gosta. Os versos de Chico Buarque poderiam ser adaptados pelo presidente eleito Joe Biden, se ele estivesse preocupado com esse longo silêncio do presidente brasileiro Jair Bolsonaro. Desde que ficou claro que Biden era o vencedor das eleições americanas, houve um reviravolta nos ativos que favoreceu o Brasil, o real até os investidores no país.

O dólar, por exemplo, caiu 11,11% aqui dentro, indo de R\$ 5,76 em 29 de outubro para R\$ 5,12, ontem. A queda do dólar começou antes das eleições porque todas as projeções davam o que acabou acontecendo, uma vitória por larga margem no voto popular e no colégio eleitoral para Joe Biden.

Novembro foi o melhor mês da bolsa brasileira em muito

tempo, recuperando uma parte das perdas que haviam sido provocadas pela pandemia, pela falta de entrega do programa econômico, e pelas incertezas do próprio governo. Isso trouxe de volta o investidor estrangeiro que havia ido embora. Em novembro entraram R\$ 33 bilhões. No ano eles haviam sacado quase R\$ 90 bil.

O mercado funciona de maneira diferente do que reagem as pessoas quando fazem as suas conexões neurais. O que liga uma coisa a outra pertence à lógica própria. A vitória de Biden é entendida pelos analistas como sinal de que haverá um pacote de ajuda mais robusto para a economia americana, o que levará à desvalorização do dólar. Isso aumenta os fluxos para os países em desenvolvimento e eleva o apetite para o

risco. O resultado é essa volta do capital arisco, apesar de todos os sinais ruins dados pelo governo brasileiro.

Em resumo, não voltam porque passaram a confiar em Bolsonaro e no seu desgoverno, mas porque os fluxos globais estão nessa direção. Tanto que não foi só conosco. O dólar australiano, o dólar canadense, o won coreano e até o euro estão nos maiores valores frente ao dólar em dois anos.

O S&P 500 bateu novamente seu recorde histórico, chegando ontem a 3.699 pontos. Houve um tempo em que se dizia que o mercado gostava apenas dos republicanos. Não se confirmou nesta eleição, em que Biden recebeu mais doações do que seu opositor. A instabilidade provocada por Donald Trump e as ameaças institucionais passa-

ram a ser disfuncionais. Um economista brasileiro que vive nos Estados Unidos disse que nunca viu tanta gente do mercado votando em democrata quanto nessa eleição.

Houve também o efeito vacina. Mas, de novo, a música pode ser a mesma, desta vez, da vacina para Bolsonaro: você não gosta de mim, mas a sua economia gosta. Tanto que todos os cenários positivos futuros estão dependendo dessa variável, aqui no mundo. Se houver vacinação em massa, haverá economia retomando alguma normalidade. Do contrário, voltará a instabilidade negativa.

A dupla Biden e vacina, para o presidente brasileiro prisioneiro do seu negacionismo trumpista, pode ser tudo o que ele rejeita. Felizmente, para a economia do país, a chegada dos dois está elevando o humor, e reduzindo as perdas que todos os investidores, pequenos, médios e grandes, tiveram nesses longos meses de pandemia com Bolsonaro estimulando o contato e o contágio.

Claro que, da mesma forma que entrou, esse dinheiro pode sair em qualquer vento contrário. Se o governo brasileiro não

conseguir organizar uma vacinação ágil e eficiente, o país será colocado para trás. Em um momento de mau humor com os emergentes, os capitais lembrarão que o Brasil tem uma dívida muito alta, o governo não tem programa crível de equilíbrio fiscal e Bolsonaro segue a política de isolamento diplomático. Acredita – até hoje – navitória de Trump, hostiliza a China, levou um ano para fazer uma reunião com o presidente da vizinha Argentina, ameaçou “denunciar” Alemanha e França e agrediu a Noruega, que havia doado dinheiro para a proteção da Amazônia.

Mesmo com uma política ambiental desastrosa, uma condução perigosa da pandemia, e uma política econômica sem rumo, o Brasil conseguiu vender bônus no mercado internacional esta semana. O Tesouro emitiu títulos em dólar no mercado externo e abriu três vezes mais demanda do que estava sendo oferecido. Há muitos riscos na dívida brasileira e ninguém desconhece isso. Mas neste momento tudo é festa. Começará um governo novo e mais racional nos Estados Unidos e a vacina está chegando.

| | |
|---------------------------|--------------------------------|
| Veículo: Tribuna da Bahia | Caderno: Política / Raio Laser |
| Data 07/12/2019 | Página: 02 |

Tribuna

Filantropia I

A desativação da economia por causa da pandemia; o desemprego que veio a seguir; a necessidade urgente de um "auxílio emergencial" aos mais carentes e de prover-se os hospitais públicos para atendimento aos doentes fizeram com que mínimos controles do Tesouro ficassem "a latere", facilitando desvios de recursos. Agora, o governo federal corre para tentar recuperar valores que chegaram em "mãos erradas", o que não será fácil.

Filantropia II

Assim, primeiro foram "os indivíduos bem assistidos" que receberam parcelas de R\$600,00, sem merecer. Depois, vieram os "superfaturamentos" na aquisição de EPIs e construção dos "Hospitais de Campanha". Mais recentemente, o Ministério da Saúde passou a apurar unidades médicas beneficiadas com parte dos R\$ 2 bilhões sem tratar qualquer paciente de Covid. Na Bahia existem algumas, até bem referenciadas. A conferir!

| | |
|---------------------------|--------------------------------|
| Veículo: Tribuna da Bahia | Caderno: Política / Raio Laser |
| Data 05 e 06/12/2019 | Página: 02 |

Tribuna

PIB

O nível de atividade econômica – Produto Interno Bruto – da Bahia cresceu 4,7% no 3º trimestre de 2020, em comparação ao trimestre imediatamente anterior. Quando comparado ao trimestre de igual período do ano anterior, o PIB da Bahia apresentou retração de 4,1%. “O crescimento do PIB de 4,7% neste terceiro trimestre indica processo de recuperação da atividade econômica baiana, ainda em um contexto sanitário mundial atípico, da pandemia do Covid-19”, disse o secretário estadual de Planejamento, Walter Pinheiro.

| | |
|---------------------------|----------------|
| Veículo: Tribuna da Bahia | Caderno: Geral |
| Data 05 e 06/12/2019 | Página: 05 |

Tribuna

OPINIÃO

Mourão diz que é difícil votar tributária este ano

LISANDRA PARAGUASSU,
REUTERS

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou ontem que considera muito difícil que a reforma tributária seja aprovada este ano, apesar das promessas iniciais do governo, porque ainda não há um consenso sobre a proposta.

“Na minha visão eu acho complicado (aprovar esse ano) porque não há um consenso sobre qual é a melhor reforma”, disse o vice-presidente, um dos maiores defensores no governo da reforma tributária.

Mourão, no entanto, negou que o governo esteja travando a reforma tributária para evitar dar um palanque para uma eventual reeleição do atual presidente da Câ-

mara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que desde o início encampou um projeto de reforma que está sendo tocado pela Câmara, independentemente da participação do governo federal.

“Eu não julgo que o governo esteja travando a reforma tributária. O que eu vejo que está acontecendo dentro do Congresso são dois fatores: o número 1 é essa questão da pandemia, em que o Congresso deixou praticamente de se reunir. E sem se reunir temas polêmicos praticamente não avançam”, disse o vice-presidente a jornalistas. “Em segundo lugar a disputa pela sucessão nas duas Casas. Ela foi deflagrada e a partir daí é um jogo lá dentro.”

Maia diz não ser candidato à reeleição mas, uma

vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) deve autorizar que ele e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), concorram a mais um mandato, o deputado pode tentar uma nova eleição, o que contraria os planos do governo de Jair Bolsonaro.

O presidente entrou no jogo da disputa eleitoral da Câmara em defesa do aliado Arthur Lira (PP-AL), líder do centrão que tem sido um dos principais nomes de apoio do governo Bolsonaro no Congresso.

Apesar de diversas denúncias de corrupção e de ser investigado por um esquema de “rachadinha” e funcionários fantasmas quando era deputado estadual em Alagoas, o governo continua bancando a aposta em Lira.

Mourão afirmou que não trata de questões de “expressão política” do governo, mas justificou a opção por Lira.

“Vamos colocar o seguinte: a gente tem que ter base dentro do Congresso, tem que ter relacionamento, então, as peças do tabuleiro são essas e nós temos que saber trabalhar com elas”, disse. Mourão também demonstrou ser contrário a liberação pelo STF da reeleição de Maia e Alcolumbre e disse considerar que a Constituição é clara.

“Acho que a Constituição é clara, não pode. Eu acho que teria que mudar a Constituição, mas o Supremo tem, vamos dizer, tem o arbítrio para interpretar da forma que melhor lhe aprouver”, afirmou.

Tribuna

Capital estrangeiro está de volta ao Brasil

Bolsa teve um resultado robusto em novembro, quando entraram mais de R\$ 30 bilhões

CAMILLA VERAS MOTA -
@CAVMOTA
DA BBC NEWS BRASIL EM SÃO
PAULO

Após meses consecutivos de saída de capital estrangeiro do Brasil, as notícias mais promissoras sobre o desenvolvimento de uma vacina contra a covid-19 animaram os investidores, que voltaram a olhar para mercados considerados mais arriscados.

Depois de voltar a registrar saldo positivo de investimento estrangeiro em outubro, a bolsa teve um resultado robusto em novembro, quando entraram mais de R\$ 30 bilhões em capital estrangeiro, o maior volume em mais de duas décadas.

O Brasil, entretanto, não é um caso isolado. Mercados emergentes assistiram, de maneira geral, a um ingresso recorde desse tipo de investimento.

Isso porque, além das perspectivas mais animadoras em relação à vacina, o mundo vive um momento de grande liquidez (ou seja, dinheiro disponível), diante dos pacotes de estímulos implementados em diversos países, e juros muito baixos.

Essa combinação de fatores aumentou o apetite por risco dos investidores,

que olham para os mercados emergentes em busca de maior rentabilidade.

Nas contas da consultoria Capital Economics, que divulgou um relatório recentemente sobre o assunto, o chamado investimento em portfólio nesse grupo de países está no maior nível desde 2014.

O investimento em portfólio é aquele feito em ações, fundos de investimento ou títulos de dívida, por exemplo. É mais volátil do que o chamado investimento direto no país, que contabiliza o fluxo de capitais no setor produtivo, como a participação direta em empresas. Os dois tipos de investimentos são acompanhados pelo Banco Central nas estatísticas do balanço de pagamentos.

FIM DA FILA

Apesar de o mercado financeiro brasileiro ter voltado a atrair capital estrangeiro, ele ainda está no fim da fila quando comparado com outras economias emergentes - por razões regionais e internas.

A pedido da BBC News Brasil, o economista do Institute of International Finance (associação que reúne 450 bancos e fundos de investimentos em 70 países) Jonathan Fortun analisou os dados de investimento em portfólio e verificou que o



ALÉM das perspectivas mais animadoras em relação à vacina, o mundo vive grande liquidez

país está longe das prioridades dos investidores entre as 28 economias emergentes acompanhadas pela instituição.

"O Brasil está no último terço, com outros países da América Latina."

Até novembro, conforme os dados coletados pelo IIF, o fluxo de investimento em portfólio em "equity" (palavra em inglês usada no jargão do mercado como sinônimo de patrimônio líquido, e que engloba o investimento em ações) ainda está 7,7% abaixo do verificado em janeiro - um saldo negativo de

US\$ 9,2 bilhões.

No mercado de dívida, com dados até outubro, a defasagem é ainda maior: o fluxo acumulado desde janeiro é negativo em 8,8%, US\$ 3,9 bilhões.

OS FAVORITOS

Para muitos dos países no topo da lista, o ingresso de capital em outubro e novembro já foi suficiente para recuperar as perdas observadas desde o início da pandemia. É o caso, por exemplo, de alguns emergentes asiáticos e do Oriente Médio.

Poupança tem menor entrada líquida do ano

A caderneta de poupança registrou captação líquida de 1,480 bilhão de reais em novembro. Desempenho ruim

MARCELAAYRES, REUTERS

A tradicional caderneta de poupança registrou captação líquida de 1,480 bilhão de reais em novembro, nono resultado consecutivo no azul, mas o mais fraco da sequência, informou o Banco Central ontem. O ingresso foi inferior à entrada líquida de 2,426 bilhões de reais registrada no mesmo mês do ano passado.

Desta vez, houve saque

líquido de 442,943 milhões de reais no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), o que não acontecia desde fevereiro. Na poupança rural, houve entrada de 1,923 bilhão de reais em novembro.

Em 2020 até aqui, o resultado da poupança só foi negativo em janeiro (-12,356 bilhões de reais) e fevereiro (-3,572 bilhões de reais). De março a outubro, os depósitos superaram os saques em

todos os meses, com sucessivos resultados recordes para os períodos. Isso ocorreu num ano marcado, de um lado, pela forte transferência de renda promovida pelo governo com o auxílio emergencial e, de outro, pelo quadro de juros básicos em patamares muito baixos.

Atualmente, a Selic está em 2% ao ano, sua mínima histórica. Essa realidade tornou a poupança - isenta de Imposto de Ren-

da - uma modalidade mais competitiva de investimento ante tradicionais alternativas da renda fixa referenciadas na Selic, mas que, por serem tributadas, acabam entregando um rendimento similar ou mesmo inferior ao da poupança, considerando também a cobrança de taxas de administração.

Com o auxílio emergencial, maior iniciativa para enfrentamento à crise do coronavírus, o governo gastará

321,8 bilhões de reais neste ano, montante que abarca o pagamento de 600 reais aos beneficiários de abril a agosto, e de 300 reais de setembro a dezembro.

Em meio à queda do auxílio pela metade, os ingressos líquidos na poupança já tinham desacelerado fortemente em outubro (+7,017 bilhões de reais) frente a setembro (+13,229 bilhões de reais), embora ambos os resultados tenham

sido os melhores para os meses da série do Banco Central. No mês mais forte até aqui, a poupança chegou em maio a ter entrada líquida de 37,201 bilhões de reais.

No acumulado do ano, a captação líquida chegou a 145,708 bilhões de reais, recorde absoluto para o período na série histórica do BC iniciada em 1995. De janeiro a novembro do ano passado, a poupança sofreu resgate de 3,884 bilhões de reais.

| | |
|---------------------------|-----------------|
| Veículo: Tribuna da Bahia | Caderno: Cidade |
| Data 05 e 06/12/2019 | Página: 06 |

Tribuna

SUSTENTO

Trabalhadores informais seguem na luta pela sobrevivência na pandemia

CLEUSADUARTE
REPORTER

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro trimestre de 2020, em Salvador, 406 mil pessoas trabalhavam por conta própria, o que correspondia a 29,8% dos trabalhadores da capital. Tanto o número absoluto quanto o percentual foram os maiores para um primeiro trimestre desde o início da série histórica da PNAD Contínua, em 2012. A média salarial ficava ao redor de R \$1.760. Mas com a pandemia da Covid-19 esses trabalhadores tiveram

que se recolher, porém bravamente estão de volta a disputa pelo sustento - dia a dia.

A reportagem da Tribuna da Bahia foi às ruas saber como anda a situação destas pessoas, que trabalham informalmente para ganhar a vida e ficaram de fora do mercado de trabalho, cumprindo distanciamento social, mas agora dão seguimento aos seus negócios informais.

A vendedora Milene Souza vende produtos de beleza e roupas, "saio cedo e vou batendo de porta em porta, pequenos lojistas, ou amigos, vizinhos do bairro em

que moro. As vendas caíram bastante. Está um pouco melhor agora, depois que as medidas restritivas contra o coronavírus tiveram flexibilização. Antes eu vendia em média de 10.000 produtos por mês e agora com a pandemia a metade disso."

Samaly Oliveira dos Santos vende empadas, uma especialidade dela. Costuma bater de porta em porta também para vender sua mercadoria. Sai com o "sacolé" e vende nos mercadinhos, lojas, empresas em geral e em órgãos públicos, eu pego a sacola e vendo no ônibus, no ponto do ônibus, no caminho do bairro, que escolho vender conforme o dia. Como as medidas restritivas contra a

pandemia do Coronavírus duraram muitos meses tive muitas perdas. Antes da pandemia eu vendia cerca de 300 empadas durante a pandemia, quase nada, mas agora vendo umas 220 por dia. É que muita gente não retornou ao trabalho ainda."

Ducineia Barros vende bolsas de todos os tipos no relógio de São Pedro e lamenta o vírus que transformou a vida de todos, "a situação está muito difícil, pois as pessoas não circulam mais pelas ruas. Há três anos eu vinha com uma média de vender 10 a 15 bolsas por dia. Agora neste momento se eu vender umas quatro ou cinco eu me considero feliz. Tem dias que

não se vende. Por mês chego perto de um salário, às vezes um salário e meio."

Eliza Cruz dos Santos também vende produtos de beleza pelas ruas de Salvador. Ela aproveita qualquer momento para apresentar seu negócio, vendo várias marcas. Antes da pandemia cheguei a vender de um a dois kits por dia, durante a pandemia até consegui vender um pouco mais porque as lojas estavam fechadas então no meu bairro ia fazer compras ou médico e vendia alguma coisa. Agora fico vários dias sem nada vender. Saio com a sacola e retorno com ela cheia."

Faça chuva ou faça sol, seu Bira aproveitou a pandemia para vender máscaras. Colocava elas penduradas em sacos em uma árvore, ou poste e vendia cerca de 10 a 20 por dia. Agora diminuiu a procura, mas vou aos terminais turísticos, rodoviários, pontos de ônibus e consigo vender algumas coisas. Às vezes umas quatro. Em

média, consigo chegar a uns R \$400,00 ou R \$500,00 por mês."

Água em garrafa em engarrafamentos de trânsito, produtos como capas para celular também são sempre comercializados nas ruas, mas o negócio não está fácil, não tem mais tanto engarrafamento porque os alunos não retornaram às escolas. Também não tem muito acessório para vender, pois a fabricação de produtos para celular parou, agora que estamos conseguindo achar. Então estou vendendo balas de gengibre", constata seu Cacau que vende o produtos em sinais da capital baiana.

Edilsa Suzart não compra nas ruas, "geralmente não compro. Só se tiver algo que seja do meu interesse. O pior é a falta de garantia e a procedência dos produtos. Sou muito chata na hora de comprar de ambulantes. Eu infelizmente não consigo ajudar essas pessoas.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 002/2020
COMUNICADO

O Estado da Bahia, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, torna público, no endereço eletrônico da SETRE: www.setre.ba.gov.br, o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020 e seus anexos - Seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como Organização Social para a IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO URBANA EM EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS. Informações complementares poderão ser obtidas por meio da Comissão de Seleção, das 08:30h às 18:00h, no seguinte telefone: (71) 3115-1693, email: edital2020cesol@setre.ba.gov.br.
Salvador/BA, 02 de dezembro de 2020.
JUREMAR DE OLIVEIRA
Secretário em exercício

AVISO DE REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012-2020 PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 012-2020 - O Município de Muzila-Ba, através de sua Pregoeira torna público que a sessão pública do Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços 012-2020, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS, UTILIZADOS EM VIRTUDE DOS IMPACTOS OCASIONADOS PELA PANDEMIA DO COVID19, CONFORME PORTARIA 2.516/2020 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, agendada para 10/12/2020, foi remarcada para a data de 21/12/2020, às 09:00h, em virtude da republicação do Edital, com a alteração do Anexo I (Termo de Referência). Informações: Edital disponível, nos sites <https://www.muzila.ba.gov.br/> e www.litigacoes-a.com.br. Informações complementares poderão ser obtidas através do telefone: (75) 3635-1960 de 08:00h às 14:00h, ou pelo e-mail: cofetmuzila@brazil.com. Muzila-Ba, 04 de Dezembro de 2020. Jaqueline Apóstolo Gonçalves - Pregoeira Municipal

| | |
|---------------------------|----------------|
| Veículo: Tribuna da Bahia | Caderno: Geral |
| Data 05 e 06/12/2019 | Página: 07 |

Tribuna

Rui entrega recuperação de trecho da BA-160 e unidade de hemodiálise

O trecho de 136,29 quilômetros da BA-160, que sai de Bom Jesus da Lapa e facilita o acesso a diversos municípios do oeste baiano, foi recuperado pelo Governo do Estado e inaugurado pelo governador Rui Costa, nesta sexta-feira (4). Além da estrada, foi entregue à população a Unidade de Hemodiálise Wilson Pinto de Oliveira, no Hospital Municipal Carmela Dutra, que terá o serviço custeado pelo Estado e atenderá moradores da região.

“Fizemos um roteiro grande de visitas e entrega de obras. São obras importantes, como a do hospital de Bom Jesus da Lapa, com mais de R\$ 10 milhões aplicados em obra e equipamentos. Assim como obras de infraestrutura. Estamos entregando o trecho da estrada até Ibotirama. Temos o aeroporto, que está com as obras em andamento e que ano que vem está pronto. Enfim, é um leque grande de investimentos para melhorar a vida do povo de Bom Jesus da Lapa”, disse Rui.

Tendo como destino final Ibotirama, o trecho recuperado ainda passa



RODOVIA

Trecho de 136 quilômetros vai melhorar a mobilidade

por Paratinga e faz parte de um pacote de obras que engloba investimento superior a R\$ 73 milhões. O trecho de 115,59 quilômetros que liga Andaraí, Boninal e Piatã, na Chapada Diamantina, também faz parte do grupo de intervenções.

O caminhoneiro José Orlando conta que nem passava pela estrada antes da recuperação. “Era uma buraqueira só e eu preferia passar por Santa

Maria do que por aqui. Estou vindo de Barreiras e agora a estrada está maravilhosa”, assegurou.

HEMODIÁLISE

A construção da Unidade de Hemodiálise Wilson Pinto de Oliveira vai favorecer o acesso da população à Atenção Especializada em Doença Renal Crônica com Hemodiálise e Diálise Peritoneal, por meio de 34 pontos de hemodiálise.

| | |
|--------------------------|---------|
| Veículo: Bahia Econômica | Coluna: |
| Data: 07/12/2020 | |



ECONOMISTAS REDUZEM ESTIMATIVA DE QUEDA DO PIB PARA 4,40%



7 Dezembro, 2020

Os economistas do mercado financeiro baixaram sua estimativa de tombo do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,50% para 4,40% em 2020. Foi a quinta melhora seguida no indicador. Na última semana, o mercado subiu de 3,45% para 3,50% a estimativa de expansão do PIB para 2021.

As expectativas fazem parte do boletim de mercado conhecido como relatório “Focus”, divulgado nesta segunda-feira (7) pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à pandemia do novo coronavírus, que tem derrubado a economia mundial e colocado o mundo no caminho de uma recessão. Nos últimos meses, porém, indicadores têm mostrado uma retomada da economia brasileira. (G1)

| | |
|--------------------------|---------|
| Veículo: Bahia Econômica | Coluna: |
| Data: 06/12/2020 | |



SIMPLES: FISCO ENCONTRA INDÍCIOS DE SONEGAÇÃO DE R\$ 14 BI



6 Dezembro, 2020

A Receita Federal vai notificar empresas do Simples Nacional que declararam valores com inconsistências.

Segundo o Fisco, essas empresas informaram, em PGDAS-D, valores de receitas brutas que não condiziam com as notas fiscais que emitiram, já considerando descontos, devoluções próprias e de terceiros.

As mensagens serão encaminhadas em formato digital para o Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN) dos contribuintes, cujo uso é obrigatório para as empresas do Simples Nacional. A consulta ao DTE é feita no Portal do Simples Nacional.

A Receita diz que o objetivo das notificações é alertar o contribuinte sobre o problema, dando a oportunidade que sejam feitas as correções necessárias, de acordo com matéria do Estadão.

Caso as inconsistências não sejam corrigidas ou esclarecidas, a empresa fica sujeita a auto de infração e consequente imposição de multas, que podem chegar a 225% do valor do tributo, além de representação ao Ministério Público Federal pelo crime de sonegação fiscal.

Nas mensagens, constará o demonstrativo das divergências (receitas não declaradas), além de um link para um documento on-line com instruções complementares para as correções. O prazo para que o contribuinte providencie os acertos é de 90 dias, contados da ciência da notificação.

Nesta etapa, 26.015 contribuintes serão alertados. O total de indícios de sonegação verificado nesta operação, para o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019, é de R\$ 14,058 bilhões.

| | |
|------------------------------|-------------------|
| Veículo: Site Bahia Notícias | Online |
| Data: 07/12/2020 | Caderno: Notícias |



Segunda, 07 de Dezembro de 2020 - 07:00

Governo da Bahia abre 170 leitos de UTI Covid e anuncia medidas de contenção

Como forma de intensificar o enfrentamento ao coronavírus, o Governo da Bahia vai abrir 130 leitos de UTI Covid em hospitais de Salvador e mais 40 no interior baiano. A medida foi anunciada pelo secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, na manhã desta segunda-feira (7).

"O governador Rui Costa autorizou a Sesab a reabrir leitos que haviam sido desativados temporariamente em unidades da capital e do interior, assim como a ampliar os leitos do Hospital Espanhol para a capacidade máxima" disse Vilas-Boas, em texto enviado à imprensa.

Os leitos de UTI serão abertos nos hospitais Espanhol (80), Ernesto Simões (30) e Couto Maia (20) para atender pacientes da capital e do interior através do sistema de regulação. A Sesab também abriu leitos em Porto Seguro (10), Juazeiro (10) e Feira de Santana (20).

Outra medida também anunciada por Vilas-Boas é a testagem em massa da população por meio do exame RT PCR, considerado o "padrão ouro" para diagnosticar a Covid. O governo estado vai ampliar a testagem, com a distribuição de kits de coleta para todos os municípios terem condições de fazer busca ativa através do mapeamento de contactantes próximos de pessoas infectadas.

O Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen) até recebeu um novo robô de extração de RNA e outros equipamentos que serão instalados a partir de terça-feira (8), a fim de ampliar a capacidade de processamento de amostras, passando de 4,5 mil testes por dia para 6 mil.

Além disso, a Sesab divulga seu Centro de Operações de Emergência de Saúde (Coes) de protocolos sanitários para o verão. Por considerar que a estação gera um número elevado de turismo na Bahia e que há potencial risco de piora no cenário epidemiológico, recomendações de segurança e adesão a medidas preventivas são necessárias. Algumas das ações são a proibição de shows e música ao vivo, a restrição ao acesso de ônibus de turismo às praias, a delimitação dos espaços públicos ocupados por bares e restaurantes e o estímulo para ocupação de áreas ao ar livre, em detrimento de salões fechados.

| | |
|------------------------------|-------------------|
| Veículo: Site Bahia Notícias | Online |
| Data: 06/12/2020 | Caderno: Notícias |



Domingo, 06 de Dezembro de 2020 - 15:00

Custos de planos de saúde crescem 4 vezes mais que a inflação em 2020

Dados revelam que o reajuste dos planos de Saúde neste ano foi quatro vezes maior do que a inflação.

De acordo com reportagem da Folha de S. Paulo, enquanto entre janeiro e outubro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 2,2%, o aumento autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para o setor foi de 8,14%.

A ANS é a responsável pelo controle dos reajustes.

Esse percentual de 8% foi aplicado aos planos individuais e familiares contratados a partir de janeiro de 1999 ou adaptados à lei nº 9.656/98, traz a matéria.

Em agosto a agência chegou a suspender o reajuste de parte dos convênios. A medida foi justificada sob o argumento da pandemia. Os planos de saúde que já tinham aumentado seus valores tiveram reajustes suspensos.

A matéria lembra que a ação surtiu efeito no IPCA, mas a conta vai chegar para o cidadão. Isso porquê a medida vale apenas até este mês.

Advogado consultado pela reportagem, Rafael Robba destaca que "Essa determinação não resolveu o problema, só adiou. Em janeiro, o consumidor vai ter que pagar a dívida".

Procurada pela reportagem, a agência ressalta que tecnicamente não é correto comparar reajuste de plano de saúde com a inflação. O argumento apresentado é de que o aumento dos planos considera índices de valor do próprio setor. Ainda conforme a reportagem, a entidade também afirmou que como ocorre em outros países, os preços dos serviços de saúde tendem a crescer acima da média dos demais preços da economia.

| | |
|------------------------------|-------------------|
| Veículo: Site Bahia Notícias | Online |
| Data: 06/12/2020 | Caderno: Notícias |



Domingo, 06 de Dezembro de 2020 - 09:40

Atividade econômica baiana registra crescimento de 4,7% no 3º trimestre

O nível de atividade econômica, representada pelo Produto Interno Bruto (PIB), da Bahia cresceu 4,7% no 3º trimestre de 2020, em comparação ao trimestre imediatamente anterior. Quando comparado ao trimestre de igual período do ano anterior, o PIB da Bahia apresentou retração de 4,1%. Os dados foram divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) nesta sexta-feira (4).

“O crescimento do PIB de 4,7% neste terceiro trimestre indica processo de recuperação da atividade econômica baiana, ainda em um contexto sanitário mundial atípico, da pandemia do Covid-19. Vale ressaltar que a Bahia liderou o Nordeste na geração de emprego formal em outubro, com saldo positivo de 16.437 postos de trabalho com carteira assinada”, destaca o secretário estadual do planejamento, Walter Pinheiro.

No 3º trimestre de 2020, o PIB totalizou R\$ 74 bilhões, sendo R\$ 64,4 bilhões referentes ao Valor Adicionado (VA) a preços básicos, correspondente a 87% do PIB, e R\$ 9,6 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. No que diz respeito aos grandes setores, a Agropecuária apresentou Valor Adicionado de R\$ 6,3 bilhões; a Indústria, R\$ 13,4 bilhões; e os Serviços, R\$ 44,7 bilhões. A estimativa da SEI para a taxa de crescimento do PIB baiano para o final do ano é de -3,7%.

Os destaques positivos no terceiro trimestre do ano ficaram com a Agropecuária (+9,0%) e a Indústria, com taxa positiva de 2,9%, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A Agricultura apresentou crescimento em quase todas as culturas relevantes, segundo o calendário agrícola do estado. Mesmo com o advento da Covid-19 e seus impactos (restrição de colheitas, redução da mão de obra), o setor continua em plena expansão em sua produção física e a produção de grãos poderá ter uma estimativa de safra recorde no estado, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do mês de outubro.

A taxa positiva do setor industrial deve-se ao bom comportamento das atividades de eletricidade e água (+10,1%) – geração de energia hidrelétrica – e da construção civil (+9,9%), crescimento este associado também à produção familiar (pequenas obras). Também na comparação com o mesmo período do ano imediatamente anterior, o Valor Adicionado apresentou variação negativa (-3,8%) e os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios caíram 5,8%.

O setor de Serviços apresentou recuo de 7,0% quando comparado com o igual período do ano anterior. Este foi o terceiro trimestre consecutivo com retração neste setor, entretanto já sinaliza uma leve desaceleração com relação ao segundo trimestre, quando apresentou queda de aproximadamente 10%.

| | |
|--------------------------------|--------------------------|
| Veículo: Política Livre | |
| Data: 05 a 07/12/2020 | Caderno: Economia |



07 de dezembro de 2020 | 06:44

Governo do Estado amplia 150 leitos de UTI Covid na Capital e anuncia medidas de contenção

BAHIA

O Secretário Estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, anunciou nesta manhã (7) novas medidas do Governo do Estado para o enfrentamento da COVID19. Somente na capital baiana, um total de 150 leitos de UTI serão abertos nos hospitais, ao lado da ampliação de testagem e instituição de protocolos de segurança para o verão em todo o estado.

“O Governador Rui Costa autorizou a Sesab a reabrir leitos que haviam sido desativados temporariamente em unidades da capital e do interior, assim como a ampliar os leitos do Hospital Espanhol para a capacidade máxima” afirmou o Secretário.

Os leitos de UTI serão abertos nos hospitais Espanhol (80), Ernesto Simões (30) e Couto Maia (20) e atenderão pacientes da capital e do interior através do sistema de regulação. Além dos leitos da capital, a Sesab abriu leitos em Porto Seguro (10), Juazeiro (10) e Feira de Santana (20).

“Ao longo das últimas semanas tem sido possível notar o aumento consistente no número de casos novos da Covid-19 no território estadual, com consequente elevação nas taxas de ocupação hospitalar para além do considerado seguro” afirmou Vilas-Boas.

Testagem em massa

Outras medidas também foram anunciadas pelo Secretário e visam ampliar o

diagnóstico através da testagem RTPCR em massa da população. Kits de coleta estão sendo distribuídos para todos os municípios fazerem busca ativa através do mapeamento de contactantes próximos de pessoas infectadas. O LACEN recebeu um novo robô de extração de RNA e outros equipamentos que serão instalados a partir de amanhã (8) e ampliarão a capacidade de processamento de amostras em mais de 1.000 testes/ dia, saindo dos atuais 4.500 exames para mais de seis mil.

Outra medida anunciada foi a divulgação pelo Centro de Operações de Emergência de Saúde (COES) da Sesab de protocolos sanitários para o verão. Considerando que o verão é uma estação de elevado turismo na Bahia, período em que o estado recebe grande contingente de pessoas de outras regiões do país, o que representa um risco potencial de piora no cenário epidemiológico, faz-se necessárias recomendações de segurança e adesão a medidas preventivas por toda população no território estadual. Dentre as recomendações, encontra-se a proibição de shows e música ao vivo, a restrição ao acesso de ônibus de turismo às praias, a delimitação dos espaços públicos ocupados por bares e restaurantes e o estímulo para ocupação de áreas ao ar livre, em detrimento de salões fechados.

| | |
|------------------|----------|
| Veículo: O Globo | Caderno: |
| Data: 07/12/2020 | Página: |

O GLOBO

Reforma tributária: relatório prevê tributar lucros e dividendos, mas deixa de fora imposto defendido por Guedes

Texto do relator na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), não contempla tributo sobre transações financeiras nem trata da desoneração da folha

Geralda Doca

BRASÍLIA - O relatório da reforma tributária da Câmara dos Deputados prevê redução de imposto para empresa e, como forma de compensação, aumento da tributação para pessoa física, com a taxação de lucros e dividendos.

A medida foi incluída no parecer do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) para atrair o apoio dos partidos da oposição e do governo. Ele, no entanto, não prevê a propostas de um imposto sobre transações financeiras, como defende o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A proposta sofre resistências no Congresso pela semelhança com a antiga CPMF, comparação que o ministro recusa, embora não tenha ainda detalhado como seria esse novo imposto.

O esboço do relatório já foi apresentado à equipe econômica e aos líderes da Câmara, mas ainda falta o apoio das lideranças do Senado. Ribeiro pretende fazer uma rodada de conversas nesta semana na tentativa de construir uma maioria.

Só depois disso é que o relator vai publicar o parecer. Cauteloso, Ribeiro diz que não quer atropelar o Senado e afirma que a proposta já tem maioria na Câmara.

A proposta de reforma reúne cinco impostos (IPI, PIS e Cofins, que são federais, ICMS, estadual, e ISS, municipal), criando o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), um tributo que incide sobre o consumo.

Esse tipo de tributo é conhecido por técnicos como Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). Ele é cobrado no destino e acaba com incentivos fiscais.

O texto também cria um fundo para compensar eventuais perdas para os entes com a mudança no sistema tributário, algo que o ministro da Economia, Paulo Guedes, não concorda. Haverá uma fase de transição do modelo tributário, que deverá ser inferior a 10 anos.

Reforma tributária: Guedes diz que 'desentendimento político' em disputa pela Câmara interrompeu conversa

O relatório não prevê um imposto sobre transações eletrônicas nos moldes da antiga CPMF e não trata da desoneração da folha de salários, medidas defendidas pela equipe econômica.

A ideia é buscar o uso das novas tecnologias para facilitar a cobrança do IBS, com uso de plataformas digitais e mecanismos como o PIX, sistema de pagamento instantâneo do Banco Central.

Apesar do empenho, o processo de sucessão da presidência da Câmara e do Senado contamina as discussões sobre a reforma tributária.

Embora o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tenha dito que a reforma já conta com 320 votos favoráveis, ele ainda depende da formação de um bloco de apoio para pautar a matéria.

Articulado por ele, a ideia é reunir várias legendas do centro e da esquerda (DEM, MDB, PSDB, Republicanos, PSL, PSB, PDT, PV, Cidadania e PT). Há expectativa de que haja acordo e o bloco seja lançado nesta semana.

Bolsonaro: Questionado sobre reforma tributária, presidente diz que 'não tem aumento de imposto no governo'

Além de formar uma base que permita a aprovar a reforma, faz parte dos planos de Maia se fortalecer no processo de sucessão da presidência da Casa, apoiando outros parlamentares na disputa ou na tentativa de reeleição.

Por causa disso, o presidente Jair Bolsonaro, que apoia o líder do centrão, deputado Arthur Lira (PP-AL), desistiu de enviar sua contribuição para reforma tributária.

Nos bastidores, integrantes do governo afirmam que não existe interesse em reforçar o poder de Maia, defensor da reforma tributária.

Socorro federal alivia contas de Estados e municípios neste ano

Medidas de socorro da União durante a pandemia propiciaram a alguns governos regionais a perspectiva de migrar do vermelho ao azul no fechamento de 2020

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

07/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





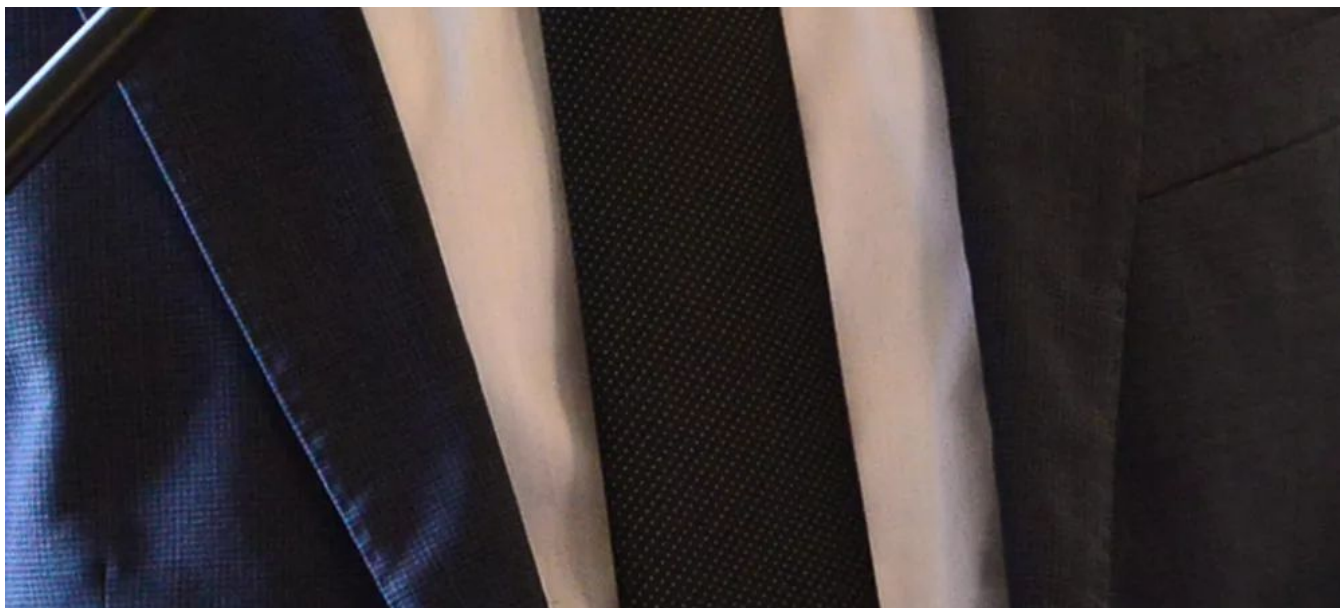
Elizabeth Jucá, de MG: maior parte foi para assistência social — Foto: Divulgação

Embora sem efeito uniforme, as medidas de socorro da União durante a pandemia propiciaram a alguns municípios e Estados a perspectiva de migrar do vermelho ao azul no fechamento de contas deste ano e até mesmo a implementação de programas emergenciais de transferência de renda. Os efeitos dependeram de contenção de despesas e decisões de gestão, mas foram reconhecidamente possibilitados pela ajuda do governo federal.

Sob os efeitos da recuperação econômica e dos repasses extraordinários da pandemia pela União, a prefeitura de Porto Alegre projeta fechar as contas de 2020 com saldo positivo de cerca de R\$ 100 milhões. Deverá ser o primeiro superávit

dentro de uma década, segundo o secretário de Fazenda do município, Leonardo Busatto.





Busatto, de Porto Alegre: primeiro superávit em dez anos — Foto: Divulgação

Recursos extras repassados pela União com base na Lei Complementar 173/2020, que estabeleceu várias medidas de socorro a Estados e municípios durante a pandemia, possibilitaram ao governo de Minas Gerais implementar um programa de transferência que beneficia cerca de 1 milhão de famílias com renda per capita de até R\$ 89 mensais inscritas até 11 de julho no Cadastro Único do Estado.

No valor total de R\$ 335 milhões, o programa, que paga de outubro a dezembro R\$ 39 mensais por pessoa, sem limite de valor por família, é financiado com recursos de transferências federais carimbados para o combate aos efeitos da pandemia. Em desequilíbrio fiscal, Minas tem proposta orçamentária com previsão de déficit de R\$ 11 bilhões para 2021 e o 13º salário deste ano deve ser pago parceladamente.

No município de São Paulo foi também o pacote da Lei Complementar 173 que possibilitou um programa de transferência de renda às famílias em situação de vulnerabilidade inscritas no Bolsa Família até 30 de setembro de 2020. O programa também contempla famílias de trabalhadores ambulantes que atendam aos requisitos do programa municipal.

No valor de R\$ 100 mensais por pessoa, o benefício se refere ao período de três meses - outubro, novembro e dezembro. Segundo nota enviada pela prefeitura de São Paulo, o programa está sendo custeado com o valor de R\$ 417 milhões adicionado ao orçamento da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

com base na redução das despesas com amortização e juros da dívida da União. Estados e municípios devem ter neste ano despesa efetiva menor que a originalmente orçada para o serviço da dívida em razão da suspensão de pagamento estabelecida pela Lei Complementar 173.

Kleber Castro, economista e sócio da Finance Consultoria, diz que em alguns entes o volume de receitas repassado pela União foi mais do que suficiente para cobrir perdas de receita no ano. O efeito, porém, não foi uniforme em razão da heterogeneidade de situação fiscal e sanitária, diz ele, principalmente entre os municípios.

“A pandemia foi mais intensa em algumas regiões, o que resultou em mais gastos com saúde em alguns municípios”, diz ele, observando também que há situações estruturais diversas do ponto de vista fiscal anteriores à pandemia. A suspensão do pagamento da dívida com a União, exemplifica, teve impacto nos mais endividados.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tem divulgado, os repasses de recursos extras da pandemia, em conjunto com a dificuldade de execução, contribuíram para uma disponibilidade de caixa recorde no total dos Estados, no valor de R\$ 165,8 bilhões ao fim do segundo quadrimestre de 2020, 25% a mais que em igual período de 2019. No mesmo critério, no agregado das 26 capitais a disponibilidade era de R\$ 43,4 bilhões, com alta de 32%.

Gilberto Perre, secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), diz que a disponibilidade de caixa existe, mas não é uniforme. Segundo ele, essa é uma realidade mais geral dos pequenos e dos grandes municípios. Para as cidades médias, porém, a situação é outra, porque foram relativamente menos beneficiadas com os repasses federais. Além disso, são prefeituras com grandes demandas por serviços públicos e sem arrecadação própria forte o suficiente para sentirem os efeitos da recuperação econômica, afirma Perre.

“Também é preciso lembrar que disponibilidade de caixa é uma fotografia”, diz Castro, apontando que o pacote de ajuda acaba no dia 31 e que para o ano que vem, além do recrudescimento da pandemia de covid-19, as prefeituras terão alta

demanda por assistência social, já que a recuperação de emprego e renda deve ser lenta.

Busatto, da Fazenda de Porto Alegre, afirma que, ao fim do ano, pagamentos de fornecedores e servidores estarão em dia, num cenário fiscal muito diferente do início do mandato, em 2017, quando a prefeitura tinha mais de R\$ 200 milhões em pagamentos com fornecedores em atraso e a despesa de pessoal equivalia a 49,22% da Receita Corrente Líquida (RCL), já acima do limite de alerta de 48,6%. Em agosto, diz ele, a despesa estava em 42,6% e deve fechar 2020 próxima a essa marca. O indicador reflete o esforço fiscal realizado no decorrer do mandato, declara.

Por isso, lembra, já se previa inicialmente um superávit ao fim de 2020. Com a pandemia, porém, a prefeitura, em maio, considerava a meta em risco. Hoje, diz Busatto, a avaliação é de que, apesar da queda de arrecadação própria em razão do isolamento social nos primeiros meses, a recuperação foi mais intensa que a prevista. Os repasses extras da União foram muito importantes e permitiram fazer frente ao aumento de despesas, contribuindo para o superávit, segundo ele.

“O tempo é de celebração, mas também de cautela, porque se espera grandes desafios para o ano que vem”, destaca. A partir de janeiro de 2021, diz, o novo prefeito não terá mais o socorro da União e o município tem, entre outros desafios, a pressão de despesas previdenciárias e a necessidade de realocação de gastos por causa das mudanças do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Em Minas, a secretária de Desenvolvimento Social do Estado, Elizabeth Jucá, diz que os repasses da União carimbados para a pandemia poderiam ter sido destinados às despesas com saúde, mas ela ressalta que houve “uma decisão de governo”. Já havia, conta, percepção da necessidade de um programa de transferência de renda, mas não havia recursos para isso.

“O governador teve a sensibilidade de alocar a maior parte desse valor para assistência social.” Como o decreto de calamidade tem prazo até 31 de dezembro, caso o recurso não fosse usado, teria que ser devolvido à União, explica. Por enquanto não há perspectiva de o programa continuar em 2021, diz ela, já que o Estado está em situação de desequilíbrio fiscal.

Falta de previsão de ajuda em 2021 preocupa, afirmam economistas

Perspectiva de continuidade dos efeitos da pandemia e as restrições orçamentárias devem continuar a pressionar contas de Estados e municípios

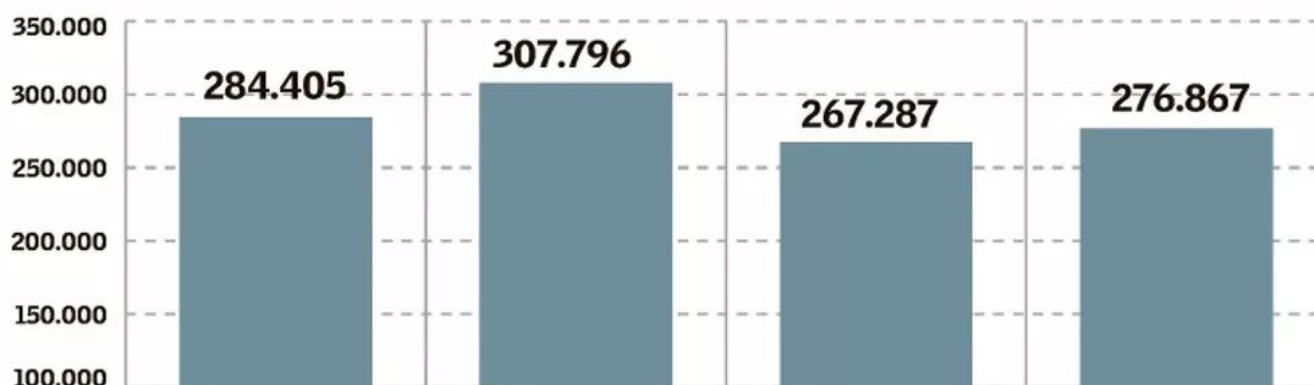
Por Mariana Ribeiro — De Brasília

07/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Contas pressionadas

Estimativa de transferências por repartição de receita - em R\$ milhões*

Total



| | Realizado 2018 | Realizado 2019 | Revisada para 2020 | PLOA 2021 |
|--|----------------|----------------|--------------------|-----------|
|--|----------------|----------------|--------------------|-----------|

| Transferências a Estados e municípios | Realizado 2018 | Realizado 2019 | Revisada para 2020 | PLOA 2021 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|--------------------|-----------|
| Cide combustíveis | 1.503 | 876 | 696 | 749 |
| Exploração de Recursos Naturais | 39.849 | 41.401 | 37.054 | 38.093 |
| Contribuição do Salário Educação | 14.134 | 13.089 | 12.585 | 12.555 |
| FPE/FPM/IPI-EE | 217.831 | 228.012 | 205.761 | 213.955 |
| Fundos Constitucionais | 9.383 | 10.258 | 9.246 | 9.449 |
| Demais | 1.705 | 14.160 | 1.945 | 2.066 |

A perspectiva de continuidade dos efeitos da pandemia e as restrições orçamentárias previstas para o próximo ano devem continuar a pressionar as contas de Estados e municípios em 2021, mostra análise feita pelos economistas Saulo Abouchéid e Fernanda Ferralha. Nesse cenário, defendem, preocupa a ausência de uma discussão sobre a continuidade de medidas de apoio aos entes, como as colocadas em prática neste ano.

Para os economistas, que são professores de Economia da Facamp (Faculdade de Campinas) e membros do Centro de Pesquisas Econômicas da instituição, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2021, em tramitação no Congresso, prevê reduções em comparação a exercícios pré-pandemia e não considera um cenário de continuidade da crise sanitária.

“No projeto, o governo parte da premissa de que não haverá nenhum tipo de evento extraordinário que demande auxílio financeiro em 2021, mas sabemos que a pandemia vai continuar gerando demandas a Estados e municípios. E isso deve ser considerado. No próximo ano, haverá novos gastos, relacionados, inclusive, ao plano de vacinação”, disse Abouchéid ao **Valor**.

Se confirmado o cenário projetado pelo governo no PLOA para as receitas no ano que vem, as transferências aos entes subnacionais - como as relativas ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação de Municípios (FPM) - somarão R\$ 276,9 bilhões, uma queda de 10% frente a 2019 e de 2,7% em relação a 2018, já considerado um “ano ruim” para o Orçamento federal. Os valores estão atualizados pela inflação.

Em 2020, essas transferências, diretamente ligadas ao comportamento da economia, estão estimadas em R\$ 267,3 bilhões. Neste ano, no entanto, houve o pacote emergencial de apoio a Estados e municípios, que fortaleceu os caixas regionais com transferências que inclusive superaram a perda de arrecadação. Além disso, o auxílio emergencial ajudou a impulsionar as receitas.

Outro ponto levantado pelos pesquisadores diz respeito aos investimentos. Eles apontam que, pelo projeto, novos convênios dependerão principalmente de emendas parlamentares, “o que pode comprometer a atuação” de governos regionais. Pela proposta orçamentária, os investimentos já estão nos mínimos níveis históricos e “esse cenário se deteriora ainda mais quando se considera as transferências de recursos provenientes de convênios”, diz a nota.

Na semana passada, após divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre, de alta de 7,7%, membros da equipe econômica aproveitaram para reforçar o posicionamento de que a atividade pode se recuperar sem a necessidade estímulos adicionais.

Diretor institucional do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz), André Horta afirma que há “uma equação que não fecha” para 2021, já que os efeitos da pandemia continuarão a afetar os entes subnacionais. “Não podemos achar que no ano que vem tudo vai ser como foi em 2019. A gente só sobreviveu este ano porque teve os auxílios da União”, defendeu.

O secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Gilberto Perre, destaca que o cenário para 2021 é de incertezas em relação à recuperação das receitas e forte pressão sobre as despesas, como em saúde - inclusive devido a procedimentos

represados - e educação. Ele defendeu ainda que o auxílio federal deve ser “do tamanho da perda” - neste ano, o governo se mobilizou pela destinação de um valor fixo - e que o critério de distribuição dos recursos entre os entes deve ser revisto.

Para Abouchedid, a equipe econômica enfrenta um dilema ligado ao teto de gastos e às restrições fiscais, mas precisará pensar em medidas compensatórias, mesmo que de menor magnitude. “Mais do que ser contra ou a favor do teto, é muito difícil fugir do fato de que a situação vai pedir alguma ação no ano que vem”, disse. Procurado, o Ministério da Economia disse que não comentaria.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Cama Box Conjugada Casal Dream Spring de Molas Bonnel - Ortobom
R\$ 728,04 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

A maneira mais fácil de se livrar de seus joanetes
MÉTODO HALLUX

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa
MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O maior atleta de todos os tempos é verdadeiramente maciço
90MIN

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador
NAIL CURE

LINK PATROCINADO

Grama Líquida, a tendência de jardinagem Europeia chega ao Brasil.
HYDRO MOUSSE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Venda de veículos recua 7,12% em novembro, aponta Fenabreve

Justiça nega responsabilidade de Estados por demissões na pandemia

Empresas alegam que entraram em crise econômica por medidas de isolamento

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

07/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

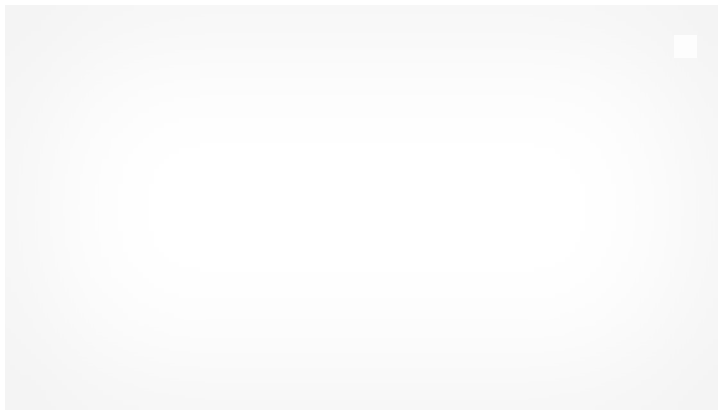


A Justiça do Trabalho tem recusado a tese de empresas que pretendiam dividir com prefeituras ou governos estaduais a responsabilidade pela multa de 40% do FGTS dos funcionários demitidos durante as quarentenas decretadas para conter a pandemia de covid-19.

Encorajadas por uma fala do presidente Jair Bolsonaro, no dia 27 de março, contrário às medidas de isolamento, empresas começaram a evocar a aplicação do artigo 486, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata do chamado “fato do príncipe”.

Segundo o artigo, quando houver paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, que impossibilite a continuação da atividade, pode haver pagamento de indenização. No caso, os 40% do FGTS dos funcionários demitidos.

PUBLICIDADE



A Justiça do Trabalho recebeu este ano 7.495 processos cujos termos “fato do príncipe” e “covid” aparecem nas iniciais, segundo levantamento da Data Lawyer Insights, plataforma de jurimetria.

A tese, contudo, não tem sido aceita pelo Judiciário. Há decisões nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) de São Paulo, Campinas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Ceará que negam os pedidos para setores como restaurantes, estacionamentos, de viação, têxtil e de calçados. Não foi localizada nenhuma decisão favorável.

Em geral, os magistrados têm entendido que o fato do príncipe na seara trabalhista não se aplica no caso da pandemia. Isso porque os atos normativos foram editados para combater a disseminação do vírus, atendendo recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), e não por interesse próprio da autoridade. Além disso, a empresa teria que comprovar que teve as atividades totalmente paralisadas e que não teve outra alternativa senão demitir.

Em um caso analisado pela 10ª Câmara do TRT de Campinas, por exemplo, os desembargadores negaram pedido de uma rede de restaurantes mexicanos que demitiu um funcionário durante quarentena e pedia a responsabilização do Estado de São Paulo.

Segundo decisão do relator, desembargador Edison dos Santos Pelegrini, “não se trata de ato discricionário da administração visando interesse ou alguma vantagem. Não havendo que se falar em responsabilização do Poder Público pelas obrigações trabalhistas rescisórias” (processo nº N° 0010635-68.2020.5.15.0043).

Neste mesmo sentido, uma prestadora de serviços terceirizados de construção civil também foi condenada, pela 12ª Turma do TRT de São Paulo, a pagar as verbas rescisórias de uma funcionária demitida na pandemia. O relator, desembargador Benedito Valentini, ressaltou que no caso não houve paralisação temporária ou definitiva das atividades e que não houve prova no processo de que a quarentena “teria afetado substancialmente sua situação econômica e financeira, a ponto de se ver obrigada a retirar direitos trabalhistas da autora”.

Ainda destacou que no setor de terceirização, “a diminuição da prestação de serviços ou mesmo o encerramento de contratos com os terceirizantes, são ocorrências previsíveis para atividade das prestadoras de serviços” (processo nº 1000634-36.2020.5.02.0021).

Segundo a juíza Olga Vishnevsky Fortes, vice-presidente da Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho (ABMT), para que seja caracterizado o fato do príncipe, a empresa deve preencher diversos requisitos. O principal seria a paralisação total da atividade, o que já excluiria restaurantes que puderam implantar o sistema de delivery e atividades que puderam ser exercidas em home office.

O empregador também não pode ter contribuído para a paralisação e deve existir impacto econômico-financeiro que justifique a rescisão dos contratos.

Segundo a juíza, a empresa também não poderia estar em dificuldade financeira anterior e deve comprovar que aderiu aos programas do governo federal (suspensão de contratos, redução de jornada, concessão de férias) e ainda assim não foi suficiente para manter o empregado. Ou que não conseguiu aderir ao programa.

Recentemente, a juíza Olga Fortes, que atua na 7ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo, negou o pedido de uma rede de estacionamentos, que demitiu um funcionário do grupo de risco após 14 anos na empresa. A rede foi condenada a pagar integralmente as verbas rescisórias, cerca de R\$ 15 mil (autos nº 000561-43.2020.5.02.0707). No caso, a companhia não preenchia os requisitos, pois não houve paralisação total da atividade e há provas de que o empregador já tinha problemas financeiros anteriores.

Para especialistas, as decisões estão sendo acertadas. Gláucia Soares Massoni, sócia do Fragata e Antunes Advogados, ressalta que a pandemia é uma questão de saúde pública. “A autoridade não tinha outra alternativa no momento”. Para ela, o fato do príncipe só pode ser aplicado em casos muito excepcionais, como em desapropriações, por exemplo. “Deve haver paralisação total da atividade e uma relação direta entre a dificuldade financeira e o ato da autoridade pública”, diz.

Segundo a advogada Cristina Buchignani, sócia da área trabalhista do Costa Tavares Paes Advogados, responsabilizar o Estado por questões de saúde pública, “seria extrapolar os limites e o objetivo da lei”, diz. Até porque, segundo ela, deve existir, segundo o artigo 486 da CLT, um benefício do ente público com a suspensão. Para Juliana Bracks, do Bracks Advogados, “houve outras possibilidades instituídas pelo governo federal para que a empresa pudesse enfrentar essa situação tão dramática, como a suspensão de contratos e a redução de jornadas. Sem que fosse necessária, portanto, a demissão e ainda deixar parte da conta para o governo estadual”, diz.

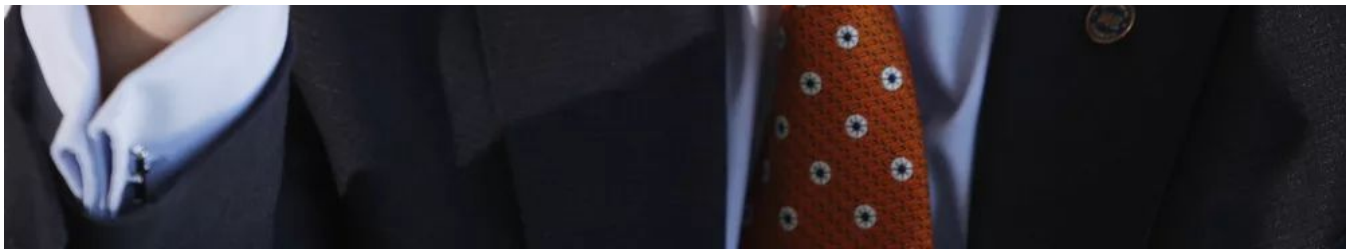
Governo faz ajustes no eSocial para micro e pequenas empresas

Mudança faz parte da estratégia para facilitar negócios e avançar em ranking do Banco Mundial

Por **Edna Simão** — De Brasília

07/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



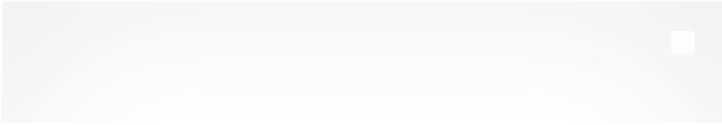


Secretário Caio Paes de Andrade: mudanças no eSocial refletem demandas dos usuários em 17 mil entrevistas — Foto: Dênio Simões/Valor

O governo vai fazer uma nova rodada de ajustes no eSocial. No próximo ano, será lançada uma versão web do eSocial para que as micro e pequenas empresas possam apresentar, diretamente na plataforma do governo, as informações de seus funcionários no mesmos moldes do empregador doméstico e MEI (Microempreendedor Individual). O foco é atender companhias com até 50 funcionários, o que representa 70% dos empregadores do país.

Ainda em 2021, a substituição de obrigação acessória será intensificada. Neste ano, foram substituídas seis obrigações e no próximo ano deixarão de ser exigidas outras oito: Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT); Comunicação de Dispensa (CD); Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF); Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF); Manual Normativo de Arquivos Digitais (Manad); folha de pagamento; e Guia de Recolhimento do FGTS (GRF).

Mas o governo ainda espera fazer algumas inovações até o fim deste ano. A equipe econômica quer apresentar uma solução que permita que o empregador possa fazer o registro de seu funcionário no momento em que faz o registro da empresa na junta comercial. “Essa será uma das últimas entregas deste ano. Até dia 30 de dezembro entra no ar”, disse ao **Valor** o secretário-adjunto de Trabalho, Ricardo de Souza Moreira.



O objetivo da equipe econômica com as inovações é simplificar e desburocratizar o sistema, além de reduzir os custos para o empregador. A expectativa é que as alterações como a relacionada ao registro do funcionário no momento da abertura da empresa na junta comercial contribuam para a melhora da posição no país no ranking “Doing Business” do Banco Mundial.

Atualmente, o país está na 124ª colocação no ranking de facilidade de negócios dentre 190 países analisados. Dentre as promessas já feitas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, está a de colocar o Brasil entre os 50 países mais bem colocados na lista do Banco Mundial até o fim do atual mandato de Jair Bolsonaro, em 2022.

Em entrevista ao **Valor**, o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Caio Paes de Andrade, afirmou que os ajustes que estão sendo implementados no eSocial são resultado das demandas apresentadas pelos usuários em quase 17 mil entrevistas. “A experiência do usuário norteou essa transformação”, disse. “Nós cortamos 30% dos campos que existiam no eSocial”, complementou.

Para mostrar os avanços da digitalização no governo, mesmo com os desafios impostos pela pandemia de covid-19, o secretário destacou que a plataforma gov.br, que integra os canais de acesso aos serviços públicos, já é utilizada por 86 milhões de cadastrados. Em 2019, era de apenas 1,8 milhão. O eSocial também será incorporado a essa plataforma neste ano.

Já o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, ressaltou a importância do banco de dados no eSocial para o desenvolvimento de políticas públicas. “O fio da navalha para nós é não abrir mão de um sistema fundamental para realização de política pública, mas fazer isso de maneira mais leve possível.”

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, o popularmente chamado eSocial, foi instituído pelo Decreto nº 8373/2014. Por esse sistema, os empregadores comunicam ao governo, de forma

unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.

O secretário-adjunto do Trabalho explicou, que a partir de 2019, houve uma mudança no viés do programa. Antes, ele era mais voltado para ajudar no processo de inspeção e fiscalização tributária e previdenciária. Agora, está mais focado em atender a necessidade do usuário. “Estamos olhando como uma prestação de serviços, e não mais como uma ferramenta de fiscalização”, acrescentou, dizendo que por isso o governo tem buscado eliminar todas as exigências que, por exemplo, não estejam previstas em legislação.

Em outubro, o governo lançou o programa eSocial simplificado, sistema que substituirá o atual no ano que vem, e o objetivo é seguir as premissas de modernização, simplificação e respeito aos investimentos já feitos por empresas e profissionais. No novo eSocial, as regras de validação não impedem mais a transmissão de dados e os impedimentos foram substituídos por avisos, evitando, assim, a cobrança de multas por atraso na entrega de informações.

As exigências, sem previsão em lei, foram retiradas. Neste ano, foram excluídos os pedidos de informações que já constam nas bases do governo, como é o caso do número de RG e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O CPF passará a ser o único número de identificação do trabalhador, dispensando a referência a outros números cadastrais, como o PIS/Pasep.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Fim de Ano Amazon
AMAZON

LINK PATROCINADO

Cama Box Conjugada Casal Dream Spring de Molas Bonnel - Ortobom
R\$ 728,04 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

Governo desiste de criar Renda Cidadã, e PEC vai mirar redução de subsídios

Foco em apenas 3 pontos foi saída negociada com Senado para aprovar projeto considerado fundamental para equilibrar as contas públicas

Por Vandson Lima — De Brasília

07/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



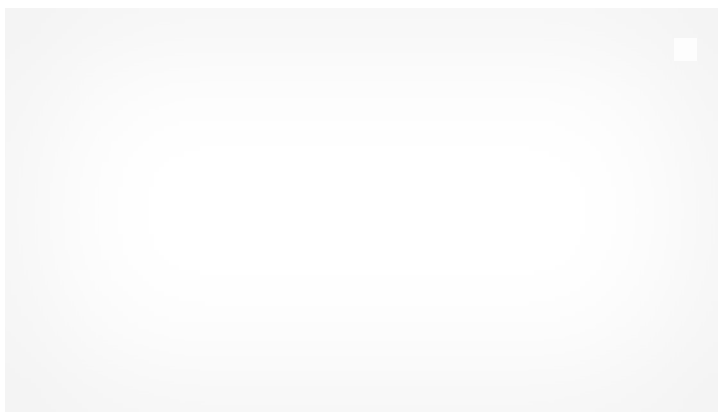
Senador Fernando Bezerra: nova PEC será enxuta e apostará em apenas 3 pontos — Foto: Andre Coelho/Valor

O governo e o Senado chegaram a um acordo para a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo, considerada fundamental no planejamento da equipe econômica para equilibrar as contas públicas. O texto foi totalmente reformulado. Foram retiradas mudanças como a controversa desvinculação de recursos em saúde e educação e a criação do programa Renda Cidadã.

Um forte programa de redução de subsídios e incentivos será proposto, com a intenção de, em cinco anos, diminuir de 4,8% para em torno de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) o custo para o governo com a renúncia de receitas e gastos com subvenções e programas de crédito, que somaram R\$ 348,3 bilhões em 2019.

Ao **Valor** o líder do governo Fernando Bezerra Coelho (MDB) relatou que, para chegar ao acerto, negociado exaustivamente nas últimas semanas com a equipe econômica, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) e as bancadas, inclusive da oposição, a nova PEC será enxuta e focada em somente três pontos: além do programa de diminuição de incentivos, a proposta agregará o conteúdo da PEC que extingue fundos públicos e os gatilhos para corte de despesas e readequação orçamentária de União, Estados e municípios previstos na proposta do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ).

PUBLICIDADE



“Serão apenas esses três pontos. Este é o acordo. O relatório será apresentado na tarde desta segunda-feira [hoje] e votado na semana de sessões presenciais [entre os dias 14 e 18]”, contou Bezerra.

Após o presidente Jair Bolsonaro reafirmar na semana passada que quem falasse em Renda Cidadã receberia um “cartão vermelho” do governo, o líder foi enfático

em repetir que tal possibilidade está fora da PEC do Pacto. “O acordo é esse. Vamos votar o relatório do Marcio Bittar [MDB-AC, relator da PEC], trazendo o que está na PEC dos Fundos e no projeto do Pedro Paulo. Mais nada. Davi [Alcolumbre] topa, e os líderes, também.”

Assim, faltando duas semanas para o fim dos trabalhos no Congresso e 24 dias para o fim do ano - quando se encerram o estado de calamidade pública e o pagamento do auxílio-emergencial -, o governo não tem uma solução para os milhões de brasileiros que ficarão desamparados em um cenário de pandemia em 2021, ano em que o desemprego promete bater recordes.

O governo convenceu Bittar a retirar do parecer a proposta de acabar com a aplicação mínima de recursos em saúde e educação - uma ideia da qual o governo já havia desistido há muito tempo, mas na qual Bittar insistia. Pragmático, Bezerra diz que toda a negociação girou em torno de se fazer um texto que fosse “possível” votar neste ano.

Segundo o líder, uma exigência feita pelo relator da PEC dos Fundos, Otto Alencar (PSD-BA) e por opositoristas foi de que o Fundo Nacional de Cultura (FNC) ficasse protegido, não constando entre os 248 que podem ser extintos nos dois anos seguintes à promulgação da PEC. Originalmente, o governo do presidente Jair Bolsonaro havia apresentado três PECs, que compunham o pacote chamado de “Mais Brasil”. A PEC Emergencial, que continha os gatilhos para contenção de gastos já havia sido englobada pela PEC do Pacto, o que agora também ocorre com a PEC dos Fundos, convertendo-se as três uma única proposta.

O programa de redução de subsídios que virá na PEC, avalia o líder, poderá gerar uma economia para o governo já no próximo ano de aproximadamente R\$ 30 bilhões. Já os gatilhos para corte de despesa terão um desenho “muito próximo” do feito na proposta do deputado Pedro Paulo, aliado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Como o Senado deve votar a matéria nos últimos dias de trabalho legislativo deste ano, a matéria só deve ser apreciada pelos deputados em 2021.

Na mesma semana em que analisará a PEC no Senado, Alcolumbre marcou sessão conjunta do Congresso para votar, diretamente no plenário, a Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) para 2021. O Congresso funcionará, em tese, até o dia 22 de dezembro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Cama Box Conjugada Casal Dream Spring de Molas Bonnel - Ortobom

R\$ 728,04 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa.

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Cama Box Conjugado Casal com Molas Ensacadas Sofá Mix 138x188x40

R\$ 599,90 - SHOPTIME

LINK PATROCINADO

O maior atleta de todos os tempos é verdadeiramente maciço

90MIN

LINK PATROCINADO

Grama Líquida, a nova tendência que dominou os jardins de SALVADOR.

HYDRO MOUSSE

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

por **taboola**

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Venda de veículos recua 7,12% em novembro, aponta Fenabreve

VALOR INVESTE

Veja o ranking dos 10 veículos mais vendidos no Brasil em novembro

VALOR INVESTE

Venda de refinarias vai dinamizar logística

Decisão da Petrobras trará investimentos significativos em terminais portuários, ferrovias e impulsionará cabotagem

Por **João Francisco Santos** — Para o Valor, do Rio

07/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Oito na lista

Refinarias que a Petrobras pretende privatizar até o próximo ano

| Refinaria | Localização | Capacidade de refino (em mil barris/dia) |
|-----------|-------------|--|
| Rnest | PE | 230 |
| RLAM | BA | 37,7 (*) |
| Lubnor | CE | 8 |
| Refap | RS | 201,3 |
| Six (1) | PR | 5,88 ton/dia |
| Regap | MG | 150 |
| Reman | AM | 46 |
| Repar | PR | 207,6 |

Fonte: Petrobras e mercado. (1) Unidade de Industrialização de Xisto de São Mateus do Sul (PR)

(*) Conversão para barris de 6 mil metros cúbicos, unidade apresentada no site da Petrobras

O Ministério de Minas e Energia (MME) levará ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) proposta de aparelhamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para que a agência possa substituir a Petrobras no monitoramento do mercado de combustíveis. Segundo o secretário executivo de Petróleo, Gás Natural (MME), José Mauro Coelho, com 98% da capacidade de refino do país e toda a infraestrutura logística a Petrobras monitora o sistema e está pronta

para agir, quando necessário. “Mas no mundo pós-alienação dos seus ativos de refino, nem ela, nem outro agente conseguirá ter esse olhar” diz. “A diretriz que será apresentada na reunião da próxima semana do CNPE é para que a ANP assuma esse monitoramento. Precisamos construir um arcabouço de ferramentas e de salas de acompanhamento para que agência tenha isso em tempo real”, explicou.

Na ocasião, serão tratados outros dois temas decorrentes da decisão da Petrobras de vender, até o final de 2021, oito de suas 14 refinarias: o fim dos leilões públicos de biodiesel e a garantia do abastecimento de GLP (gás de cozinha) durante a transição. A configuração atual, segundo Coelho é consequência do monopólio virtual da Petrobras no mercado. No caso do biodiesel, é dona das refinarias, onde é feita a mistura, e até da plataforma digital usada nos leilões. Os técnicos do governo propõem a criação de um modelo de transição para ser aplicado em 2021 e a troca dos leilões por um modelo “mais aberto, voltado para a concorrência” a partir de 2022.

Na área de GLP, a situação é parecida. A Petrobras responde pela produção doméstica, importação e sua logística. “O desafio é garantir segurança no abastecimento de GLP durante a transição”, afirmou o secretário, em sessão especial da Rio Oil&Gas 2020. A

Para Rafael Grisolia, CEO da BR Distribuidora, a abertura é boa oportunidade de levar competição a um mercado que nasceu e se desenvolveu monopolista, desde que haja coordenação dos múltiplos atores que estarão envolvidos.

Um desses atores será a própria Petrobras que, segundo Claudio Mastella, gerente executivo de comercialização da estatal, vem trabalhando para enfrentar os desafios de um cenário inédito. “Queremos ser a melhor opção, poder competir mais com os outros refinadores”, afirma. Para a diretora de downstream do Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás Natural (IBP), Valéria Lima, a venda das refinarias vai dinamizar a infraestrutura logística. “A dinâmica de produção das refinarias deixa de ser complementar, passando a ser competitiva e criando uma lógica distinta de escoamento de parte da produção”, diz. Ela espera investimentos significativos em terminais portuários, ferrovias, dutos de escoamento de derivados, além de maior dinâmica na navegação de cabotagem, demandada pela competição dos novos refinadores em nível nacional.

Na sua avaliação, essas transformações devem começar imediatamente após as primeiras operações de desinvestimento da Petrobras, prevista para envolver três das suas maiores unidades, a Rlam, na Bahia, a Repar, no Paraná e a Fefap, no Rio Grande do Sul. Embora o planejamento inicial da Petrobras fosse de concluir todo o pacote de desinvestimentos em refino até o final de 2021, a própria direção da empresa já admite que somente essas três operações deverão serem concluídas no próximo ano.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Cama Box Mola Ensacada 88 X 188
R\$ 729,90 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador
MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Esposa pede divórcio por causa dessa foto em família — consegue ver o motivo?
MOM LIFE MATTERS

LINK PATROCINADO

Você se lembra da ex-esposa de Tiger Woods? Veja ela hoje em dia
90MIN

LINK PATROCINADO

O maior atleta de todos os tempos é verdadeiramente maciço
90MIN

LINK PATROCINADO

Garota posta selfie online — imediatamente, todas as unidades da polícia são acionadas!
DAILY GOALS

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Veja o ranking dos 10 veículos mais vendidos no Brasil em novembro

Pressão sobre preços é a maior desde o fim da hiperinflação no Plano Real

Pesquisa do Ibre FGV mostra que alta de custos se espalha e terá novos efeitos para consumidor

Eduardo Cuccolo

SÃO PAULO Os preços de insumos que servem de base para a cadeia produtiva brasileira registram a maior alta desde o início do Plano Real. A pressão desse aumento é tal que está espalhando a inflação, antes concentrada no produtor, por vários setores da economia, chegando ao consumidor de forma cada vez mais intensa.

De acordo com levantamento feito pelo economista André Braz, do Ibre FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), o preço das matérias-primas brutas, como soja, milho, carnes e minério de ferro, acumula alta de 68% nos 12 meses encerrados em outubro, aumento inédito desde o fim do período de hiperinflação.

Entre os motivos dessa alta estão a desvalorização cambial e o aumento do preço desses itens em dólar, no mercado externo. Pesam ainda o desabastecimento de alguns produtos por causa do aumento das exportações e do rápido aquecimento da demanda, após a paralisação de diversas cadeias produtivas por causa da pandemia.

Nem todo esse aumento já chegou ao consumidor, apesar de ser possível identificar reajustes elevados nos preços de muitos alimentos e bens industriais, como eletrodomésticos e eletrônicos.

Os alimentos, por exemplo, acumulam alta no IPI (índice de preços no atacado da FGV) de 25%, sendo que metade desse aumento já bateu no IPC (índice de preços ao consumidor da FGV). O arroz, produto cuja alta provocou reação por parte do governo, subiu quase 120% no atacado e 62% no varejo, o que mostra o risco de continuidade desses repasses.

"Existe uma gordura, e o consumidor ainda pode verificar aumento no preço desses produtos", afirma André Braz, coordenador do núcleo de preços ao consumidor do Ibre. Ele diz que o "espalhamento da inflação" tem se ampliado e que os repasses tendem a ganhar força na medida em que a economia volta a crescer, alguns serviços são liberados, o isolamento social é flexibilizado e a rotina de consumo das famílias volta ao normal.

"É impossível para a cadeia produtiva reter por muito tempo aumentos dessa magnitude, ainda mais quando ela não tem um horizonte tão transparente de que essas pressões vão ceder no curto prazo", afirma.

Braz projeta que o IPCA (índice de preços ao consumidor do IBGE, que serve como meta para a inflação) deva fechar 2020 em 4,17%, acima da meta de 4%, mas abaixo do limite de tolerância. O teto fixado pelo Banco Central está em 5,5%.

A inflação vai continuar a subir até maio do próximo ano, quando deve ficar acima de 6% em 12 meses. Depois cairá, para fechar o ano entre 3,25% e 4,5%, a depender de alguns fatores: a estabilidade ou valorização do real, o fim do ciclo de alta de preços de commodities no exterior e o fim do desequilíbrio entre oferta e demanda, de colocaríamos a inflação no patamar inferior desse intervalo, abaixo da meta de 2021, de 3,75%, com limite de 5,25%.

"Primeiro, precisa de uma estabilidade maior da taxa de câmbio, o que a gente só vai conquistar tendo um cenário fiscal mais claro. Ainda que a gente tenha uma valorização do real nos próximos meses, se o preço dessas commodities seguir avançando lá

fora, como tudo indica, esses impactos ao produto vão continuar", afirma o economista.

Segundo o levantamento feito pelo economista do Ibre, a inflação ao produtor já se espalhou por todo o segmento de bens — não duráveis (como alimentos), semiduráveis

(vestuário) e duráveis (eletrodomésticos, por exemplo).

O índice geral de preços, porém, ainda é contido pelos preços dos serviços, setor que mais sofreu com a crise atual, e tarifas e outros preços administrados, que tiveram alguns reajustes adiados para 2021.

"A inflação, que antes estava muito contínua em bens não duráveis, que são os alimentos, se espalhou. Agora continua duráveis e semiduráveis. E não deve demorar de começar a aparecer alguma coisa em serviços, mas aí vai depender do bom anda-

mento da pandemia", diz Braz. Fernando Pimentel, presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), afirma que os preços foram muito afetados pela desvalorização cambial, em um setor em que mais de 70% dos custos são vinculados

à moeda estrangeira. Embora o Brasil tenha colhido uma safra recorde de algodão, houve também aumento do produto no mercado internacional. As matérias-primas sintéticas também subiram.

Ao mesmo tempo, houve uma "retomada de todos ao mesmo tempo", muito mais forte que a esperada e que criou um movimento para recompor estoques e atender os pedidos correntes, diz Pimentel. "Estamos prevendo que, por volta do final do primeiro trimestre de 2021, já estaremos com o mecanismo todo sincronizado. Antes da pandemia não havia escassez de nada nem pressão de custos.

Continua na pág. 2

E daqui pra frente?



O Safra só é o Safra porque, há mais de 175 anos, está sempre pensando sério no "daqui pra frente".

Nossos especialistas têm um cuidado especial a cada escolha e a cada movimentação.

Daqui pra frente, repense seus investimentos.

Abra sua conta agora. Investe como um especialista.



Safra

Central de Atendimento Safr: 55 (11) 3253-4455 (capital e Grande São Paulo) e 0300-105-1234 (demais localidades) - de 2ª a 6ª feira, das 8h às 21h30, exceto feriados. Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC): 0800-772-5755; atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-772-4136 - 24 horas por dia. Covid-19 (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito): 0800-770-1236; atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-727-7555 - de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados; ou acesso www.safra.com.br/atendimento/ouvidoria.htm; www.safra.com.br

mercado

PAINEL S.A. | **Ricardo Balhazar** (interino)
painelisa@grupofolha.com.br

Troca de marcha

A forte recuperação da atividade industrial nos últimos meses deverá ser substituída por um ritmo mais lento até o início do próximo ano, sugerem pesquisas feitas com empresários do setor. A sondagem mais recente da Fundação Getúlio Vargas indica que o nível de utilização da capacidade instalada nas fábricas ainda está abaixo da média histórica. A falta de insumos, dificuldades para reposição de estoques e incertezas sobre a retomada do consumo tendem a desacelerar a produção.

GALPÕES VAZIOS O índice da FGV que mede o nível dos estoques no setor atingiu em novembro ponto mais baixo em uma década. De acordo com a sondagem, 35% das empresas dos setores têxtil, de produtos de plástico e limpeza e perfumaria classificaram seus estoques como insuficientes.

ESPERAR PARA VER "Ninguém sabe o aumento de demanda dos últimos meses vai perdurar lá na frente", diz Renato de Mello Franco, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV. "Muitas indústrias sentem-se inseguras para aumentar a produção enquanto o cenário não ficar mais claro".

FATURA A escassez de matérias-primas e o câmbio desvalorizado têm feito os preços de vários insumos subir, disseram executivos de departamentos de compras à consultoria IHS Markit. As empresas aumentaram suas compras em novembro, mas muitas relataram atrasos nas entregas.

VALE O ESCRITO A BRE, dona das marcas Sadia e Perdigão, assumirá compromisso com dez objetivos para reduzir o sofrimento dos animais nas suas linhas de produção de suínos e aves, como parte de um novo plano de sustentabilidade que incluirá metas ambientais, sociais, de governança e diversidade. O plano será anunciado na terça (8).

LICIAÇÃO DE CASA A empresa diz que já cumpre três das metas estabelecidas, incluindo a eliminação do corte dos dentes de suínos e o uso na produção de alimentos industrializados, como tortas e pães de queijo, apenas de ovos de galinhas criadas livres de gaiolas. Outras metas serão feitas pela primeira vez, como a eliminação de castração cirúrgica de suínos até 2022.

VAUCSTAR A meta mais difícil de cumprir será a que prevê instalação de baias coletivas de gestação para todas as fêmeas suínas até 2026, diz Neil Peixoto, vice-presidente de qualidade, pesquisa e desenvolvimento e sustentabilidade da companhia. A mudança exigirá a reconstrução das estruturas atuais, em que os animais ficam em gaiolas individuais durante a gestação.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS
Novembro, em % ao mês
Máximo: 8,00
Mínimo: 7,73
Cheque especial: 8,00
Empréstimo pessoal: 7,89
Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência novembro*
Autônomo, empregador e fiscalizativo
Valor mín.: R\$ 1.045,20 20% R\$ 209,04
Valor máx.: R\$ 4.101,06 20% R\$ 122,021

MEI (Microempreendedor)
Valor mín.: R\$ R\$ 1.045,20 5% R\$ 52,25

Assalariado
Ata R\$ 1.045 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 3.089,60 9%
De R\$ 3.089,61 a R\$ 11.344,40 12%
De R\$ 11.344,41 a R\$ 41.010,06 14%

IMPOSTO DE RENDA
Em R\$ Alíquota, em % Descontar, em R\$
Até 1.903,98 Isento
De 1.903,99 até 2.826,66 7,5 142,80
De 2.826,67 até 3.751,05 15 354,80
De 3.751,06 até 4.664,68 22,5 636,13
Acima de 4.664,68 27,5 869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o plano na capital e cidade de São Paulo
Alíquota Mínimo Máximo em R\$
Empregado De 75% 97,04 713,09 a 14%
Empregador 20% 250,50 1.220,23

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7 dez. A data de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário.

Pressão sobre preços é a maior desde o fim da hiperinflação no Plano Real

continuação de pág. 1

Está muito clara que a interrupção gerada pela necessária quarentena provocou uma desorganização. Em relação aos preços, ele afirma que a indústria têxtil tem hoje uma inflação acumulada mais alta que a cadeia seguinte, do vestuário, que registra queda de preços, dado que esse é um setor com muita concorrência.

"O impacto para o consumidor final é extremamente amortecido e, não acredito que, olhando o Natal deste ano e do ano passado, você tenha um impacto inflacionário muito diferente de algo da ordem de 5% ao consumidor final", diz Pimentel. "É maior que a inflação média, sim, mas no ano em que as pressões de custos foram brutais por conta da desvalorização cambial e aumento das cotações internacionais".

No setor de alumínio, que fornece matérias-primas para setores como montadoras de veículos, construção civil, empresas de embalagens e de eletrodomésticos, o câmbio e a desorganização da cadeia produtiva foram os fatores que mais pesaram, de acordo com Milton Rego, presidente-executivo da Abal (Associação Brasileira do Alumínio).

Segundo Rego, o descolamento entre preços no atacado e varejo é explicado pela recessão e também pela paralisação de várias indústrias no período da pandemia, que utilizaram estoques adquiridos a preços mais baixos. As novas aquisições, no entanto, estão sendo feitas em um cenário de preços bem mais elevados.

"Mais cedo ou mais tarde, esses valores chegam até a ponta, e não chegaram antes porque a gente estava em uma grande recessão", diz o presidente-executivo da Abal. "Nessa situação, demora a transferência de preços do atacado para o varejo".

Segundo ele, caso a produção industrial tivesse sido mantida constante, não haveria um descolamento entre esses preços. "A gente só está vendo porque tivemos esses meses em que a indústria intermediária utilizou todos os estoques", afirma o executivo.

Luz mais cara agora afasta estouro da meta em 2021

O BC (Banco Central) ganhou um aliado no combate à inflação em 2021: o sistema de bandeiras tarifárias na conta de luz. A adoção da bandeira vermelha eleva o preço da energia a partir deste mês de dezembro, mas afasta o risco de descumprimento da meta de inflação no próximo ano — que estava no radar de alguns especialistas.

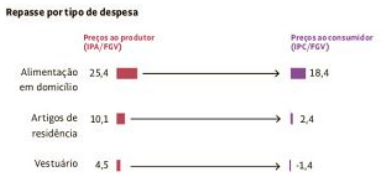
Na primeira versão de seu trabalho sobre o repasse de preços do atacado para o varejo, o economista André Braz, do Ibre FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), previa que a inflação de 2021 ficaria, no mínimo, na meta de 4,25%, com chances de estourar o limite de tolerância de 4,5 ponto percentual, estabelecido pelo Bce e chegar a 5%.

A notícia da antecipação da volta do sistema de bandeiras tarifárias, com a adoção da bandeira vermelha na conta de energia, o patamar mais oneroso para o consumidor, anunciada na segunda-feira da semana passada (30), levou a uma revisão dos mínimos para 3,55% e 4,52%, respectivamente.

Essa revisão leva em consideração o efeito da conta de luz sobre a inflação. Como a meta de inflação considera o IPCA no final do ano, o que interessa para a autoridade monetária é a diferença entre a bandeira de dezembro de cada ano.

Inflação pressiona cadeia produtiva e consumidor já vê repasses

Variação de preços em 12 meses até out.2020, em %



Razões para a escalada dos preços das matérias-primas brutas

1. Desvalorização cambial
2. Aumento dos preços em dólar
3. Aumento do volume das exportações
4. Desmobilização das cadeias produtivas
5. Aquecimento da demanda industrial

67,9%
É a alta nos preços das matérias-primas brutas em 12 meses

Veja os fatores que podem comprometer a inflação em 2021

IPCA acumulado em 12 meses, em %



1. Preço de commodities em alta no exterior
2. Permanência de desequilíbrio oferta/demanda
3. Agravamento da crise fiscal no Brasil
4. Nova rodada de desvalorização do real

*Os dados a partir de nov.2020 são projeções do FGV Ibre. Fonte: IBGE e FGV Ibre.

3,75%
é a meta de inflação para 2021; mercado considera que não há risco de o teto, de 5,25%, ser ultrapassado

Mesmo se ele ficar em seu nível mais alto (o atual vermelho 2) pelos próximos 12 meses, onerando o consumidor de dezembro deste ano a novembro de 2021, uma mudança em dezembro do próximo ano para vermelho 1, amarelo ou verde será contabilizada no IPCA acumulado no preço da energia.

A decisão da agência reguladora do setor, a Aneel, de adotar a bandeira vermelha em dezembro eleva um pouco a inflação deste ano, no entanto, no final de 2021, pode representar um alívio de até 0,50 ponto percentual, no ano em que a meta é de 3,75%.

Os economistas consultados previa estouro da meta. Para os preços no atacado, as projeções são de 3,4% neste ano e 4,3% no próximo. A volta da cobrança extra na conta de energia pegou de surpresa até os especialistas do setor. A decisão representou um recuo em relação à diretividade tomada pela agência em maio, que previa a manutenção da bandeira verde, sem custodiado adicional, até o fim do ano, para evitar sobrecarregar os consumidores na pandemia.

A agência disse que a revisão foi necessária diante da queda do nível de armazenamento nos reservatórios das hidrelétricas da retomada do consumo de energia com o fim das medidas de isolamento. Em novembro, o volume de energia armazenada nos reservatórios das regiões Sudeste e Centro Oeste atingiu a média de 18,1%, a menor para o mês desde 2014. No Sul, onde os reservatórios fecharam novembro com 18,6% de sua capacidade de geração de energia, o menor valor para o mês pelo menos dos últimos 20 anos.

folhainvest
BC trabalha para



EstúdioFOLHA
projetos patrocinados

dobrar número de cooperativas

Segmento representa cerca de 10% do setor, e a meta da autarquia é que a fatia cresça para 20% em dois anos

Larissa Garcia

BRASILIA O BC (Banco Central) pretende dobrar a participação de cooperativas de crédito no sistema financeiro até 2022. Hoje, o segmento representa cerca de 10% do setor e a meta é que a fatia chegue a 20% em pouco mais de um ano.

A iniciativa faz parte da agenda de competição da autoridade monetária, que traz medidas para desconcentrar o sistema financeiro.

A estratégia do BC é flexibilizar ainda mais as regras para o segmento, movimento que começou há mais de uma década.

A cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros aos seus associados. Assim, os cooperados são o mesmo tempo donos e usuários da instituição, com participação na gestão e que usufruem de seus produtos e serviços.

Nas cooperativas, o acesso aos principais serviços disponíveis nos bancos, como conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito e empréstimos.

O diretor de Fiscalização, Paulo Souza, disse, em entrevista à Folha, que as cooperativas esperam a aprovação de projeto de lei complementar, entregue à Câmara em abril. A proposta tira entraves e dá maior segurança jurídica para o segmento.

A regra permitirá que a cooperativa tenha associados de qualquer lugar do país, desde que preste assistência e integre o cooperado por meio virtual. Hoje, há cooperativas que só aceitam associados que residam em um determinado raio de sua sede.

"O objetivo é melhorar a organização sistêmica das cooperativas e dar mais liberdade de atuação. Ao mesmo tempo, elas poderão andar em blocos e se integrarem", afirmou Souza.

"A legislação, por exemplo, permitirá que uma instituição tome parte do crédito em outra, caso não haja recursos suficientes na sua. Isso abre caminho para que empresas maiores possam tomar crédito em cooperativas."

A ideia do BC é aumentar a participação das cooperativas nas regiões Norte e Nordeste de 13% para 25%.

"Nessas áreas existe um grande potencial de crescimento. Em alguns lugares do Sul, em linhas como capital de giro, as cooperativas têm mais de 50% de representação", disse Souza.

Além disso, a autoridade monetária quer que as instituições ampliem as opções de crédito para os próprios cooperados.

"Hoje, apenas cerca de 30% do crédito tomado pelo associado é feito na cooperativa, o restante é tomado em bancos e outras instituições. Há espaço para elevar esse índice", afirmou o diretor do BC.

Segundo Souza, as cooperativas começaram a captar recursos por meio da poupança recentemente, o que abriu caminho para que elas concedam crédito imobiliário. Para ele, esta é uma modalidade que pode atrair o próprio cooperado.

Quando o cliente deposita dinheiro na poupança, o banco precisa, de acordo com as

regras do BC, direcionar parte desses recursos ao crédito imobiliário ou rural.

"Muitas vezes o cooperado não sabe quais são as linhas disponíveis ou a cooperativa não tem recursos suficientes para emprestar a quantia que o associado necessita. As mudanças vão facilitar nesse sentido também", disse.

Para alcançar a meta de crescimento, o BC também sugere que as cooperativas aumentem a participação entre a população de baixa renda. "Identificamos que a maior parte dos associados do segmento têm renda superior a dez salários mínimos", disse Souza.

O objetivo do BC é que os cooperados tenham baixa renda.

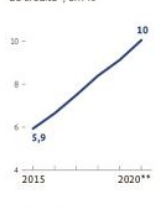
Souza pontuou que o cooperativismo de crédito cresce a taxas elevadas nos últimos anos.

Em 2015, o segmento tinha 5,9% do sistema financeiro, pouco mais da metade do que representa hoje. Em 2019, a carteira de crédito do setor cresceu 25%.

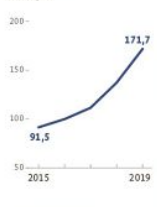
O cálculo de participação do cooperativismo de crédito no mercado usado pelo BC exclui modalidades que não são oferecidas pelas cooperativas, como linhas para grandes empresas. Se todo

BC quer dobrar participação de cooperativas no sistema financeiro

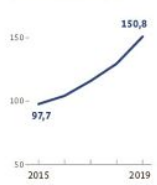
Participação das cooperativas no mercado de crédito*, em %



Evolução da carteira de crédito de cooperativas, em R\$ bi



Evolução de novos empréstimos acumulados em 12 meses, em R\$ bi



*Leva em conta apenas linhas de crédito oferecidas por cooperativas.
**Até setembro | Fonte: Banco Central

o sistema financeiro foi contabilizado, o setor equivale, atualmente, a cerca de 5%.

"Neste ano [o setor] deve crescer ainda mais por causa das linhas emergenciais do governo de apoio às micro, pequenas e médias empresas durante a pandemia. As cooperativas foram expostas desses programas", disse o diretor.

O coordenador nacional de crédito da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Marco Aurelio Almada, disse considerar factível a meta imposta pelo BC.

"O cooperativismo no país é recente e até pouco tempo era bastante limitado. Antes, as cooperativas eram formadas por um grupo específico e tinham pouca atuação. A flexibilização das regras facilita esse processo", disse.

Almada ponderou que o setor precisa crescer mais também nas capitais e nos grandes centros. "As cooperativas têm forte presença em cidades do interior onde, por vezes, são as únicas instituições da região. Nas metrópoles, no entanto, são pouco conhecidas", disse.

Além disso, segundo ele, o segmento precisa continuar investindo em inovação. "Ter tecnologias compatíveis com as dos grandes bancos é essencial para competir hoje em dia", disse.

Luis Schuller, diretor da Unicred, admitiu que é uma meta ousada, mas disse acreditar que o cooperativismo tende a se fortalecer em períodos de crise.

"O crédito normalmente desacelera em momentos de baixa atividade econômica pelo risco de inadimplência e as cooperativas suprem essa carência, especialmente entre empresas menores", disse.

"O BC está vendo as cooperativas como possível regulador de preços no mercado, para que as taxas não fiquem livres à precificação dos cinco maiores bancos", afirmou.

Segundo ele, as taxas praticadas pelo segmento são menores do que as demais. "Especialmente em linhas como crédito pessoal não consignado e capital de giro".

Além disso, segundo Schuller, o modelo do segmento é mais próximo ao cliente do que o de outras instituições.

"Mesmo com a possibilidade de atendimento virtual, as cooperativas prezam pela proximidade com o associado. Ele também é dono da instituição e se compromete com seu desempenho. Por isso, nossas operações têm menor risco", disse.

O presidente do banco cooperativo Sicredi, João Tavares, destacou que o objetivo do BC é gerar mais competição e, com isso, taxas de juros mais baixas no mercado.

"Com mais empresas tendo acesso a crédito, há mais emprego também", disse.

"Já temos forte atuação em micro e pequenas empresas e pretendemos ampliar ainda mais. Não temos apetite a oferecer crédito às grandes empresas, por exemplo".

Mas, segundo Tavares, parte do processo de expansão vai exigir um trabalho pela mudança cultural. "Precisamos desmistificar o tema e mostrar para as pessoas que é simples abrir uma conta em uma cooperativa, apresentar o modelo. Há bastante desconhecimento do sistema sociedade", afirmou.

Na economia pós-pandemia, dados serão ainda mais cruciais

Tecnologia da Mastercard analisa bases de dados com segurança e ética para gerar insights e aumentar a lucratividade das empresas

Em 2020, o mundo mudou. A transformação digital tornou-se

uma realidade e isso acelerou as exigências da sociedade. As pessoas querem ter interações simples e rápidas com empresas, governos, lojas e todos com quem se relacionam online. Ao nos tornarmos digitais, geramos cada vez mais dados. Essas informações, utilizadas com ética e segurança, podem ser a base para a inovação e a lucratividade de muitas empresas.

"Estamos no meio de uma mudança de paradigmas. A pandemia de Covid-19 acelerou a transformação digital e o ciclo de vida do consumidor agora é online. Na economia digital pós-pandemia, dados serão cruciais para entender o futuro e aproveitar todas as oportunidades que essas mudanças trazem", disse Raj Seshadri, presidente de Data & Services da Mastercard, em palestra no Innovation Forum América Latina e Caribe, criado pela empresa para compartilhar a visão de líderes e especialistas da indústria de tecnologia e meios de pagamentos.

Uma pesquisa da consultoria McKinsey mostra que organizações orientadas por dados ganham 23 vezes mais probabilidade de adquirir novos consumidores, seis vezes mais capacidade de reter clientes e 10 vezes mais chances de ser lucrativa. Uma empresa só conseguirá enxergar o futuro claramente, segundo Raj, se abraçar a informação e tomar decisões baseadas em *big data*.

Isso envolve o uso da tecnologia de uma forma mais assertiva, como no varejo, para criar ofertas personalizadas, voltadas para cada um dos clientes.

Na metodologia da área de Data & Services, a divisão de serviços de consultoria e insights de dados da Mastercard, o cliente é sempre posicionado no centro. Segundo Raj Seshadri, a Mastercard atua em quatro

etapas: descoberta, recomendação, ação e melhorias.

Esse processo permite que empresas de variados setores tomem decisões mais eficientes. É o caso do varejista Exito, com sede na Colômbia. Com mais de 500 lojas, entre hipermercados, supermercados e lojas de conveniência, a rede desejava aumentar o uso de pagamentos por aproximação e melhorar a experiência do consumidor.

Depois de analisar todo o ecossistema de lojas, olhando para dados como tamanho, tipo, localização e número de caixas, a Mastercard implementou múltiplas campanhas-piloto de marketing em 34 lojas, para testar a

efetividade. As campanhas envolveram treinamento local e virtual de operadores de caixa, comunicação com os clientes e incentivo para a utilização de pagamento por aproximação.

O resultado foi um aumento de 44% nos pagamentos por aproximação. O varejista registrou ainda 1% de crescimento nas transações totais, com o dinheiro sendo substituído pelo cartão. Os consumidores finalizaram suas compras 3 segundos mais rápido. "Pode não parecer muito, mas isso representa 3,9% de aumento na velocidade de pagamento, fator importante para os custos da loja e a satisfação dos clientes", afirma Raj.

Benefícios da tomada de decisão orientada por dados

- ✓ GERA mais segurança e assertividade
- ✓ PERMITE mensurar o impacto de cada decisão
- ✓ GERA mais confiança na equipe
- ✓ MELHORA a eficiência operacional
- ✓ AUXILIA no processo de inovação

Fonte: Pesquisa Monitor Business Review - Analytics Services, Julho 2019



MASTERCARD É MAIS DO QUE CARTÃO. SAIBA MAIS EM ESTUDIO.FOLHA.COM.BR/MASTERCARD

mpme

Crédito federal ajuda os pequenos, mas alta demanda dificulta acesso

Terceira fase do Pronampe, programa de apoio às micro e pequenas empresas, deve liberar R\$ 10 bi

Leonardo Neiva

SÃO PAULO A terceira fase do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) deve injetar mais R\$ 10 bilhões em crédito voltado a micro e pequenos negócios. O Senado aprovou o projeto de lei no dia 18 de novembro. Agora, o texto aguarda votação na Câmara dos Deputados, para depois seguir para sanção pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Apesar de aliviar a situação da combatida classe empreendedora brasileira em meio à pandemia, o Pronampe não deve ser o único fator de auxílio nem a salvação do setor, segundo especialistas ouvidos pela reportagem.

O fisioterapeuta Marco Aurélio Adedei, 31, usou o crédito de R\$ 30 mil que conseguiu com o programa para gerar fluxo de caixa e pagar as contas de sua rede de clínicas Reabilitando, que mantém há cinco anos em São Paulo.

Além disso, devido à queda no movimento, precisou sair do imóvel onde uma das clínicas funcionava para um espaço menor e, com o dinheiro do aluguel que economizou, conseguiu ampliar a rede de atendimento.

Abriu mais duas unidades na Admissão e na cidade de Guarulhos, que se juntaram às clínicas já em funcionamento nos bairros Paraíso e Moema.

"Conseguimos ir na contra-mão da pandemia. Diminuímos o espaço físico e diversificamos os pontos. Nestes últimos dois meses, a situação já melhorou muito", diz o fisioterapeuta, que hoje já recebe um fluxo de clientes próximo do registrado no início do ano.



Marco Aurélio Adedei, dono da rede de clínicas Reabilitando, em SP. Método: Missionero/Flashpress

Criado em maio para amenizar as perdas de micro e pequenos empresários devido à pandemia, o Pronampe prevê abertura de linhas de crédito, concedidas por bancos, cooperativas de desenvolvimento e cooperativas de crédito.

Até agora, o programa destinou cerca de R\$ 28 bilhões a empresas. Na terceira fase, caso o projeto seja aprovado sem alterações, deve receber novos aportes de até R\$ 10 bilhões, com limite de R\$ 300 mil por financiamento. O índice reduzido de juros

aplicado nas outras fases será mantido — de 1,25% mais a taxa Selic (2%). Inicialmente, o projeto estabelecia juros de 6% acrescidos da Selic, mas o autor da proposta, o senador Jorginho Mello (PL-SC), e a relatora, a senadora Kátia Abreu (PP-TO), decidiram voltar ao índice anterior. A carência para o pagamento é de seis meses.

Mello avalia como positiva a caminhada do programa até aqui e considera que seu impacto "mostra que estamos no caminho certo".

De acordo com ele, embora os valores ainda não sejam suficientes para suprir as necessidades dos empreendedores, o programa deve se tornar permanente, com a abertura de novas linhas em 2021.

A nova fase deve trazer alívio, mas não pode ser vista como tábua de salvação, diz o gerente de capitalização e serviços financeiros do Sebrae, Márcio Augusto Montella. "É preciso analisar o contexto. Várias linhas de crédito foram adaptadas e outros programas foram criados."

Como conseguir acesso ao programa

- Empresas que já são clientes de um banco devem avisar que **têm interesse em conseguir crédito do programa**, mesmo antes da regulamentação da nova fase.
- Quem ainda não tem em contato com uma instituição e **providenciar o mais rápido possível a documentação exigida**.
- É essencial resolver qualquer pendência financeira ou de crédito, para que isso não seja um empecilho durante a análise do pedido.
- Empresas novas devem aprimorar o relacionamento com a instituição financeira, **apresentando informações relevantes como faturamento e capacidade** — negócios com menos de seis meses não costumam conseguir financiamento.

Fonte: Márcio Augusto Montella, gerente de capitalização e serviços financeiros do Sebrae

e pequenas empresas neste momento, afirma ele.

Apenas 11% dos donos de pequenos negócios do país receberam crédito em bancos, segundo relatório de setembro do Sebrae.

As principais causas de pedidos negados no Pronampe, segundo Montella, são a empresa já estar negativada, a existência de restrições à obtenção de crédito anteriores ou pouco histórico, o que dificulta a análise — caso de negócios muito novos. Outra questão é a grande demanda, esgotando rapidamente as linhas do programa.

Foi o que aconteceu com Leonardo Wachter, 34, que há 12 anos comanda a WZ Confeções e Serviços, em Blumenau (SC). O empresário chegou a reunir toda a documentação necessária para pedir um empréstimo de R\$ 50 mil pelo Pronampe em julho.

"Na hora em que entregamos a documentação no banco, não havia mais crédito disponível. Foi nossa maior decepção, porque era o momento em que mais precisávamos", afirma.

O empresário teve então que encontrar outras formas de se manter. Reduziu custos, renegociou prazos, demitiu funcionários — de 28, passou a trabalhar com 18.

No fim, mesmo com a queda no faturamento, conseguiu sustentar financeiramente o negócio com o capital da empresa e desistiu de tentar novas linhas de crédito.

"É um programa que tende a ter um bom resultado, desde que seja permanente. Se considerarmos que, nas fases anteriores, ele esgotou todos os recursos, dá para dizer que é um sucesso", afirma Montella.

Marmiteiros viram homechefs e adequam métodos para entregas

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO A pandemia ajudou a inflar o setor de fornecimento de comida caseira por delivery. Só o aplicativo Appette, que entrega 1,82o pratos diariamente na capital paulista, viu o número de cozinheiros cadastrados quadruplicar desde o início da crise. "Muita gente veio de restaurantes que fecharam as portas, mas também há profissionais de outras áreas que já cozinhavam de forma amadora

e precisaram acionar o plano B", relata o presidente do Appette, Guilherme Parente, 41. Os 600 cozinheiros cadastrados no aplicativo estão passando por uma avaliação criteriosa. Agora, os profissionais são obrigados a fazer curso online de boas práticas na manipulação de alimentos e suas cozinhas estão sendo visitadas por nutricionistas.

Cozinheiros informais também serão impedidos de trabalhar pela plataforma. Segundo Parente, as normas

tem como objetivo deixar o cliente mais confiante na hora de fazer o pedido.

Cadastrado no Appette desde 2017, Marília Gonçalves de Souza, 38, já tinha experiência com restaurantes quando decidiu virar homechef.

Os cerca de 20 pratos que ela entrega por dia são preparados na cozinha doméstica, mas cozinhar para o público exige adaptações.

"Além de adquirir uma geladeira extra e dois freezers, trouxe os utensílios de madeira

e de bambu, que não são permitidos pela Anvisa. Até a mesa de montagem dos pratos agora é de aço inox."

Outras adaptações que os cozinheiros são obrigados a fazer são a instalação de lixeira com pedal e o uso obrigatório de etiquetas de validade.

"Entre os erros mais comuns estão o uso de lixeira de pia e higienização de hortaliças só com água e vinagre", afirma Parente.

Mas nem todas as normas determinadas pela Anvisa são

adaptáveis para o universo doméstico, o que estimulou o empresário a lutar por uma legislação para os homechefs.

Ele e Nelson Andreatta, 40, fundador de outro aplicativo similar, o Eats For You, participaram da redação do Projeto de Lei 689/2020, apresentado à Câmara Municipal pelo vereador José Polício Neto (PSD) e já em tramitação.

"A legislação determina que haja pias separadas para a lavagem de mãos e para higienização de alimentos, o que

dificilmente existe em uma residência. Também proíbe a presença de animais domésticos, mas bastaria que o homechef adotasse uma barreira física que o impedisse de circular nas áreas de produção", diz Parente.

Para a cozinheira Adélia Fernandes, 66, da Marmitaria Rissee, as exigências crescentes dos aplicativos demandam investimento, mas valem a pena. Das 80 marmittas que ela entrega por dia, metade é para clientes do Eats For You.

CAPITAL DE GIRO DE GIRO

SOLUÇÃO PARA O SEU CAIXA, TRANQUILIDADE PARA VOCÊ.

Contratação on-line.

Carência de até

180 dias

PARA PAGAR A PRIMEIRA PARCELA

TAXAS A PARTIR DE

0,99% A.M.

PAGAMENTO EM ATÉ

72 MESES

bradesco

empresas e negócios

Acesso em empresasnegocios.bradesco/capitaldegiro e saiba mais.

Crédito sujeito à aprovação e demais condições de produto. CNPJ nº 06.908.110/0001-00.

Auxílio emergencial faz Caixa criar banco digital que pode render R\$ 50 bi

Expectativa é que Banco Central autorize funcionamento até o fim do primeiro trimestre; instituição pode ter 49% das ações vendidas

Júlio Wlaziak

BRASÍLIA A pandemia da Covid-19 fez a Caixa Econômica Federal detectar uma oportunidade de negócio capaz de render ao menos R\$ 50 bilhões. A perspectiva foi impulsionada pelo pagamento do auxílio emergencial.

O montante bilionário é o valor estimado com a abertura de capital (49% das ações) de um banco digital que a Caixa pretende criar. O patrimônio da instituição virá dos serviços prestados pelo aplicativo Caixa Tem.

Hoje, a ferramenta tecnológica está vinculada a 123 milhões de contas. Elas foram abertas para o pagamento do auxílio emergencial e outras transações financeiras via celular — forma de estimular o distanciamento social.

O benefício emergencial foi criado pelo governo federal para minimizar o impacto da crise causada pelo coronavírus. Inicialmente o valor era de R\$ 600 mensais, e agora foi reduzido para R\$ 300. O auxílio acaba neste mês.

Ainda sem um nome definitivo, o braço digital da Caixa será destinado a correntistas de baixa renda.

A instituição permitirá movimentações de até R\$ 5.000 por mês e concentrará todos os pagamentos de benefícios sociais do governo, que serão agregados em etapas, além de prestar todos os tipos de serviços financeiros — saques, pagamentos de contas ou transferências, venda de seguros e oferta de microcrédito.

O novo banco será controlado pela Caixa, que ainda aguarda o aval do Conselho de Administração para pedir a autorização de funcionamento ao Banco Central.

No momento, o que está em discussão no colegiado é o valor do investimento inicial a ser feito pela Caixa.

Será preciso garantir a estrutura tecnológica necessária e o deslocamento das equipes. Hoje o Caixa Tem usa a tecnologia do banco estatal e cerca de cem funcionários da instituição atuam no projeto.

Essa etapa, segundo executivos envolvidos, deverá ser concluída até o fim deste ano. A expectativa é que a aprovação pelo Banco Central então saia até o fim do primeiro trimestre de 2021.

O valor estimado (cerca de R\$ 100 bilhões) é elevado por que, diferentemente de fintechs concorrentes, o braço digital já está em funcionamento na Caixa. A concorrência começa do zero e demora a empregar resultados.

Pessoas envolvidas no projeto afirmam que o Caixa Tem já está com mais de 50 milhões de correntistas fazendo algum tipo de operação financeira. Essa movimentação man-

Um banco digital voltado à baixa renda

Pandemia fez surgir braço financeiro da Caixa Econômica que valerá R\$ 100 bilhões se fosse instituição separada



20 milhões Foi o total de contas digitais abertas somente em uma semana no mês de maio

R\$ 50 bilhões É o valor de transações financeiras realizadas pelo cartão de débito dessas contas, como pagamentos de contas e transferências

R\$ 100 bilhões É a estimativa de quanto esse braço digital da Caixa pode valer se for separado do banco e se tomar uma instituição financeira digital

R\$ 5.000 Será o teto de movimentação financeira pelas contas digitais

Fonte: Caixa Econômica, Banco Central, análise de mercado

105 milhões

é o número de contas digitais que a Caixa tinha abertas no fim do terceiro trimestre aptas a receber não só o auxílio emergencial como todos os benefícios sociais

R\$ 356 bilhões

foram pagos por meio dessas contas

tém um constante fluxo de uso dos serviços do aplicativo. Esses clientes fazem ao menos uma transferência ou um pagamento de conta.

No fim do terceiro trimestre, essas transações movimentaram cerca de R\$ 50 bilhões. São quase R\$ 20 bilhões a mais do que no trimestre anterior.

A Caixa já vendeu mais seguros pelo aplicativo do que pela própria rede de atendimento. Os números, no entanto, não foram revelados.

A criação de um banco digital foi idealizada pelo presidente da Caixa, Pedro Guimarães, no início da pandemia, em março, quando o governo planejava liberar a ajuda mensal a quem comprovasse perda de renda por causa do isolamento necessário para conter a disseminação do coronavírus.

A decisão do ministro Paulo Guedes (Economia) e do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de editar uma medida provisória permitindo a abertura de contas digitais sem autorização do titular abriu caminho para o que Guimarães chama de "o maior processo de bancarização do planeta".

Como conversou a MPemlé, no início de abril, a Caixa registrou inicialmente 18,9 milhões de contas digitais. Os cartões de débito virtual vinculados só começaram a ser emitidos no segundo trimestre.

Essas contas se relacionam com o aplicativo Caixa

Tem, uma central de serviços para aqueles que se inscreveram no programa de ajuda do governo. Naquela fase, 97,5 milhões de pessoas baixaram a ferramenta.

No fim do terceiro trimestre, dado mais recente, a Caixa tinha as 105 milhões de contas digitais abertas aptas a receber não só o auxílio emergencial como todos os benefícios sociais. Ao todo foram pagos R\$ 356 bilhões.

Como houve o desdobra do pagamento pelo governo, os titulares passaram a fazer transações financeiras por essas contas ao longo dos meses subsequentes. Na prática, elas passaram a funcionar como se fossem contas correntes.

A Caixa Econômica definiu um pacote de movimentações para livrar o correntista de taxas. Quem extrapola paga uma taxa extra ou migra para uma conta da Caixa.

O plano prevê a migração de todos os programas sociais do governo para essa plataforma. O Bolsa Família começa a se integrar neste mês. Os beneficiários foram divididos em quatro grupos. O último será incluído na plataforma em março de 2021.

Para evitar falhas, os pagamentos poderão ser efetuados tanto pelo cartão social (modelo atual de recebimento) quanto pelo aplicativo. O sistema não permitirá receber dois benefícios. Ao sacar de uma forma, a outra estará automaticamente bloqueada.

Também em março terá início a oferta de microcrédito. Quem solicitá-lo terá uma conta digital aberta automaticamente.

Essa modalidade de empréstimos será lançada por que, durante a pandemia, a Caixa firmou uma parceria com a Receita Federal. O fisco já enviou ao banco uma lista completa da análise prévia de crédito dos beneficiários.

Segundo executivos da Caixa, a demanda na avaliação do tomador acaba inviabilizando esse tipo de empréstimo pelos bancos comerciais. Por isso, a Caixa aposta no microcrédito.

O usuário não desenvolverá um aplicativo que atenda a outras necessidades que as pessoas tenham em suas vidas, que elas usem para tudo, não só para serviços financeiros. O plano é criar uma plataforma aberta para quem quiser oferecer produtos e serviços para os nossos clientes.

Pretendemos abrir a plataforma até o início do ano que vem. Não haverá contratos de exclusividade, porque achamos que isso acaba prejudicando o usuário. Nossa plataforma será agnóstica.

era uma oportunidade para alavancar doações e fazer crescer nossa base de usuários. Ganhamos pouquíssimo dinheiro com essas transações, mas elas nos trouxeram um valor muito grande ao acelerar a aquisição de clientes. Nosso futuro depende de um relacionamento de longo prazo com essas pessoas.

Fundador e diretor de produtos e tecnologia da empresa, Anderson Chamon diz que seu objetivo é transformar o PicPay numa plataforma aberta, onde qualquer empresa poderá oferecer serviços financeiros e outros produtos, competindo pela atenção e pelo bolso das pessoas que instalarem o aplicativo.

A empresa viu sua clientela crescer neste ano de 12 milhões para 35 milhões de pessoas. Cerca de 13 milhões são considerados usuários ativos, que interagem com a plataforma pelo menos uma vez por mês, fazendo operações ou conversando com outras pessoas. O volume de transações processadas pelo aplicativo atingiu R\$ 2 bilhões por mês.

Como vê o aumento da competição no sistema financeiro? Sempre houve grande concentração no Brasil, mas uma série de ações do Banco Central tem criado condições para aumentar muito a competição no mercado. Quando criamos o PicPay não havíamos previsto nas normas do BC para contas de pagamento como as que oferecemos.

Houve grande evolução, e isso permitiu o aparecimento de diversos competidores, com grande oferta de produtos. Criou-se um terreno fértil para a inovação, e surgiram serviços que não faziam parte do dia a dia das pessoas antes.

Como vocês pretendem se diferenciar? Depende do valor que a gente conseguir construir em cima da infraestrutura, da nossa base de clientes e das suas interações sociais no aplicativo. Queremos atrair para a plataforma outros provedores de serviços financeiros e fornecedores de outros tipos de produto, construindo um grande marketplace.

O nosso jogo é desenvolver um aplicativo que atenda a outras necessidades que as pessoas tenham em suas vidas, que elas usem para tudo, não só para serviços financeiros. Pretendemos abrir a plataforma até o início do ano que vem. Não haverá contratos de exclusividade, porque achamos que isso acaba prejudicando o usuário. Nossa plataforma será agnóstica.

Apandemia foi boa para o seu negócio? Ela acelerou transformações que se iniciaram antes. As pessoas já estavam deixando de usar dinheiro de papel e adotando hábitos como o de fazer pagamentos pelo celular. Mudanças desse tipo costumam levar tempo, mas o isolamento acelerou muita coisa porque levou as pessoas a buscar alternativas.

Nosso ritmo de aquisição de novos usuários aumentou muito. O comércio informal, os mercadinhos de bairro, pequenos estabelecimentos buscaram a plataforma. Transações sem fins comerciais também cresceram, como doações durante a pandemia.

Quando as lives surgiram como uma fonte de entretenimento, percebemos que

PAINEL S.A. | Ricardo Balthazar (interim) painel@grupopulo.com.br

Anderson Chamon Nossa plataforma será aberta para quem quiser oferecer produtos e serviços

SÃO PAULO A pandemia do coronavírus fez bem ao PicPay, aplicativo que ostenta a maior carteira digital de pagamentos do país. A procura por serviços financeiros digitais cresceu na quarentena, criando oportunidades para que ele multiplicasse sua base de usuários e se preparasse para movimentos mais ambiciosos.

Fundador e diretor de produtos e tecnologia da empresa, Anderson Chamon diz que seu objetivo é transformar o PicPay numa plataforma aberta, onde qualquer empresa poderá oferecer serviços financeiros e outros produtos, competindo pela atenção e pelo bolso das pessoas que instalarem o aplicativo.

A empresa viu sua clientela crescer neste ano de 12 milhões para 35 milhões de pessoas. Cerca de 13 milhões são considerados usuários ativos, que interagem com a plataforma pelo menos uma vez por mês, fazendo operações ou conversando com outras pessoas. O volume de transações processadas pelo aplicativo atingiu R\$ 2 bilhões por mês.

Ações de marketing e promoções têm elevado os custos para aquisição de clientes? É um desafio grande. Não queremos queimar dinheiro. Quanto mais gente embarca no nosso aplicativo, melhor ele fica, por causa do efeito de rede, das interações entre os usuários. Nosso objetivo com esses investimentos é aumentar a base de clientes e amplificar esse efeito.

Houve no passado especulações sobre a abertura de capital da empresa e a entrada de novos sócios. Continuar pensando nisso? A gente se preparou para dar solidez à empresa e ganhar maturidade, para sustentar nossa estratégia. Temos tido conversas, e pode haver alguma novidade em breve nesse sentido.

Como resultados alcançaram até agora com a oferta de crédito no aplicativo? Estamos numa fase de testes, restrita para 50 mil clientes da nossa base. Nossa intenção é oferecer para todos, mas precisamos fazer isso com maturidade. Estamos avaliando os riscos e a experiência dos nossos usuários com o produto. Oferecemos crédito pessoal tradicional, sem exigência de garantia. Queremos oferecer produtos de outros parceiros depois e estamos discutindo possibilidades de integração com outros bancos. Queremos outros agentes do mercado brigando para oferecer crédito na nossa plataforma.

Os bancos vão ficar assistindo? Acho que no futuro os bancos se concentrarão no desenvolvimento da infraestrutura do mercado. Outros atores serão mais relevantes para a experiência dos clientes e a prestação de serviços. Como acontece na relação entre os operadores de celular e os aplicativos que as pessoas usam nos seus telefones.

As alavancas de crescimento que fizeram os grandes bancos chegar à posição dominante que têm hoje no mercado não existem mais. Há mais opções fora dos bancos tradicionais, e eles têm agora um grande desafio de se reinventar. Não digo que não vão conseguir, mas o jogo mudou.

Anderson Chamon, 38
Criou a empresa numa incubadora em Vitória (ES) em 2012 com dois sócios, Dário Stelling e Diogo Roberto. O grupo J&F, dono do frigorífico JBS e do banco Original, adquiriu o controle da empresa em 2015. Roberto deixou o PicPay neste ano para investir em outros negócios.

Anderson Chamon, 38
Criou a empresa numa incubadora em Vitória (ES) em 2012 com dois sócios, Dário Stelling e Diogo Roberto. O grupo J&F, dono do frigorífico JBS e do banco Original, adquiriu o controle da empresa em 2015. Roberto deixou o PicPay neste ano para investir em outros negócios.

Anderson Chamon, 38
Criou a empresa numa incubadora em Vitória (ES) em 2012 com dois sócios, Dário Stelling e Diogo Roberto. O grupo J&F, dono do frigorífico JBS e do banco Original, adquiriu o controle da empresa em 2015. Roberto deixou o PicPay neste ano para investir em outros negócios.



Anderson Chamon, 38
Criou a empresa numa incubadora em Vitória (ES) em 2012 com dois sócios, Dário Stelling e Diogo Roberto. O grupo J&F, dono do frigorífico JBS e do banco Original, adquiriu o controle da empresa em 2015. Roberto deixou o PicPay neste ano para investir em outros negócios.

BC divulga lista de 1.065 instituições que terão participação obrigatória em open banking

BRASÍLIA | REUTERS O Banco Central divulgou a lista das 1.065 instituições que terão participação obrigatória no open banking, que será implementado a partir de 2021. Os grandes bancos entram no grupo, bem como instituições menores e cooperativas.

O open banking dará aos clientes o poder sobre seus

dados cadastrais e de transações como meio de fomentar a competição e acesso a serviços mais baratos e melhores.

A regulamentação já havia estabelecido obrigatoriedade de participação das instituições enquadradas pelo BC nos segmentos 1 (S) e 2 (Sa).

Entram no Sa as instituições com porte igual ou superior a

15% do Produto Interno Bruto (PIB) ou que exercam atividade internacional relevante, independentemente do porte. Já o S2 é composto por instituições com porte inferior a 15%, mas superior a 1% do PIB.

Veja a lista em bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibnornativo?tipo=Comunicado&numero=36480.

Com reformas travadas, governo aposta em ações laterais para aliviar a dívida

Transferências do BC e de bancos públicos ao Tesouro e venda de ativos são apontadas como alternativa

Bernardo Caram e Danielle Brant

BRASÍLIA Com reformas estruturais travadas no Congresso, o governo aposta em mecanismos extraordinários para diminuir uma dívida pública que deve encerrar o ano perto de 95% do PIB (Produto Interno Bruto) por causa dos gastos com a pandemia da Covid-19.

Sem os choques de longo prazo das reformas tributária e administrativa, que poderiam melhorar a confiança de investidores e eventualmente atrair recursos para o país, e com a demora na tramitação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, o governo já se prepara para usar artifícios laterais que têm um impacto muito mais tímido nas contas públicas.

Em audiência pública em novembro na comissão mista no Congresso que acompanha as ações para enfrentamento do novo coronavírus, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que o governo vinha derrubando a relação dívida/PIB até o início da pandemia. "Pois nós vamos derrubar de novo. Nós vamos derrubar de novo, seguindo os mesmos métodos", afirmou.

"Nós vamos desinvestir. Nós vamos privatizar. O Banco Central, enquanto estiver fazendo transferências, continua fazendo transferências. Nós vamos desalavancar os bancos públicos."

Com exceção das privatizações, que não são consenso dentro do governo e, pelo menos no caso da Eletrobras, ficaram mais distantes após a série de apagões no Amapá, algumas das medidas devem sair do papel e aliviar o endividamento. O plano de Guedes também prevê a venda de imóveis da União.

Especialistas afirmam, no entanto, que ações desse tipo são pontuais, servem apenas para que o governo ganhe um fôlego e não dispensam a implementação de reformas estruturantes e medidas de ajuste fiscal efetivo.

Após devolver R\$ 100 bilhões ao Tesouro no ano passado e interromper a transferência por causa da pandemia, o BNDES negocia retomar as devoluções em 2021. A Caixa também tem de pagar mais da metade dos R\$ 43 bilhões que pegou de instrumentos híbridos de capital e dívida.

Outro ponto de apoio são as transferências do Banco Central ao Tesouro Nacional.

Em agosto, o CMN (Conselho Monetário Nacional) autorizou repasse de R\$ 325 bilhões do lucro com operações cambiais do Banco Central ao Tesouro. O valor só pode ser usado para gerenciar a dívida pública.

Guedes vem sinalizando que esses recursos continuarão sendo transferidos do Banco Central ao Tesouro.

Ainda no universo do BC, o ministro aventou a possibilidade de usar reservas internacionais para abater a dívida. Segundo dados do banco, em 25 de novembro o saldo era de US\$ 355,8 bilhões.

O diretor da FI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado) Josué Pellegrini afirma que as medidas extraordinárias só fazem sentido se forem complementares a reformas estruturantes, que normalmente levam tempo para gerar impacto nas contas públicas.

O economista compara a situação vivida pelo governo a uma família endividada. Se o chefe dessa família vender alguns de seus bens, mas continuar gastando muito dinheiro, a dívida vai cair a curto

prazo, mas o problema continuará existindo.

"No contexto atual do Brasil, eu não vejo que medidas estejam sendo tomadas para surtir efeito e recuperar o superávit primário para controlar a dívida. Estariam ganhando tempo, não se sabe muito

bem para quê", disse.

Pellegrini afirma que a venda de ativos do governo não gera impacto fiscal relevante, especialmente quando se observa a resistência do Congresso a autorizar a privatização de estatais de grande porte, como a Eletrobras.

O economista ressalta que a venda de reservas não é uma opção do governo, mas sim uma decisão exclusiva do BC. "Quando o BC vende reservas, de fato há uma redução da dívida pública, mas não é uma decisão de reduzir a dívida, é um efeito colateral de uma

decisão de política cambial." Segundo ele, as atenções dos agentes de mercado estão focadas na capacidade de o governo fazer reformas fiscais, sendo esse um importante fator para a trajetória de juros, câmbio e inflação. Para o economista, a sim-

ples venda de ativos desacompanhada de reformas pode surtir efeito contrário, passando a mensagem de que o governo está "queimando" bens para bancar gastos.

As incertezas em relação às perspectivas fiscais fizeram os investidores ficarem mais cautelosos nos últimos meses, buscando títulos públicos de menor prazo e exigindo remuneração mais alta.

Esse cenário se somou à disparada da dívida pública, por causa da expansão de gastos na pandemia, e ao salto na inflação, que também pressionou a dívida e tende a provocar uma elevação dos juros se a alta dos preços persistir.

Continua na pág. A19



SO FISTICAÇÃO

Espaço
167m², 3 suítes,
hall privativo,
opções de
plantas flexíveis.

Conveniência
3 vagas
e 1 depósito
na garagem.

Lazer
3.600m² de terreno,
salão de festas,
espaço gourmet,
bilinguístico,
playground, piscina.

Conforto
Lounge
com lareira,
bike sharing,
pet place.

Bem-estar
Quadra de tênis.
Espaço amenities.
Fitness.
Sala personal.
Bicicletaria com oficina.

Localização
Próximo a
hipermercados,
comércio, escolas,
shopping, gastronomia,
parques e shows.



167M²

Quem visita o decorado, se apaixona.

● PANORAMA.SKR.com.br

● R. Catão 876 | Vila Romana

☎ TI 4118-3514

Imagem de referência em R\$ 2,5 milhões. R\$ 880 de IPTU (valor de imposto de São Paulo, válido em 15/12/2020). SKR Caixa Econômica Federal, imobiliária SKR, SKR Al. Ministro Rocha Azevedo, 456, 07 andar - CEP 04603-000 - São Paulo/SP - Casa 188 (construção inacabada) - Lote 1 - CDMU - Casa 188 - 01190-000 - Fone: 41 4118-3514. Todas as imagens são meramente ilustrativas. A administração responsável por esta página não se responsabiliza por erros de impressão ou omissões. A venda é feita por meio de uma plataforma online. A venda é feita por meio de uma plataforma online. A venda é feita por meio de uma plataforma online.

SKR
ARQUITETURA
VIVA

A pauta econômica em discussão

PEC EMERGENCIAL
O que é: prevê o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal para controlar os gastos do governo, retirar amarras do Orçamento e pode prever a criação de um novo programa social.
Situação: travada no Senado, a proposta está em discussão entre líderes partidários, mas ainda não há acordo sobre dispositivos do texto.

RENDA BRASIL
O que é: programa social para substituir o Bolsa Família.

Situação: há impasse sobre a fonte de financiamento que permitiria ampliar o número de beneficiários. Sem recursos no Orçamento, líderes tentam cortar gastos e subsídios, para abrir espaço para o programa.

DESVINCULAÇÃO DOS FUNDOS PÚBLICOS
O que é: projeto propõe usar o saldo do superávit financeiro de fundos públicos para compensar parte da queda da arrecadação da União e melhorar a trajetória da dívida pública.
Situação: deputados articulam votação ainda neste ano.

TETO DE GASTOS
O que é: instrumento que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior.
Situação: há pressão para que o governo flexibilize o mecanismo, para que possa ampliar investimentos em obras e programas sociais.

AUTONOMIA DO BC
O que é: independência de atuação da autoridade monetária, com mandato fixo para o presidente e diretores.
Situação: aprovado pelo Senado, projeto depende de análise da Câmara.

LEI DE FALÊNCIAS
O que é: projeto de lei facilita a recuperação judicial de empresas em dificuldades e que melhora o acesso dos devedores a financiamentos.
Situação: aprovado, depende de sanção presidencial.

BR DO MAR
O que é: projeto facilita a cabotagem (navegação entre portos brasileiros).
Situação: governo enviou projeto com urgência. Atualmente, está travando a pauta de votação da Câmara, e não há acordo para votação.

LEI DO GÁS
O que é: projeto estabelece mudanças na regulação do mercado de gás e acaba com a exclusividade dos estados na distribuição.
Situação: Câmara aprovou o projeto, mas Senado até agora não apreciou o texto.

REFORMA ADMINISTRATIVA
O que é: altera a estrutura do serviço público, com mudanças nas regras de contratação e fim da estabilidade na maioria das carreiras.
Situação: PEC está parada na Câmara.

REFORMA TRIBUTÁRIA
O que é: reestrutura o sistema de cobrança de impostos, podendo unificar tributos e criar cobrança sobre dividendos. Governo ainda quer desonerar encargos trabalhistas, criar um imposto sobre transações financeiras e reformular o IR.
Situação: comissão mista do Congresso discute propostas apresentadas por parlamentares. Governo enviou apenas a primeira etapa de sua reforma, com unificação de PIS e Cofins.

PRIVATIZAÇÕES
O que é: governo quer aval do Congresso para privatizar Eletrobras, Correios, porto de Santos e PPSA.
Situação: discussão está travada.

Com reformas travadas, governo aposta em ações laterais para aliviar a dívida

Continuação da pág. A17
 A junção dos fatores leva a uma preocupação, inclusive dentro do Ministério da Economia, de que o governo pode ter dificuldade de rolar sua dívida. Para acalmar o mercado, Paulo Guedes afirmou na semana passada que a situação está sob controle e citou as medidas extraordinárias ao explicar a estratégia do governo. O ministro afirmou que, dos R\$ 600 bilhões em títulos públicos vencidos nos primeiros quatro meses de 2021, metade já está garantida pelo governo. Segundo ele, R\$ 200 bilhões

virão de transferência de lucro do BC para o Tesouro. Outros R\$ 100 bilhões terão origem na devolução de recursos de bancos públicos à União. "Não achamos que estamos em uma situação dramática. Se nossas reformas avançarem, isso vai acontecer com muita tranquilidade", disse. Para os trabalhos no Congresso, técnicos da equipe econômica elencaram algumas propostas em uma pauta considerada prioritária. Na área de produtividade, defendem a votação ainda neste ano de projetos menos polê-

micos, como os marcos regulatórios do gás e de cabotagem. Na área fiscal, a avaliação é que seria importante avançar com a PEC Emergencial. E dentro dela que o governo tenta encerrar o Renda Brasil, que busca substituir o Bolsa Família, marca de gestões petistas. Porém ainda não há acordo sobre a proposta e a votação pode ficar para 2021. A maior dificuldade tem sido encontrar uma fonte de financiamento que permita ampliar o número de beneficiários do programa. A principal aposta para este ano, considerada mais factível, é o projeto de lei complementar que libera R\$ 177 bilhões para aliviar o endividamento. De autoria do deputado

Mauro Benevides Filho (PDT-CE), o texto propõe usar o saldo do superávit financeiro de 29 fundos públicos para compensar parte da queda da arrecadação da União e melhorar a trajetória da dívida pública. Segundo ele, a intenção foi encontrar fontes de recursos para dar ao governo a capacidade de arcar com os programas de auxílio que precisam ser implementados para enfrentar a pandemia. "Em vez de ir ao mercado e vender título público, ele vai pagar dívida pública com os recursos dos fundos". No Congresso também estão os principais entraves ao governo no momento, como a votação do Orçamento de 2021. A disputa pela sucessão

à presidência da Câmara travou a instalação da CMO (Comissão Mista de Orçamento). Sem um acordo, é possível que a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) seja votada neste mês diretamente no plenário, enquanto a LOA (Lei Orçamentária Anual) ficará para depois de fevereiro, quando a sucessão na Câmara já estará resolvida. Até lá, a PEC Emergencial pode ser aprovada e promulgada, o que abriria espaço no aperto do Orçamento de 2021, que tem R\$ 96,1 bilhões de gastos discriminatórios (não obrigatórios). Desse valor, apenas R\$ 28,7 bilhões foram reservados para investimento, enquanto cresceu no governo a pressão para o aumento dos gastos com obras.



Empreendedor Social do Ano

2020

EM RESPOSTA À COVID-19



SOLUÇÕES RÁPIDAS E DE IMPACTO MERECEM RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE

DATA:
7 de dezembro de 2020

HORÁRIO:
das 17h às 19h

Participe do evento virtual que vai homenagear e reconhecer as Top 30 iniciativas sociais de destaque no enfrentamento da pandemia no Brasil.

Assista ao webinar "Boas Práticas em Resposta à Covid-19" e a cerimônia virtual de premiação do Empreendedor Social do Ano, uma edição especial e histórica do maior prêmio de empreendedorismo social da América Latina, uma parceria da Folha e da Fundação Schwab.

PANELISTAS



CARLOS EDUARDO PIGNATTARI
gerente corporativo de impacto social da Ambev



LUIS FERNANDO GUGGENBERGER
gerente executivo de inovação e sustentabilidade da Vedacit



MARCELO PRIM
gerente executivo de inovação e tecnologia do Senai



MARCIA WOODS
presidenta do conselho da Associação Brasileira de Captadores de Recursos

MESTRES DE CERIMÓNIA



ZECA CAMARGO
apresentador e colunista da Folha



MARIA GAL
atriz e produtora

Realização: **FOLHA100**

Parceiro: **ambev** **SESI SENAI** **PELO FUTURO DO TRABALHO**

Apoiador: **GOA-COLA BRASIL** **VEDACIT**

Parceria Estratégica: **BRITISH COUNCIL** **ESPM** **FDC** **Petro Global** **prosas** **UOL**

| | |
|-------------------------------|-------------------|
| Veículo: O Estado de S. Paulo | |
| Data: 07/12/2020 | Caderno: Economia |



Maia comemora perspectiva de Barros sobre reforma tributária

Equipe BR Político

Um dia após reagir à notícia de que o governo estaria propositalmente obstruindo as discussões da reforma tributária para lhe prejudicar, Rodrigo Maia (DEM-RJ) elogiou a postura do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). Maia compartilhou um áudio de Barros para o portal de notícias da Casa Legislativa, no qual o parlamentar fala que acredita em um consenso para votação do texto do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

“Ótima notícia, líder”, escreveu Maia. “Vamos construir juntos este texto. É uma reforma que vai mudar o Brasil”, completou. Na quinta-feira, Maia demonstrou irritação com a notícia do “travamento” da reforma tributária por ocasião da eleição para presidência da Câmara. “Com a intenção de me prejudicar, no fundo vai prejudicar milhões de brasileiros”, disse.



Internet das Coisas e a insegurança jurídica tributária

REDAÇÃO

04 de dezembro de 2020 | 15h55

Eloá Caixeta e Ana Flávia Cunha, são advogadas do escritório ASBZ Advogados, respectivamente, das áreas de Proteção de Dados, Direito Digital e Propriedade Intelectual e Tributária

No mundo hiperconectado em que vivemos, com intenso fluxo de informações e dados pessoais, muito se fala na Internet das Coisas, popularmente conhecida pela sua sigla em inglês, IoT (Internet of Things), que consiste, na prática, em uma interação constante com coisas e objetos do nosso cotidiano que são conectados à internet e que são capazes de processar e transmitir uma enorme quantidade de dados e informações.

Devido à relevância e urgência de regulação sobre o tema Internet das Coisas, foi instituído em 2019, por meio do Decreto Federal nº 9.854/2019, o Plano Nacional de Internet das Coisas, constando no artigo 3º os objetivos para a sua criação, podendo citar o de “melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover ganhos de eficiência nos serviços, por meio da implementação de soluções de IoT.” Ou seja, incentivo também ao desenvolvimento de novas tecnologias, tanto entre as empresas quanto para o consumidor final.

Muito se fala sobre a 4ª Revolução Industrial, principalmente após a realização da edição do Fórum Econômico Mundial, que aconteceu em 2016 para se discutir esse tema, que prevê uma rápida evolução tecnológica capaz de fazer com que criemos uma nova realidade que irá transformar nossas relações pessoais, de trabalho e todas as outras áreas de nossas vidas. Podemos falar que a IoT é a grande protagonista dessa revolução.

Ficou reconhecida, então, a revolução causada pela Internet das Coisas no modo com que os bens e serviços são usufruídos, além do fato de a troca intensa de informações e dados dos usuários possuírem maior valor econômico do que a própria mercadoria ou serviço em si. Nesse momento é que se inicia a jornada da tributação dos negócios da Internet das Coisas.

Desde criação de bandejas com sensores inteligentes que informam quantos ovos estão na geladeira (egg minder), até pulseiras salva-vidas identificadoras de funções físicas e de saúde, o fato é que, apesar de acumularem uma quantidade indiscriminada de dados pessoais, incluindo os sensíveis, a tendência é que esses objetos inteligentes cresçam e apareçam cada vez mais em nosso cotidiano.

Dessa forma, é essencial que a IoT seja regulada e que esteja em conformidade com a legislação vigente, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), o Código de Defesa do Consumidor (CDC), e o Código Tributário Nacional.

Por existir a expectativa de que a presença de objetos integrados com a IoT se intensifique cada vez mais, recentemente o Senado aprovou o Projeto de Lei nº 6.549/2019, que isenta as estações de telecomunicação que integram os sistemas de comunicação máquina a máquina das contribuições de Fistel, Condecine e CFRP por cinco anos, o qual ainda depende de sanção presidencial.

No entanto, ainda não é possível afirmar que os contribuintes contam com segurança jurídica acerca da tributação das atividades da IoT, ante a complexidade da tecnologia envolvida. E, assim, se vislumbram possíveis discussões sobre o tema.

É indubitável que a venda desses objetos estará sujeita à incidência de ICMS, tendo em vista que se caracteriza uma operação de circulação de mercadorias. A inovação de funções viabilizada por essa tecnologia não tem o condão de alterar a qualificação do bem, mas apenas agrega valor. Tanto é verdade que os eletrodomésticos, automóveis e objetos de uso pessoal, como celulares, relógios inteligentes etc., oferecem cada vez mais funcionalidades além das originais, e nem por isso são vistos como outro objeto.

A principal controvérsia tributária sobre o tema é se a carga tributária incidente sobre estes dispositivos será o ICMS-Comunicação, devido à conectividade que lhes é inerente, ou o ISS por se tratar de um Serviço de Valor Adicionado (SVA).

Não nos parece que a tributação pelo ICMS-Comunicação seja a mais acertada, pois seu critério material requer a prestação onerosa de um serviço de comunicação, devidamente prestado por um terceiro – alheio à relação entre emissor e receptor – e, embora os objetos integrados com a IoT tenham relação com serviços de telecomunicação e informação, eles utilizam as redes de telecomunicação somente como suporte ou acessório.

Nessa linha de raciocínio, podemos relembrar e propor analogias com dois casos que foram apreciados pelo STJ, quais sejam: a tributação dos provedores de internet[1] e o auxílio às listas telefônicas[2].

Enquanto no primeiro caso afastou-se a incidência do tributo, por se tratar de um serviço complementar de telecomunicação, no segundo afirmou-se que não há uma efetiva difusão de mensagem e interação remunerada entre emissor e receptor plenamente identificados.

Diante dos exemplos acima citados, conclui-se que o STJ possui o entendimento consolidado de que sobre os serviços de valor adicionado não deve incidir o tributo estadual, mas somente o ISS, caso haja expressa previsão na Lista Anexa da Lei Complementar nº 116/03.

Corroborando este entendimento, vale destacar que, no Decreto nº 9.854/2019, responsável pela instituição da IoT no Brasil, o legislador conferiu às atividades de IoT a natureza de SVA que deve ser entendida como “atividade que acrescenta a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde novas utilidades relacionadas ao acesso, ao armazenamento, à apresentação, à movimentação ou à recuperação de informações, nos termos do disposto no art. 61 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997”.

Ainda, a Anatel publicou a Resolução nº 735/20 que conceitua os dispositivos de IoT como “aqueles que permitem exclusivamente a oferta de serviços de valor adicionado baseados em suas capacidades de comunicação, sensoriamento, atuação, aquisição, armazenamento e/ou processamento de dados”.

As referidas regulamentações foram positivas aos contribuintes na medida em que está de acordo com o conceito de SVA previsto na Lei Geral de Telecomunicações – LGT (Lei 9.472/97)[3], distinguindo-o de um serviço de telecomunicação e, portanto, afastando a incidência do ICMS, razão pela qual entende-se que as atividades inerentes à internet das coisas estarão submetidas à incidência do ISS, desde que haja a devida adequação de legislação para tanto.

Portanto, é fundamental uma regulamentação tributária específica sobre o tema, a fim de conferir segurança jurídica aos contribuintes do setor tecnológico e ao próprio Fisco, evitando a judicialização da controvérsia, além de incentivar o desenvolvimento da IoT no Brasil.

NOTAS:

[1] O tema foi apreciado por ocasião do julgamento do EREsp nº 456.650-PR e resultou na edição da Súmula 334 que dispõe “O ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.”

[2] REsp nº 1.721.126-RJ

[3] Art. 61. Serviço de valor adicionado é a atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

§ 1º. Serviço de valor adicionado não constitui serviço de telecomunicações, classificando-se seu provedor como usuário do serviço de telecomunicações que lhe dá suporte, com os direitos e deveres inerentes a essa condição.